

ANP
toto
13
AB
pu
12

Águas do Tejo Atlântico

Grupo Águas de Portugal

Relatório e Contas 2024



1

PRP tejos 






AdP Fotos B 13 Jui

Índice

Mensagem do Presidente.....	11
2024 EM DESTAQUE.....	15
Principais conquistas de 2024 – Factos relevantes do exercício.....	15
Síntese de Indicadores.....	22
A Empresa.....	23
Quem somos.....	25
Missão, Visão e Compromissos.....	25
Descrição, Atividade e Presença.....	26
Cadeia de Valor.....	28
Os nossos Stakeholders.....	28
ORGANIZAÇÃO.....	30
A NOSSA SUSTENTABILIDADE.....	33
O NOSSO PROPÓSITO.....	33
A NOSSA ESTRATÉGIA – INSPIRADOS PELO FUTURO.....	35
O Negócio.....	47
Contexto Macroeconómico ^B	47
Global.....	47
Zona do Euro.....	47
Portugal.....	48
O Setor.....	49
A Energia no Grupo AdP.....	56
Contexto Regulatório.....	64
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	67
As nossas Pessoas.....	72
A ATIVIDADE.....	80
Introdução.....	80
Saneamento em Alta.....	80
Outros Negócios.....	81
Atividade Operacional.....	82
Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes.....	82
Controlo Analítico.....	92
Conceção e Construção de Infraestruturas.....	99
Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas.....	104
Gestão de Ativos.....	106
Segurança e Sustentabilidade Empresarial.....	111
Comunicação e Educação Ambiental.....	117
Investigação & Desenvolvimento e Inovação.....	129

1

9. Desvio de Recuperação de Gastos (Défice/Superavit tarifário)	247
10. Clientes	249
11. Outros Ativos Correntes	256
12. Inventários	258
13. Caixa e seus equivalentes	259
14. Capital próprio	260
15. Provisões ativos e passivos contingentes	263
16. Acréscimo de gastos de investimento contratual	269
17. Subsídios ao investimento	270
18. Empréstimos	271
19. Fornecedores e outros passivos	275
20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	278
21. Rêdito de contratos com clientes	278
22. Gasto das vendas	281
23. Fornecimentos e serviços externos	281
24. Gastos com pessoal	290
25. Amortizações, depreciações e reversões do exercício	293
26. Provisões e reversões do exercício	293
27. Outros gastos e perdas operacionais	293
28. Outros rendimentos e ganhos operacionais	294
29. Gastos financeiros	295
30. Rendimentos financeiros	295
31. Imposto sobre o rendimento	296
32. Saldos e transações com entidades relacionadas	299
33. Remuneração acionista	301
34. Investimento contratual	303
35. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas	303
36. Informações exigidas por diplomas legais	303
37. Informação sobre matérias ambientais	304
38. Eventos subsequentes	304
Certificação Legal de Contas	307
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	309

MLP

Tejo

B

13

pin

16

Índice de Quadros

Quadro 1- Indicadores Financeiros	22
Quadro 2 - Indicadores de atividade	22
Quadro 3 - Indicadores de Infraestruturas	22
Quadro 4 - Acionistas	30
Quadro 5 – Indicadores Económicos (INE)	48
Quadro 6 - Dados RASAR2023 - Panorama Nacional	53
Quadro 7 - Variação da cotação média da Energia elétrica	58
Quadro 8 - Variação da cotação média da Energia elétrica no OMIP	58
Quadro 9 – Headcount	72
Quadro 10 - Distribuição de Headcount por Direção/Departamento/Área	73
Quadro 11 - Evolução do número de efetivos	74
Quadro 12 - Movimentos de pessoal	75
Quadro 13 - Distribuição por género	75
Quadro 14 – Antiguidade	75
Quadro 15 - Estrutura Etária	75
Quadro 16 - Nível Profissional	76
Quadro 17 – Habilitações	76
Quadro 18 - Formação profissional	77
Quadro 19 – Absentismo	77
Quadro 20 - Acidentes de trabalho	77
Quadro 21 - - Indicadores de segurança	78
Quadro 22 - Medicina no trabalho	78
Quadro 23 – Vacinação	79
Quadro 24 – Consultas	79
Quadro 25 - Sistema Tejo Atlântico	82
Quadro 26 - Descrição do Sistema Tejo Atlântico	82
Quadro 27 - Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico	83

11

Quadro 28 - Comparação dos principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico	84
Quadro 29 - Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico.....	84
Quadro 31 – Riscos da Tejo Atlântico	143
Quadro 32 – Indicadores financeiros.....	144
Quadro 33 – Resultado Líquido.....	145
Quadro 34 – Rendimentos	146
Quadro 35 – Gastos	147
Quadro 36 – Gastos das Vendas	148
Quadro 37 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	148
Quadro 38 – Gastos com Pessoal	149
Quadro 39 – EBITDA	150
Quadro 40 – Resultado Financeiro.....	150
Quadro 41 – Posição Financeira	150
Quadro 42 – Posição Financeira - Ativo	151
Quadro 43 – Tarifas	153
Quadro 44 – Dívida de Clientes	153
Quadro 45 – Posição Financeira - Passivo	155
Quadro 46 – Endividamento	156

AdP Kato J B
Jm
LB

Índice de Figuras

Figura 1- Valores éticos do grupo AdP e princípios de atuação	26
Figura 2 - Cadeia de Valor.....	28
Figura 3 – Stakeholders	29
Figura 4 - Estrutura organizacional.....	31
Figura 5 – Compromisso de sustentabilidade	34
Figura 6 – Visão integrada	37
Figura 7 – Visão – Pilares da Estratégia.....	38
Figura 8 – Digitalization in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level	41
Figura 9 –Balanço do Plano de Ação da Estratégia "Inspirados pelo Futuro"	43
Figura 10 – Indicadores da Estratégia Inspirados pelo Futuro.....	43
Figura 11 - Evolução do preço da energia no OMIE.....	57
Figura 12 - Evolução das componentes que influenciam o preço da energia	57
Figura 13 – Repartição com os custos de Energia e taxas	59
Figura 14 - Atividade em grandes números	80
Figura 15 - Evolução mensal do volume de água residual tratada por região	86
Figura 16 - Evolução do volume de água residual não tratada.....	87
Figura 17 - Evolução mensal do volume da energia consumida.....	87
Figura 18 Evolução mensal do volume da energia produzida a partir de Biogás por FA..... Erro! Marcador não definido.	
Figura 19 - Evolução mensal do volume da energia fotovoltaica por FA	Erro! Marcador não definido.
Figura 20 – Evolução mensal do consumo de reagentes.....	89
Figura 21 – Evolução mensal do consumo de água potável.....	90
Figura 22– Evolução mensal da valorização de lamas por região	90
Figura 23– Evolução mensal da produção de areias e gradados.....	91
Figura 24 – Evolução mensal da utilização de água+	91
Figura 25 - N° de Ensaíos	93
Figura 26 - N° de Amostras	93
Figura 27– Estado de Acreditação dos ensaios	94

N

Figura 28 - Nº de ensaios contratados, por categoria, nas unidades Laboratoriais de Beirolas e Frielas	95
Figura 29 - Nº Ensaios contratados, por categoria, na Unidade Laboratorial de Santa Cruz	95
Figura 30- Nº Ensaios em 2024	96
Figura 31- Evolução anual do nº de ensaios	96
Figura 32- Monitorização dos meios recetores	98
Figura 33– Comemoração 7.º Aniversário da Tejo Atlântico	117
Figura 34 – Programa Embaixadores da juventude	119
Figura 35 – Campanha “O Ciclo que nos une no Rock in Rio”	119
Figura 36 – Campanha “A Nossa Água – O Ciclo que nos Une”	119
Figura 37 – O Caminho da Inovação 2024	120
Figura 38 – Dia Mundial do Saneamento	120
Figura 39 – A revista Tejo Atlântico	121
Figura 40 – Comunicação digital	122
Figura 41 – Educação Ambiental	123
Figura 42 – Ações de formação	123
Figura 43 – Projetos de Educação Ambiental	124
Figura 44 –Projetos de Educação Ambiental em parceria	125
Figura 45 – Educação Ambiental	125
Figura 46 – Ações de sensibilização em praias	125
Figura 47 – Ações de sensibilização para colaboradores e comunidade	126
Figura 48 – Fornecimento água+ ao West Cliffs	127
Figura 49 – Rega de espaços com água+	127
Figura 50 – Projeto AgIR	128
Figura 51 – Prêmios e Reconhecimento	128
Figura 52 – Modelo de Gestão do Risco	141
Figura 53 – Avaliação do Risco	141
Figura 54 – Resultado Líquido	146
Figura 55 – Estrutura de Gastos	147
Figura 56 –Cash-cost	150

MLP

MLP

MLP

MLP

Figura 57 – Investimento Anual.....	152
Figura 58 – Desvio de Recuperação de Gastos.....	152
Figura 59 – Dívida de Clientes	154
Figura 60 – Endividamento Líquido	156
Figura 61- Empreitada de Remodelação da FA Arruda dos Vinhos	195
Figura 62 - Empreitada do Sistema de Telegestão 1ª Fase	196
Figura 63 – Empreitada de Benfeitorias nos Sistemas Elevatórios do Subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo.....	196
Figura 64 - Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da ETAR da Encarnação.....	197
Figura 65 - Empreitada de Benfeitorias na ETAR da Póvoa da Galega	198
Figura 66 - Empreitada de Execução dos Interceptores e Sistemas Elevatórios Fase III do Subsistema da Foz do Lizandro - Restantes Intervenções	199
Figura 67 - Empreitada de Construção e Remodelação de Emissários e Obras Associadas – Famões (Odivelas)	199
Figura 68 - Alcântara - Ligação a Amadora / Benfica - Fase I e Fase II - Bacia de Anti-Poluição	200

MLP

MP

Tejo

B
B
Jm
B

Mensagem do Presidente

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros e Trabalhadores,

No ano de 2024, a Tejo Atlântico investiu na concretização do plano de ação que sustenta a nossa estratégia **Inspirados pelo Futuro**, definida de forma participada no ano anterior, ambicionando atingir o designio a que nos propusemos em cada um dos seus pilares, fomentando uma Empresa mais resiliente, coesa e eficiente, em prol de um ambiente mais saudável e um mundo melhor. Realizado o balanço do trabalho de uma equipa de mais de 400 trabalhadores, que todos os dias ambicionam fazer melhor, podemos afirmar que foi um ano de realização e de superação, durante o qual atingimos alguns resultados singulares na história da nossa Empresa. Naqueles pilares em que ainda não nos realizámos, enquanto coletivo, aprendemos, preparámos o caminho e fortalecemos a nossa motivação e energia para a jornada que reiniciamos a cada novo ano.

No contexto externo, vimos o ano 2024 marcado pelas duas guerras na fronteira da europa que, teimosa e incompreensivelmente, persistem, com a consequente disrupção das cadeias logísticas, sobretudo marítimas, com impacto global, no custo das matérias-primas e da energia. Simultaneamente, convivemos com a progressão inflacionista no mercado da construção, com a situação política nacional e internacional, com especial evidência da fragilidade da europa no contexto geopolítico, mas também com a emergência ambiental global, cada vez mais evidente para todos, e a aprovação da nova Diretiva das Águas Residuais Urbanas, que no seu conjunto tomaram a gestão do dia a dia, e, sobretudo, o planeamento de médio prazo, mais complexos e desafiantes.

Perante o momento de enorme complexidade a nível global, com mudanças cada vez mais aceleradas e com as quais as organizações têm dificuldades em conviver e adaptar-se atempadamente, afigura-se essencial que cada organização, sem perder a atenção no contexto que lhe é externo, mas que inevitavelmente afeta as suas opções de gestão e operacionais, mantenha igualmente o foco na sua visão e ambição. O trabalho desenvolvido pela Tejo Atlântico em 2023 de definição da estratégia **Inspirados pelo Futuro** para o mandato de 3 anos e, consequentemente, um plano de ação para a sua implementação, com ambição, rigor, mas também, e inevitavelmente, com a flexibilidade necessária ao contexto à data e ao ano vindouro, permitiu-nos individualmente e coletivamente durante o ano de 2024 focar, desenvolver o trabalho e atingir os resultados que orgulhosamente apresentamos neste relatório.

O primeiro indicador de que o ano de 2024 foi um ano de superação, é o relativo ao volume da atividade, uma vez que foi o ano, desde o início de laboração da Empresa, com maior volume de água residual tratado, resultado de um ano de intensa pluviosidade, totalizando 217,8 Mm³, ou seja, um aumento de 10% face ao ano anterior e de 15,3% face à média dos anos 20/22. Ainda que, com este aumento do volume de atividade, se tenha exigido mais dos nossos ativos humanos e físicos, mantivemos o esforço e os resultados no cumprimento das licenças de descarga dos nossos ativos, mesmo naqueles casos em que as afluências pluviais e industriais não previstas, têm importante impacto no desempenho das instalações.

O Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025 (AgIR) continuou a evidenciar e reforçou o sucesso já atingido no ano anterior, sendo atualmente uma

M

MP tcho B B Jm

referência no setor em termos de parcerias sustentáveis com os Municípios e Indústrias com vista a resolver de forma sustentável os problemas associados às afluências indevidas de efluentes industriais às redes de drenagem urbanas, sem o devido tratamento.

O continuado esforço das nossas equipas na otimização de consumo e aumento de produção de energia, com fontes renováveis, sobretudo de biogás, permitiram em 2024 atingir a marca histórica de 25,2% de autonomia energética e preparar o caminho para continuar a aumentar, de forma sustentável, estes números rumo à neutralidade. Nesse sentido, lançámos o concurso para empreitada de conceção construção de instalações fotovoltaicas (16 instalações) e preparámos o concurso para a implementação da hidrólise térmica de lamas em Frielas, dois projetos essenciais à nossa caminhada de redução da pegada carbónica.

A economia circular, enquanto pilar de desenvolvimento da Tejo Atlântico, teve, em 2024, diversas iniciativas de concretização como sejam a assinatura do contrato e início do fornecimento de ApR para rega de campo de golfe do *West Cliff* e regularização contratual do fornecimento de ApR a partir da Fábrica de Água (FA) de Beirinhas bem como o desenvolvimento de um conjunto de outros projetos e iniciativas que permitiram aumentar, face ao ano anterior, em mais de 20% o volume de ApR fornecido para o exterior da Empresa, em simultâneo com a redução do consumo interno deste recurso, por aumento da eficiência dos nossos processos. Este caminho sustentável de fomento da economia circular no setor, reconhecida a nível nacional e internacional com diversos prémios de mérito, deixam-nos convictos de que a ambição que definimos para este pilar, de ser o centro de competências de referência do setor a nível nacional está em plena concretização.

A digitalização na Tejo Atlântico foi assumida como pilar estratégico, pela eficácia e eficiência, mas também pela resiliência que proporcionará à Empresa, tendo sido alvo de um notável processo de arranque e aceleração da transformação digital, salientando-se a integração de processos, o foco no cliente e o desenvolvimento de diversas ferramentas que hoje facilitam a missão a cada trabalhador da Tejo Atlântico, e que serão ampliadas nos próximos anos.

Em 2024, continuámos a implementação do sistema de telegestão com uma execução física da empreitada a atingir os 40% no fim de 2024 e que será concluída em 2025, com o expectável impacto na eficiência das operações e, nesse sentido, antecipámos em 2024 a reorganização dos centros operacionais e turnos de técnicos operativos com vista ao aumento de sinergias entre diversos polos proporcionando melhores condições de trabalho às nossas equipas e aumentando as condições para uma melhor conciliação da vida profissional com a pessoal.

Porque as pessoas da Tejo Atlântico continuam no centro da nossa atenção, prosseguimos também com trabalho de melhoria das condições de segurança dos nossos trabalhadores, que passa por diversas ações, quer do ponto de vista de segurança coletiva, do ponto de vista de segurança individual e, não menos relevante, na cultura de segurança que deve ser o elemento agregador de todo este trabalho, salientando a mensagem de que a Tejo Atlântico tem "400 responsáveis de segurança" nos seus quadros.

Porque a ambição que temos para a nossa Empresa, que é enorme, resultado da confiança que temos nas nossas equipas, mas também da profunda convicção de que na Tejo Atlântico trabalhamos para formar uma nova geração de

M

ARP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

profissionais do setor da água de elevado valor pelas suas competências, em 2024, iniciámos o programa *NexGen* com a ambição de promover uma renovação de quadros da Tejo Atlântico, que inclui diversos programas de parcerias com a academia como teses de mestrado e estágios em diversas áreas, com especial enfoque no programa Embaixadores da Juventude.

Em 2024, fomos também mais eficientes e eficazes na relação com o Regulador Económico e com a Tutela Financeira em diversos processos em que fizemos a diferença face a anos anteriores, salientando-se o processo do Desvio de Recuperação de Gastos de 2023, a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2024 e a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2025, que pela primeira vez na história da Empresa permite iniciar o ano civil com o PAO devidamente aprovado, contribuindo para a eficiência de gestão. Nesse contexto, também o trabalho de parceria com a Regulação e Tutelas, enquanto parte da nossa estratégia, deve ser assinalado como virtuoso e essencial para um setor mais evoluído.

Ao nível dos ativos físicos, no ano de 2024, realizámos esforços assinaláveis para a sua recuperação e modernização, esforço continuado que ainda se encontra aquém do que necessitamos tendo presente a idade, dimensão e complexidade desses ativos, mas também passivos históricos existentes nesta matéria. Assim, iniciou-se a organização e implementação do programa de avaliação funcional de infraestruturas lineares e pontuais, que terá continuidade nos anos subsequentes. Quanto aos investimentos implementámos uma mudança organizacional e de monitorização dos investimentos, permitindo em 2024 proceder ao lançamento do maior volume de empreitadas e trabalhos conexos desde a origem da Empresa, situação de que se espera resultar em idêntico incremento de execução de investimentos ao longo dos próximos anos. Na expectativa desse aumento de atividade de investimentos procedemos igualmente à adjudicação de uma prestação de serviços de assessoria à área de investimentos que permitirá fazer face ao excecional período de investimento planeado para o triénio 2025/2027.

O ano de 2024 deixou-nos também a certeza de que temos pela frente trabalho relevante no robustecimento dos processos de gestão e manutenção dos nossos ativos físicos e humanos por forma a que possamos desempenhar a nossa missão apetrechados dos recursos necessários, tendo sido iniciados processos de otimização na manutenção e de mudança na área de recursos humanos, que queremos ver concretizados durante o ano de 2025.

Neste ano de 2024 reforçámos a nossa proatividade na busca de parcerias sustentáveis e consequentes com os nossos acionistas e parceiros por excelência através de projetos diversos na área da educação ambiental, inovação, desenvolvimento de produto, descarbonização, economia circular para além, obviamente, da atividade principal da Empresa. Reforçámos também a relação com a academia e instituições de ensino, setor industrial e setor agrícola, e também com um conjunto de entidades gestoras nacionais e internacionais com que acreditamos poder co-evoluir.

Todas as alterações levadas a cabo na organização da nossa Empresa, nos processos que a suportam e na forma de trabalhar foram realizados com a profunda convicção de que cada uma delas será um importante contributo positivo para levar a cabo ambição expressa na estratégia "Inspirados pelo Futuro", que é enorme, proporcional à confiança que temos na equipa Tejo Atlântico e simultaneamente um compromisso perante os nossos *stakeholders* e um instrumento de fomento do crescimento da Empresa que abraça a sustentabilidade como propósito.

Nuno Brôco

MLP tejo  




AMP

tejo

2024 EM DESTAQUE

Principais conquistas de 2024 – Factos relevantes do exercício

O ano de 2024 permaneceu sob o efeito da guerra da Ucrânia e os impactos que daí advieram, agravado com o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel-Hamas) que, conjugados, conduziram a um contexto de elevada complexidade, e face à sua multiplicidade, de enorme desafio para a gestão de uma Empresa como a Tejo Atlântico. A crise da energia, a rutura das cadeias logísticas, em particular no eixo do mar vermelho, o aumento dos preços das matérias-primas e da mão de obra, resultado da escassez de recursos técnicos generalizados no País, gerando um crescimento exponencial dos preços das empreitadas e dos serviços, as dificuldades crescentes de reter e contratar recursos humanos competentes, num cenário já de insuficiência de recursos, são situações que marcam o contexto externo no ano de 2024, e que se refletirão nos anos vindouros.

Durante o ano de 2024, a Empresa prosseguiu o que havia estabelecido na estratégia "Inspirados pelo Futuro", organizada em 9 pilares estratégicos que contemplam, a valorização dos recursos humanos e competências essenciais às operações, eficácia e eficiência e segurança das pessoas, ativos e operações, resiliência, digitalização, utilização sustentável de recursos (reutilização de água, biolamas e produção de energia verde) e neutralidade carbónica. Tendo a estratégia sido desenvolvida e apresentada no 2º semestre de 2023, o ano de 2024 foi efetivamente o ano da plena implementação da estratégia e das ações prioritizadas. Assim, em 2024 a organização investiu na implementação da estratégia "Inspirados pelo Futuro", dando início à monitorização do plano de ações e dos Indicadores da Estratégia, sendo os pilares da Digitalização e Nós Tejo Atlântico os que apresentam maior taxa de execução nas ações.

Destaca-se no final do primeiro trimestre do ano de 2024, a submissão ao Concedente – na sequência da revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Concessão (EVEF) iniciada em 2022, e com interações diversas com o Regulador – da proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que criou o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, e constituiu a Águas do Tejo Atlântico, S.A., bem como do contrato de concessão e respetivo EVEF, dando cumprimento ao disposto no regime legal.

Do ponto de vista de atividade, o ano de 2024, caracterizou-se pelo valor recorde de águas residuais recolhidas e tratadas no sistema desde o início da atividade da Empresa (2017), totalizando um valor de 217,8Mm³ de águas residuais tratadas, um incremento de 10% face a 2023 e de 15,3% face à média anual do período de 2020 a 2022. Tal facto, resulta não só das condições de pluviosidade do ano, mas também do esforço continuado das equipas na melhoria da qualidade de serviço, em particular na mitigação de descargas de emergência para o meio recetor. Idêntico esforço é verificado ao nível da otimização da eficiência das instalações e processos, resultando em acréscimos no consumo absoluto de energia e na produção de lamas, mas com um consumo específico por m³ de volume tratado, inferior ao acréscimo de volumes tratados.

Apesar da instabilidade da situação geopolítica e a sua repercussão nos gastos e no investimento, em 2024, regista-se uma tendência de estabilidade da situação económico-financeira da sociedade, tendo-se alcançado: (i) o resultado

líquido de 6,9 milhões de euros, correspondente à remuneração acionista garantida dos acionistas, e; (ii) um EBITDA ajustado de 37,6 milhões de euros. A situação superavitária que havia sido alcançada com a recuperação do défice tarifário acumulado proveniente da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., teve evolução favorável, registando no final do exercício um acumulado de 15,3 milhões de euros.

Investimentos

O investimento no ano de 2024 ascendeu a 19.9 milhões de euros, sendo a parte relativa a empreitadas de 14,1 milhões de euros, das quais se destacam as empreitadas de Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025, do Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase, de Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II, Bacia Anti-poliuição (empreitada promovida pelo Município de Lisboa no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa que inclui a construção da bacia anti-poliuição de Monsanto, através de protocolo com a Tejo Atlântico), de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2, de Conceção/Construção da ETAR da Encarnação e de Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos, que na sua globalidade perfazem um investimento aproximado de 9,2 milhões de euros executados durante o ano de 2024.

Para fazer face a uma sub-execução do planeamento realizado nos últimos anos, durante o ano de 2024, foi implementada uma mudança organizacional e de monitorização dos investimentos, permitindo, em 2024, lançar o maior volume de concursos para execução de empreitadas, no valor de 37 milhões de euros. Neste âmbito foi ainda adjudicada uma prestação de serviços de assessoria técnica à área de investimentos que permitirá reforçar os meios envolvidos nas fases de projeto e gestão de contrato para fazer face ao excecional período de investimento planeado para 2025-2027.

Simultaneamente e para melhor aferição dos processos de investimento de substituição, em 2024, iniciou-se a estruturação e implementação de um sólido programa de avaliação funcional de infraestruturas lineares e pontuais, programa este que terá continuidade em 2025.

Operação e Manutenção do Sistema

Ao nível da atividade, 2024 assumiu valores recorde, o que exigiu um maior esforço das pessoas e das infraestruturas que asseguram o serviço. Nesse contexto, foi alcançada uma taxa de cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos de 97,49%. Os incumprimentos registados foram originados pelas seguintes causas principais: contribuições industriais indevidas (29%), obsolescência das infraestruturas (22%), dificuldades operacionais que incluem as Afluências Pluviais Indevidas (28%) e, por último, incumprimentos decorrentes das instalações que se encontram em obra (21%).

Para essa taxa de cumprimento elevada, tem sido fundamental a sinergia entre a Operação e a Manutenção, registando-se mais de 5 600 pedidos de trabalho concluídos e mais de 20 000 Ordens de Trabalho (OT) de Manutenção Preventiva executadas.

ANP

total

Handwritten signatures and initials.

Por sua vez, com o objetivo de continuar a reduzir os incumprimentos nas FA da Tejo Atlântico, deu-se continuidade ao plano de ação integrado no Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (PECTURH). Este plano inclui um total de 74 medidas, das quais 54% (correspondente a 40 medidas) encontram-se em curso, 32% (correspondente a 24 medidas) já foram integralmente executadas e 14% (10 medidas) encontram-se por executar.

Em 2024, destacam-se progressos particularmente expressivos nas medidas associadas ao Plano de Ação AgIR, bem como nos estudos comparativos entre a desativação e a reabilitação de instalações, desenvolvidos pela Gestão de Ativos, com o suporte da AdP Valor.

Identificaram-se ainda um conjunto de instalações cuja resolução dos incumprimentos requerem a realização de obras de reabilitação, pelo que o impacto só será visível após a conclusão das respetivas empreitadas, que se encontram algumas em fase de execução e outras em fase pré-contratual.

No que se refere à redução do número de instalações sem título legal, apesar de não ter sido possível proceder à emissão dos TUA antes do final do ano, foi estabelecida uma colaboração estreita com a APA/ARH e a CCDR. Esse trabalho conjunto permitiu identificar e implementar soluções ágeis para ultrapassar as condicionantes à emissão dos referidos títulos. Como resultado dessas iniciativas, espera-se que a regularização pendente e a consequente emissão dos TUA em falta sejam concluídas durante o ano 2025.

O Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste (AgIR) para o período 2022-2025 – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, com início em 2022 – encontra-se em pleno desenvolvimento, tendo-se dado continuidade aos diversos trabalhos no terreno, nomeadamente o levantamento das redes, as campanhas de amostragem e de medição de caudal, a monitorização de pontos relevantes quer nas redes de drenagem, quer nas indústrias, hospitais e ETAR. Prosseguiram as reuniões técnicas com os municípios e as visitas técnicas às indústrias, que permitiu eleger as indústrias prioritárias (as que apresentam impacto mais significativo nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente na FA que recebe os seus efluentes). Destaca-se a celebração de 4 Protocolos (Quadripartidos) entre a Tejo Atlântico, Indústria, Município e APA, estando mais 1 finalizado e pronto para assinatura e mais 5 em preparação, tendo estes protocolos por objeto a definição das condições de descarga e as soluções a implementar pela(s) Indústria(s) no processo de tratamento do efluente gerado, de modo a assegurar que o mesmo não tenha impacto negativo nas infraestruturas operadas e geridas pela Tejo Atlântico.

A gestão da Operação tem registado várias adaptações da estrutura organizacional interna, fruto de um trabalho continuado de reavaliação de turnos e de rotas, tendo em vista ganhos de eficiência e a preparação da integração da Telegestão que vai permitir entrar numa nova era da Gestão Operacional do Sistema.

Handwritten signature.

ANP telas    

Desafio Economia Circular

A valorização dos recursos endógenos e naturais são prioridades da Tejo Atlântico em linha com os princípios sustentáveis da economia circular, em prol do ambiente, do desenvolvimento de modelos de negócio sustentáveis e da valorização do território em que atuamos, dos quais se destacam **água+**, **Plano de Energia+** e **Plano de Lamas**.

No que respeita à **água+**, a Tejo Atlântico conta com 7 FA com licenças de produção: Beirolas, Casalinho, Frieiras, Guia, Mafra, Alcântara e Chelas.

A procura de água para reutilização (ApR) pelos municípios parceiros da Empresa continuou a marcar 2024, em que continuaram a ser delineados o Plano Estratégico para a Reutilização de Água no Município de Lisboa, assim como os relativos a Mafra, Loures, Óbidos, Lourinhã e Alenquer. Em paralelo, verificou-se também a procura de utilização de ApR pelo setor agrícola e pelo setor do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Tejo Atlântico. As Circulares da Água consubstanciam um projeto de visão a longo prazo para a criação de parcerias com municípios e outros setores de atividade na utilização de água+ e na promoção da circularidade.

Para se avançar com a concretização dos estudos e definição dos contratos de fornecimento, após aprovação de Atividade Complementar Acessória (ACA) junto do Concedente e Regulador, prosseguiu-se com trabalhos técnicos em vários municípios da área de concessão, para a definição de volumes de fornecimento, condições e tipologia de utilização de ApR/água+, com o objetivo de firmar Protocolos de Entendimento para a reutilização de água nesses municípios. Adicionalmente, e de modo a corresponder à procura de ApR para a produção de hidrogénio verde, têm vindo a ser realizados estudos que têm conduzido a Protocolos de venda futura da ApR para esta cadeia de valor.

No âmbito da concretização do fornecimento de ApR, foi celebrado, em 2024, o contrato de fornecimento de água+ com *Priority Goal*, entidade gestora do Campo de Golfe -*West Cliffs* em Óbidos, tendo a FA do Casalinho iniciado em agosto o fornecimento diário de 570m³/dia de água+ para a rega sustentável.

Foi ainda celebrado, no final do ano, o contrato de fornecimento de água+ com o município de Lisboa, com vista à regularização do fornecimento efetuado a partir da FA de Beirolas desde março de 2022.

O Plano de **Energia+** traduz-se no compromisso com a neutralidade energética até 2030, na eficiência e na articulação com os programas de neutralidade energética da Águas de Portugal e na promoção internamente de uma cultura de gestão de energia.

Em 2024, a Tejo Atlântico alcançou uma autossuficiência energética de 25,1%, registando um aumento de 6% face a 2023, proveniente, maioritariamente, da produção de energia por Cogeração (97%) para as quais contribuíram também as medidas de eficiência energética implementadas. Este valor representa um máximo histórico de autonomia energética, estando em consonância com a trajetória pretendida para esta área estratégica da Empresa.

Procedeu-se ainda, em 2024, ao lançamento da empreitada de conceção-construção de unidades de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica da Águas do Tejo Atlântico - SOLAR III. O projeto prevê a implementação, no



Arp

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Tejo

Arp

Arp

interior dos seus recintos, de 18 centrais fotovoltaicas para autoconsumo, com uma potência instalada de 2.575 kWp e uma previsão de produção anual de energia elétrica de 4 160 000kWh.

No que respeita ao **Plano de Lamas**, em 2024 concluíram-se as peças concursais para o lançamento do procedimento pré-contratual da Empreitada de construção da unidade de Hidrólise Térmica da FA de Frielas.

Sustentabilidade

Refletindo o compromisso da Empresa com a sustentabilidade e a necessidade de rejuvenescimento dos seus quadros, foi lançado o programa *Embaixadores da Juventude*, integrado no Programa *NextGen*. Este programa, iniciado em 2024, visa capacitar e impulsionar a atuação de jovens profissionais da Tejo Atlântico como *Embaixadores da Juventude*. O objetivo é potenciar as suas competências, o seu know-how e as suas capacidades de comunicação, tanto interna como externamente, influenciando positivamente os outros e promovendo a Empresa junto de outros jovens profissionais e estudantes, com uma abordagem inovadora do mundo empresarial.

Em 2024, foi dada continuidade à implementação do Plano de Reforço de Segurança, que contempla um conjunto abrangente de medidas para reforçar a proteção e segurança dos trabalhadores e das instalações, que passa pelas seguintes componentes: (i) organizacional; (ii) de auditorias/inspeções e vistorias; (iii) de melhoria das condições físicas de segurança das instalações e dos equipamentos; (iv) de melhoria das condições de resposta em caso de emergência; (v) de sinalização e segurança; (vi) de procedimentação de segurança; (vii) de formação e melhoria das competências; e (viii) de melhoria da informação e da comunicação.

Em cumprimento do compromisso de melhoria contínua, assumido como pilar da Política de Sustentabilidade Empresarial, a Tejo Atlântico manteve, durante o ano de 2024, a certificação do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de:

- Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001);
- Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001);
- Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001);
- Gestão da Energia (NP ISO 50001);
- Gestão de Ativos (ISO 55001);
- Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457).

Alinhados com a necessidade urgente de aumento de resiliência dos sistemas de saneamento, promovendo as boas práticas de redução do risco e aumento da resiliência das infraestruturas, foi desenvolvido o "Plano de Contingência para eventos de precipitação extrema".

Em 2024 iniciámos o projeto para Reengenharia dos Processos da Tejo Atlântico, na perspetiva da melhoria contínua, e com o importante objetivo de mapear os principais processos da cadeia de valor com o intuito de permitir identificar as potenciais oportunidades de melhoria conducentes a um aumento da eficiência da empresa.

Arp

ALP

Tejo

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Alinhados com a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020 -2023 e com as recomendações da EU para o setor da água e das obrigações relativas a cibersegurança, a Tejo Atlântico deu continuidade, em 2024, ao plano de digitalização da Empresa.

A forte aposta na transformação Digital, quer a nível de trabalho quer a nível de investimento, permitiu ser possível em 2024 a implementação de diversas ferramentas digitais que permitem um aumento da eficiência e resiliência dos processos empresariais (plataforma de formação online, uma nova solução digital de picagem de ponto (*Virtual Clock*), serviço de *Helpdesk* 24 horas/365 dias por ano, robots digitais para processamento de dados libertando os recursos de tarefas rotineiras, etc). Também se deu início a uma prestação de serviços de mapeamento de fluxos e dados no seio da organização que constitui a base para o processo de Telegestão Fase III com a qual se pretende disponibilizar de forma segura a informação a toda a organização.

Teve continuidade o processo de implementação da Telegestão (fase I), com uma execução física da empreitada a atingir os 40% em 2024 e que será concluída em 2025 com o expectável impacto na eficiência das operações.

Na área da comunicação, deu-se continuidade ao trabalho que contribui para a notoriedade da Empresa, criando um *goodwill* junto do setor, da sociedade e de outros *stakeholders*, promovendo as melhores iniciativas para os públicos interno e externo. Ao nível do desenvolvimento empresarial foi dada continuidade ao trabalho de afirmação e consolidação dos novos conceitos e o seu enquadramento no âmbito da economia circular, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento.

Em outubro de 2024, realizou-se a 8.ª edição do "Caminho da Inovação", um evento dedicado à inovação do setor da água que pretende trazer para a primeira linha o futuro da água. Este evento é um espaço privilegiado de partilha de conhecimento e apresentação de casos de estudo inovadores. O tema central desta edição foi "Inspirados pelo Futuro", destacando a importância das parcerias para impulsionar a inovação e sustentabilidade do setor, que contou com a participação de 18 oradores de renome.

O Caminho da Inovação 2024 reforçou a nossa consciência de que a inovação e a colaboração são motores essenciais no garante da sustentabilidade do setor da água.

Em 2024, o Programa Regional do Centro 2021-2027 aprovou a candidatura referente ao apoio financeiro comunitário à "Empreitada de Conceção-Construção para Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos", com uma taxa de comparticipação de 85%. Uma empreitada, que se encontra em curso, registando uma execução financeira de 35%, e tem como objetivo a adequação da capacidade da ETAR para receber os caudais afluentes, domésticos e não-domésticos, aliada à necessidade de substituir equipamentos em fim de vida.

Destaca-se por fim a obtenção da aprovação, atempada, do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2025, o que permite iniciar o ano de 2025 sem constrangimentos à realização de despesa e investimentos face ao previsto e aprovado no PAO.

[Handwritten signature]

ANP

Atos

[Handwritten signature]

No contexto externo, destaca-se a aprovação da revisão da Diretiva Comunitária para as Águas Residuais Urbanas que introduz um conjunto de alterações à diretiva em vigor. Estas alterações têm um impacto significativo e implicarão uma profunda transformação do setor, com especial incidência em instalações de média e grande dimensão, como aquelas operadas pela Tejo Atlântico.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Atos

Handwritten signatures and initials.

Síntese de Indicadores

Quadro 1 - Indicadores Financeiros

Indicadores financeiros	unidade	2022	2023	2024
Volume de negócios	MEur	83,4	90,8	98,6
Resultado operacional	MEur	13,1	13,0	21,4
EBITDA Ajustado ¹	MEur	34,2	32,0	37,6
Resultado líquido	MEur	5,6	7,0	6,9
Resultado líquido sem DRG	MEur	9,3	9,1	7,4
OPEX (CMVMC + FSE + Pessoal)	MEur	48,6	57,9	60,0
PRC (OPEX / Volume de negócios)	%	58%	64%	61%
PRC (OPEX / Volume de negócios) sem gastos excecionais	%	52%	48%	60%
Endividamento bruto ²	MEur	188,1	173,4	158,2
Endividamento líquido ²	MEur	113,3	111,0	103,3
Dívida bruta de clientes	MEur	12,2	16,3	11,1
Dívida líquida de clientes	MEur	12,2	16,3	11,1
Infraestruturas operacionais brutas (DUI bruto)	MEur	929,8	947,0	966,5
Infraestruturas operacionais líquidas (DUI líquido)	MEur	428,2	419,1	414,3
Investimento do ano ³	MEur	13,8	17,7	20,7
Ativo total	MEur	578,9	562,7	546,4
Passivo total	MEur	461,1	443,2	426,7
Capital próprio	MEur	117,8	119,5	119,7

¹ Resultado Operacional+Amortizações+Perdas por Imparidade-Subsídios ao Investimento-Desvio Recuperação de Gastos

² Em 2023 o cálculo do indicador não considera os juros suportados com o Empréstimo do BEI

³ Inclui Ativos sob direito de uso. Não inclui abates

Quadro 2 - Indicadores de atividade

Indicadores de atividade	unidade	2022	2023	2024
Efluente faturado	Mm ³	182,1	183,5	184,9
Efluente tratado ¹	Mm ³	188,8	197,9	217,8
Efluente recolhido	Mm ³	191,1	200,4	222,9
Municípios servidos	nº	23	23	23
Municípios abrangidos	nº	23	23	23
População servida	Mhab	2,3	2,3	2,3
Número de colaboradores no final do ano	nº	406	396	414

¹ Efluente tratado e transportado

Quadro 3 - Indicadores de infraestruturas

Infraestruturas	unidade	2022	2023	2024
Número de ETAR	nº	100	100	100
Número de Estações Elevatórias	nº	284	284	282
Emissários Submarinos	nº	5	5	5
Rede de coletores ¹	Km	1 140	1 132	1 141

¹ Inclui condutas elevatórias. Em 2022 considerou-se como rede de coletores os emissários submarnos, situação que foi corrigida em 2023

Handwritten signature.

amp

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

[Signature]

[Signature]
[Signature]

A Empresa

[Signature]

AMP

Kelos


M
B

M

Quem somos

Missão, Visão e Compromissos

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., (adiante também designada sociedade ou Tejo Atlântico), é uma sociedade do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (AdP).

A sociedade tem por missão gerir de forma eficiente e sustentável o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a otimização dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente, e da sustentabilidade económica e financeira, contribuindo para o desenvolvimento regional e ordenamento do território em alinhamento com os objetivos sectoriais nacionais, comunitários e de desenvolvimento sustentável.

A Tejo Atlântico pretende ser reconhecida como Empresa inspiradora a nível global pela sua qualidade do serviço de excelência, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.

No âmbito da nossa missão e prossecução da nossa visão, assente em cinco valores chave: Compromisso, Integridade, Transparência, Respeito e Excelência, e comprometidos com a disponibilidade de informação e recursos necessários, trabalhamos diariamente para:

- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;
- Gerir os ativos físicos, permitindo otimizar a relação entre os riscos, os custos e o desempenho, numa perspetiva integrada do seu ciclo de vida, e assegurando que os mesmos cumprem o seu propósito, gerando valor;
- Executar o investimento necessário na prossecução da nossa missão, implementando abordagens para a otimização global da gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais;
- Orientar a conceção do sistema para a economia circular, garantindo uma maior eficiência no uso de recursos e promovendo a prevenção da poluição, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis, na aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, na reutilização da água residual tratada e na procura de novas soluções para as lamas do processo;
- Ser um agente de mudança, pela ação e pela inspiração, contribuindo para um planeta descarbonizado;
- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho seguro e saudável para a prevenção de lesões e afeções da saúde, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos

negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da eliminação dos perigos e da redução dos riscos;

- Garantir a igualdade de tratamento e oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira e a conciliação e participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida pessoal, familiar e profissional;
- Garantir uma organização transparente, com acesso à informação necessária a uma elevada performance;
- Garantir uma cultura de segurança da informação e cibersegurança, assumindo a informação como um ativo crítico, e garantir a proteção do seu tratamento, de forma adequada, fundamentado nos princípios da sua disponibilidade, integridade, confidencialidade e rastreabilidade, em cumprimento com o estabelecido na Política de Segurança da Informação da Tejo Atlântico;
- Assegurar a proteção dos dados pessoais e respetivo tratamento de acordo com as finalidades previstas em cumprimento com o estabelecido na Política de Proteção de Dados Pessoais;
- Incentivar uma cultura de investigação, desenvolvimento e inovação dinamizando e estimulando a criatividade e a criação de valor, potenciando novos conhecimentos e competências, nomeadamente através de criação de parcerias externas e demonstração de soluções tecnológicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Empresa, da região e das diferentes partes interessadas;
- Conferir responsabilidade e motivação aos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, envolvendo-os através da consulta e da participação, fomentando o trabalho em equipa, e promovendo a formação contínua;
- Estabelecer uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência dos respetivos desempenho e modelo de gestão.

A atividade da Tejo Atlântico pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, indicados no quadro abaixo.

Valores éticos do Grupo AdP e princípios de atuação

O Grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

Figura 1- Valores éticos do grupo AdP e princípios de atuação

Descrição, Atividade e Presença

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi constituída em 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída a exploração e a gestão, em regime de exclusividade, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

O referido sistema multimunicipal, gerido e explorado pela Tejo Atlântico, integra os antigos Sistemas Multimunicipais existentes à data da sua fusão no sistema multimunicipal de abastecimento de Águas e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que a seguir se identificam:

- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho, e gerido pela então SANEST, S.A.;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e gerido pela então SIMTEJO, S.A.;
- Componente de saneamento do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, e gerido pela então Águas do Oeste, S.A. (AdO).

A constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., decorre da cisão do anterior Sistema Multimunicipal de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade que o geria, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cuja gestão se encontrava delegada na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL).

O Sistema da atual sociedade integra como utilizadores de saneamento de águas residuais 23 municípios, a saber:

- | | |
|----------------------|-------------------|
| • Alcobaça; | • Mafra; |
| • Alenquer; | • Nazaré; |
| • Amadora; | • Óbidos; |
| • Arruda dos Vinhos; | • Odivelas; |
| • Azambuja; | • Oeiras; |
| • Bombarral; | • Peniche; |
| • Cadaval; | • Rio Maior; |
| • Caldas da Rainha; | • Sintra; |
| • Cascais; | • Sobral de Monte |
| • Lisboa; | Agraço; |
| • Loures; | • Torres Vedras; |
| • Lourinhã; | • Vila Franca de |
| | Xira. |



O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, diploma de constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (AdLVT), entrou em vigor no dia 3 de abril de 2017, tendo a EPAL, por gestão delegada da AdLVT, assegurado a exploração e a gestão do sistema por conta da Tejo Atlântico até ao dia 30 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 61.º do referido diploma e em conjugação com o respetivo Contrato de Concessão.

Aguas do Tejo Atlântico, S. A.

AdP
Tejo
B
Jun
16

Cadeia de Valor

A Empresa atua numa extensa cadeia de valor que agrega um conjunto interdependente de competências, que contribui para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento de elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que se apresenta de seguida, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, com especificação das atividades de operação desenvolvidas.

Operação - Saneamento



Figura 2 - Cadeia de Valor

Os nossos Stakeholders

A Tejo Atlântico está consciente das suas responsabilidades enquanto Empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho de uma Empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da Tejo Atlântico (e do Grupo AdP) passa por um exercício de partilha e transparência da Empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

A Tejo Atlântico (e o Grupo AdP) identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:

11



Figura 3 – Stakeholders

Através dos diversos serviços, a sociedade pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *Stakeholders* acima descritos.

Os diversos serviços atuam como interlocutores entre a Comissão Executiva e os *Stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da Tejo Atlântico neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

Deveres especiais de prestação da informação

A Tejo Atlântico cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, e assegura o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *Stakeholders*.

AMP

Ateto

MB
mu
bb

Vogal Efetivo | Dra. Catarina Alexandra Carvalho Fins

Vogal Efetivo | Dra. Laura Maria Jesus Rodrigues

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SROC | Deloitte & Associados, SROC, S.A.

ROC Efetivo | Dra. Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

ROC Suplente | Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Dr.ª Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira

Vogal Efetivo | Dr. Rui Mendes Costa

Vogal Efetivo | Dr. João Paulo da Cruz António

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2024, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem dispunha de qualquer sucursal.

MB

MP

12/10

13/10

A NOSSA SUSTENTABILIDADE

O NOSSO PROPÓSITO

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

"Fazer a diferença na vida das pessoas" é o nosso propósito, que nos compromete enquanto Empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

A atividade desenvolvida pela Tejo Atlântico tem o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a governança para cumprir o nosso propósito.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

A Tejo Atlântico firmou, em dezembro de 2021, o Compromisso de Integridade, reforçando a adoção da sua Política de Integridade e instrumentos associados para promover uma cultura organizacional baseada na integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta (www.adp.pt/downloads/file449_pt.pdf); Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corupcao-e-infracoes-conexas); Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional no Grupo Águas de Portugal é conduzida por dois órgãos independentes e complementares: o Conselho de Ética, de natureza consultiva, com o objetivo de promover elevados padrões éticos na cultura e conduta da Empresa, e a Comissão de Ética, de caráter executivo, responsável pela análise de denúncias e questões éticas reportadas por canais confidenciais e seguros.

A Tejo Atlântico dispõe de uma **Linha de Integridade**, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo.

13/10

ARP

Adm

JP

LS

JP LS

como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

As nossas Ambições

As Ambições de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal e da Tejo Atlântico relevam o trabalho com propósito, a ação climática, a economia circular da água, a valorização dos territórios, a inovação com impacto, a cooperação internacional para a gestão da água e a educação para a sustentabilidade.



Figura 5 – Compromisso de sustentabilidade

Promovemos um ambiente de trabalho que valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, bem como a segurança, saúde no trabalho e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Em termos de ação climática, focamos na neutralidade e autossustentabilidade energética, na redução de emissões de gases com efeito de estufa e na resiliência dos sistemas face às alterações climáticas.

A aposta na economia circular da água visa a gestão eficiente do ciclo urbano da água, conservando recursos hídricos e minimizando desperdícios. A valorização dos territórios assenta na prestação de um serviço público de excelência, fortalecendo a relação com comunidades, protegendo a biodiversidade e promovendo a saúde pública. Paralelamente, a inovação é incentivada através de projetos de IDI, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Na dimensão internacional participamos em projetos do Grupo Águas de Portugal ao nível da cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimentos e apoiando programas em países em desenvolvimento. A

JP

ALP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

educação para a sustentabilidade é uma das nossas ambições, que prosseguimos visando sensibilizar para o valor da água no contexto do desenvolvimento sustentável.

No ano de 2024 deu-se continuidade à publicação do relato de sustentabilidade da Tejo Atlântico, através do Relatório de Sustentabilidade do ano de 2023 ([Relatório de Sustentabilidade | Águas do Tejo Atlântico](#)). No referido relatório transmitiu-se os principais compromissos assumidos pela Tejo Atlântico no âmbito da nossa atividade, destacando os nossos progressos e desafios de uma forma transparente, alicerçada numa governança responsável e demonstrando o compromisso com a preservação do ambiente e o comprometimento com as nossas pessoas e as comunidades onde nos inserimos.

A NOSSA ESTRATÉGIA – INSPIRADOS PELO FUTURO

Os seis primeiros anos de vida da Empresa foram dedicados à organização, uniformização de processos e metodologias de trabalho, a assegurar a continuidade de operação dos ativos que servem cerca de 2,3 milhões de habitantes, mas também à inovação e ao desenvolvimento de um conjunto de ações, que no seu conjunto fazem a missão da Empresa uma das mais nobres, contribuindo para a proteção do ambiente, suporte de ecossistemas, proteção da saúde pública, desenvolvimento da atividade económica dos territórios que servimos, em particular o turismo, mas também para a inovação do setor.

Em 2023, com nova equipa de gestão da Tejo Atlântico iniciou-se um processo de diagnóstico e identificação de pontos de melhoria da organização, enquadrados com os desafios externos, as ambições internas e o alinhamento com o EVEF e com as orientações estratégicas específicas da holding, bem como os objetivos de gestão do mandato. Este processo, concluído em setembro de 2023, envolveu a auscultação de todos os colaboradores da Empresa, o envolvimento direto dos quadros das primeiras linhas e resultou na definição da estratégia 23/25 - **Inspirados pelo Futuro** - que pauta a atuação das equipas de gestão.

Importa salientar que este processo decorreu num momento em que se consolidava a consciência global de que nos encontramos num momento singular na história de várias gerações, pela encruzilhada da incerteza em que o mundo se encontrava, resultante da emergência ambiental, instabilidade económica e política, crises globais de saúde pública, de alimentação e energia, de ameaça à paz global, de falta de credibilidade de lideranças e falência de um sistema de valores e ética. A perceção global do momento singular acentuou-se em 2024, quando verificamos que os elementos indutores e catalíticos destes processos estão interligados, com dinâmicas de evolução imprevisíveis, agravado pelo facto de que a mudança se encontra num processo de aceleração continuada.

Neste contexto de incerteza, o setor da água assume particular importância pela responsabilidade que desempenha na estabilidade do ténue equilíbrio de vários desafios globais, como o clima, a energia, a alimentação, a saúde pública, entre outros. De facto, o setor dos serviços de águas está no epicentro de grande parte destes fenómenos, mas contraditoriamente é reconhecido como um setor resistente à mudança e com reduzida agilidade na adaptação. Vários fatores contribuem para essa perceção, incluindo o facto de ser um setor de capital intensivo, com infraestruturas

MLP

Ata

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

projetadas para largas dezenas de anos, com uma procura estável e por uma operação em contexto de monopólio fortemente regulado.

Esta realidade intrínseca do setor das águas encontra-se desfasada do ambiente VUCA (caracterizado por volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade), em que a aceleração tecnológica fez aumentar o fosso entre as organizações altamente eficientes e as que não acompanham a evolução, e que vão encerrando por não se conseguirem manter competitivas. São vários os exemplos deste contexto VUCA, como o caso da situação pandémica ou dos eventos climáticos extremos com que convivemos e os seus efeitos para o sector dos serviços de águas, que se manifestam em muitas dimensões, algumas delas, até há alguns meses, incalculáveis emergindo a necessidade do setor estar preparado para responder aos desafios crescentes, previsíveis e imprevisíveis.

Acresce à complexidade global a introduzida pelos mecanismos de regulação económica e ambiental, a decorrente do essencial equilíbrio acionista e, não menos relevante, a decorrente dos mecanismos de supervisão das empresas do Setor Empresarial do Estado, num país em que o equilíbrio das finanças pública é um imperativo de sustentabilidade nacional.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

No Grupo Águas de Portugal, o nosso empenho, alicerçado no quadro estratégico de compromisso, foi reforçado em 2022, com o Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP 2022-2025 (<https://www.adp.pt/pt/index.php?id=69&idn=465>) explicitando as nossas ambições pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos.

A definição de uma estratégia de atuação neste contexto exige o alinhamento dos diversos instrumentos mandatórios de cariz legal, contratuais de longo prazo, em particular, o contrato de concessão, o quadro estratégico de compromisso do Grupo AdP, com um horizonte temporal até 2030 e, obviamente, as orientações estratégicas e os objetivos de gestão para o mandato 2023/2025, bem como todos os que estamos comprometidos, designadamente os ODS e as várias estratégias nacionais e comunitárias nas áreas em que atuamos.

Mantendo na linha de horizonte os objetivos de médio prazo, a estratégia num contexto tão dinâmico necessita de ser focada, objetivada e suportada em objetivos quantificáveis e monitorizada regularmente, mas também com uma duração passível de ser revista num período de 3 (três) anos e certamente alvo de ajustes em períodos intercalares.

A Visão que guia a ambição da Tejo Atlântico e os objetivos a que nos propusemos exigem um quadro de atuação ambicioso, com a implementação de métodos de trabalho disruptivos, designadamente a utilização de tecnologias e recursos até à data indisponíveis, a motivação e mobilização sinérgica das equipas, bem como um plano de ação, faseado, alinhado com a estratégia, enformado de maior agilidade e que permita sucessos de motivação essenciais à continuidade da dinâmica da mudança.

[Handwritten mark]



Figura 6 – Visão Integrada

O EDIFÍCIO ESTRATÉGICO

A estratégia, Inspirados pelo Futuro, é guiada pela visão que partilhamos para a Tejo Atlântico de sermos **A Empresa líder a nível global, alicerçada numa qualidade de serviço irrepreensível, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, pela resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.**

Sabendo onde queremos chegar, estamos convictos de que as fundações de qualquer estratégia são essenciais para a robustez e sucesso da mesma. Para tal, fundámos este edifício da estratégia em 3 (três) fundações estratégicas (Eficácia, Eficiência e Propósito da ação) unidos por um elemento de ligação e essencial a esta robustez que somos Nós AdTA, remetendo para o valor essencial de todas as organizações que são as pessoas.

Trabalhando em cada uma destas dimensões e garantindo a superação em cada uma delas iremos assegurar um serviço de excelência.

Mas a Empresa ambiciona crescer, melhorar todos os dias e contribuir para um mundo melhor, inspirada pela Visão, pelo que elegemos 5 (cinco) pilares essenciais de crescimento: a Resiliência, a Digitalização, as Parcerias Sustentáveis, a Economia Circular e a Descarbonização das nossas atividades. Estes pilares de crescimento sendo transformacionais, têm um elemento transversal a todos eles, a mudança e a metamorfose de formas de trabalhar, em prol da organização, focados no nosso Propósito, que exigirá o envolvimento de todos para sermos bem-sucedidos. Queremos, em cada uma das dimensões da nossa estratégia, e através de um conjunto de ações estratégicas, convergir para a visão delineada para cada uma delas:

Nós AdTA - Seremos uma Empresa atrativa, motivadora, que investe nas competências dos seus profissionais, criando uma cultura de elevada performance, e na qual se trabalha com propósito e reconhecimento mútuo, assumindo o papel de centro de excelência do setor;

MP

Atos

AB

fu

Eficiência - Sermos a Empresa de referência na gestão dos recursos disponíveis, pautando-nos pelo rigor, capacidade de prestar contas de forma transparente e ágil, dando cumprimento à missão de forma sustentável;

Eficácia - Distinguímo-nos pela capacidade de planeamento e implementação de projetos e ações de forma ágil e eficaz;

Propósito - Cada colaborador desempenha as suas funções com o propósito, o alinhamento com os valores e a ética que torna a Tejo Atlântico uma Empresa maior;

Resiliência - Sermos a Empresa que todos os dias cumpre a missão e prepara um futuro progressivamente mais exigente com a ambição de transmitir um legado visionário de qualidade e fiabilidade;

Digitalização - Sermos a Empresa onde a informação é robusta, acessível e segura, continuamente disponibilizada à organização para gestão da eficiência, aumento da resiliência e promoção de novas atividades;

Parcerias Sustentáveis - A Tejo Atlântico seja um espaço de fomento à inovação, crescimento de iniciativas de valor acrescentado e de desenvolvimento do setor e do território, evidenciando o seu impacto positivo em termos sociais, económicos, na saúde pública e no ambiente;

Economia circular - A Tejo Atlântico como centro de competências da economia circular do setor da água em Portugal lidera de forma inovadora o processo transformacional de encontrar um recurso em cada resíduo que produzimos ou a que podemos integrar nas nossas atividades;

Neutralidade Carbónica - A Tejo Atlântico será a Empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade.



Figura 7 – Visão – Pilares da Estratégia

11

OS PILARES DA ESTRATÉGIA

Nós AdTA

Os recursos humanos são a espinha dorsal de qualquer organização. A Tejo Atlântico investe na capacitação dos seus trabalhadores, promovendo um ambiente inclusivo e diversificado. O desenvolvimento de competências técnicas e a sensibilização para questões ambientais são essenciais para alinhar os trabalhadores com os objetivos de sustentabilidade da Empresa.

São inúmeros os desafios neste pilar estratégico, bem conhecidos do setor empresarial do estado, agravados pelo facto de nos encontrarmos a competir com outras indústrias nacionais e internacionais por profissionais com competências técnicas na área das diversas engenharias, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Acresce que a Tejo Atlântico resultou da fusão de três empresas, duas delas pioneiras do setor do saneamento em Portugal, uma delas criada em 1995 e outra em 2002. Alguns dos trabalhadores originais dessas empresas, encontram-se nos quadros da atual Tejo Atlântico, pelo que a idade média da nossa Empresa é de 47 anos, resultando na incapacidade de um número considerável de trabalhadores para trabalhos mais exigentes fisicamente, com particular impacto e criticidade nas operações.

Eficácia

Um dos principais desafios das empresas públicas nacionais reside na eficácia das suas iniciativas fruto dos condicionalismos internos e externos, situação que nem sempre é devidamente valorizada fruto da sua atuação em nichos de mercado protegidos, com impacto no seu desempenho operacional, na satisfação do cliente pela qualidade de serviço, mas também no seu desempenho económico.

Adicionalmente, a falta de eficácia propaga-se pela organização, enraizando-se na cultura da Empresa, conduzindo a estruturas endofágicas que existem para gerirem as suas ineficiências, resultando pouco valor da sua atividade. Os processos de perda de eficácia são usualmente associados à idade das organizações, a processos de reorganização acelerados ou a sociedades onde a burocracia é dominante.

Eficiência

Os indutores de eficiência a que a Tejo Atlântico está sujeita, de forma continuada ao longo dos últimos anos, permitem-nos evidenciar através de um conjunto de indicadores objetivos, como a tarifa do serviço, rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios (GO/VN), energia produzida com recursos próprios, reagentes consumidos, entre outros, que somos uma das empresas mais eficientes no nosso contexto, face às limitações enfrentadas.

mlp

testes

13

14

Contudo, tal não nos conforma e realizamos esforços contínuos no sentido de otimizar os processos de tratamento, reduzir continuamente o desperdício, introduzir novas tecnologias e inovações nos processos e ativos com vista à minimização contínua dos custos do serviço. A eficiência operacional é crucial para oferecer serviços de alta qualidade de forma sustentável e com menor impacto ambiental.

A Tejo Atlântico procura constantemente melhorar a eficiência de suas operações e dos seus ativos, quer pela pressão tarifária a que estamos sujeitos, quer pela regulação económica e consequente avaliação da qualidade do serviço, mas também porque o profissionalismo e empenho das nossas equipas conduzem naturalmente a essa ambição.

Propósito e Cultura Empresarial

A história da Empresa Tejo Atlântico permite facilmente percecionar a necessidade de um esforço contínuo no sentido de criar uma cultura de colaboração, de trabalho em equipa e fortalecimento da identidade de uma Empresa que resulta da agregação recente de empresas, algumas delas com mais de duas décadas de existência.

Em qualquer organização, o trabalho de co-construção da identidade em prol da sociedade, pautada por uma atuação em conformidade com os valores, é contínuo e necessita de atenção constante.

Resiliência Empresarial

A resiliência dos ativos, processos e pessoal é um aspeto crucial da estratégia da Tejo Atlântico, sendo desafiado por diversos fatores internos e externos destacando-se com particular acuidade as alterações climáticas e eventos extremos conexos, as afliências indevidas aos sistemas de saneamento, a gestão e acesso seguro à informação e a gestão do conhecimento dentro da organização. A Empresa prepara-se para enfrentar vários desafios, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços necessitando de acautelar uma infraestrutura robusta, devidamente mantida, planos de contingência sólidos e permanentemente atualizados e uma estrutura de gestão ágil.

A gestão dos ativos físicos assume uma particular relevância nesta dimensão, sendo que no caso da Tejo Atlântico, uma gestão de ativos baseada na otimização do trinómio desempenho/risco/custo ainda está numa fase incipiente, necessitando de particular esforço da organização ao longo dos próximos anos.

Digitalização do Negócio e Inovação Tecnológica

O diagnóstico efetuado ao longo dos últimos anos demonstra de forma clara que a Tejo Atlântico enferma de um problema de crescimento rápido do número e complexidade das suas infraestruturas físicas sem o acompanhamento de uma evolução compatível por parte das infraestruturas digitais e recursos humanos com competências na área.

A digitalização exponencial de equipamentos, processos e utilizadores carece de uma continua atualização da infraestrutura digital de uma organização por forma a manter a funcionalidade e rentabilidade dos investimentos realizados. A título de exemplo, a telegestão de infraestruturas na Tejo Atlântico é possível num número limitado de

15

ANP

Atas

13

infraestruturas, a gestão de informação continua a ser um desafio e a otimização de processos poderá ser significativamente potenciada com o apoio do processo de digitalização que se pretende implementar, com recurso a IoT e análise de dados, para melhorar a gestão de ativos, monitorização da qualidade da água e resposta mais rápida a incidentes.

Esta estratégia, totalmente em linha com a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020 -2023 e com as recomendações da EU para o setor da água vertidos em Digitalization in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level e as obrigações relativas a cibersegurança vertidas na diretiva (UE) 2022/2555.

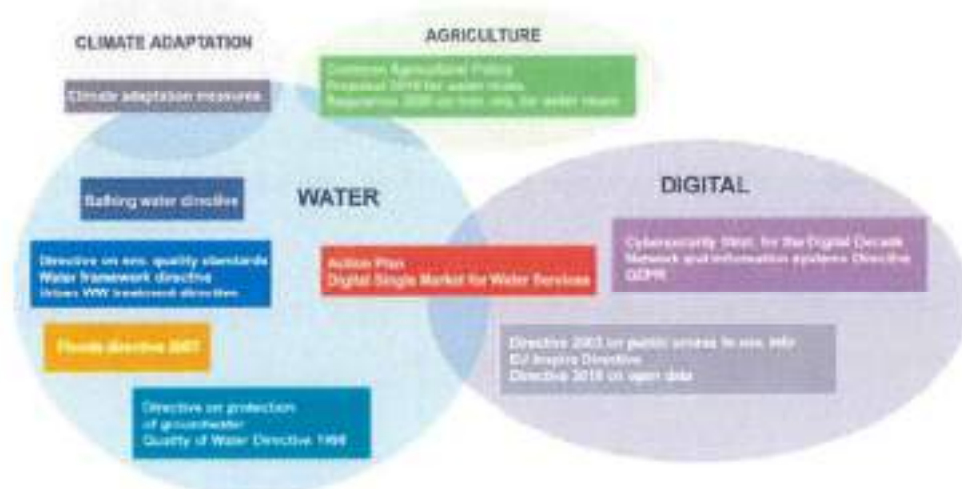


Figura 8 – Digitalization in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level

Parcerias Sustentáveis

A Tejo Atlântico pela sua natureza, enquanto sistema multimunicipal, com forte presença no território e pela missão que lhe está confiada no contrato de concessão tem por obrigação assumir-se como agente de desenvolvimento.

O desenvolvimento carece de uma dinâmica de parceria em várias áreas de atividade, quer seja na inovação, na prevenção de incidentes, na educação ambiental ou mesmo no desenvolvimento de novos negócios, como o caso do fornecimento de água para reutilização ou na extensão do negócio da Empresa à atividade na rede em baixa.

Economia Circular

A economia circular é uma prioridade global, visando a minimização da utilização de recursos essenciais bem com da produção de residuo. A reutilização de água tratada, como fonte hídrica alternativa, a valorização de lamas de ETAR em prol de uma gestão eficiente dos recursos hídricos são elementos-chave dessa estratégia nacional para a qual a Tejo Atlântico é determinante no atingimento dos objetivos delineados.

13

AdP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Atos

15

13

11

12

Acresce que a situação de escassez hídrica vivida em Portugal durante os últimos anos, a crise de fertilizantes sentida na Europa e a obrigatoriedade dos vários estados-membros em promover uma transição da fertilização sintética para a fertilização orgânica bem como a crise energética a nível global, vem colocar estas atividades no topo da agenda com a consequente necessidade de evolução do setor.

Neutralidade Carbónica

A Tejo Atlântico ambiciona ser a Empresa do Setor de Saneamento nacional com a mais baixa pegada de carbono, contribuindo para os desígnios nacionais de sermos um dos primeiros países ao nível global a atingirmos as metas do Acordo de Paris, assinado por Portugal em 2016, e que representa uma mudança de paradigma na abordagem e na dinâmica de resposta aos desafios das Alterações Climáticas.

Acresce que os compromissos de sustentabilidade assumidos pelas empresas do Grupo AdP, a estratégia nacional e comunitária será impossível de alcançar sem que se materialize uma estratégia baseada no impacto de cada organização na sua pegada carbónica global.

Para cumprir seu compromisso com a neutralidade carbónica, a Tejo Atlântico investe em fontes de energia limpa, na otimização de processos e na redução das emissões de carbono.

MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTO DA ESTRATÉGIA

A estratégia de desenvolvimento da Tejo Atlântico para o triénio é simultaneamente um compromisso e um instrumento de fomento do crescimento da Empresa que abraça a sustentabilidade como propósito.

O ano de 2024 foi efetivamente o ano de implementação da estratégia e das ações priorizadas no plano de ação, tendo sido monitorizada a sua eficácia através indicadores definidos para a mesma.

Ao nível da implementação da estratégia, a monitorização do plano de ação pode ser resumida a 31/12/2024 conforme a figura infra:

14

ANP
 águas do Tejo Atlântico, S. A.
 tda
 B
 13
 Jm
 16



Figura 9 – Balanço do Plano de Ação da Estratégia "Inspirados pelo Futuro"

As implementações progressivas de um conjunto de ações previstas na estratégia, permite identificar tendências de melhoria em vários pilares estratégicos, sendo resumidos pelos indicadores de monitorização que podem ser consultados em: Missão e Visão | Águas do Tejo Atlântico.

De entre eles destaca-se:



Figura 10 – Indicadores da Estratégia Inspirados pelo Futuro

Handwritten signature

MP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

ARP tejo

13
14
15

Relatório de Gestão

16

ARP de 10/10 B
B
por 10

11

AMP total  13
11/16

O Negócio

A ENVOLVENTE

Contexto Macroeconómico ⁽¹⁾

A evolução recente da economia mundial tem sido caracterizada por diferenças significativas de crescimento entre regiões e setores. O dinamismo da economia americana e das economias emergentes (excluindo a China) contrasta com a fraqueza das grandes economias europeias e o abrandamento na China. O dinamismo dos serviços continua a apoiar a atividade, em contraste com o enfraquecimento da indústria. A dinâmica da economia mundial permanece frágil, com riscos significativos de uma escalada dos conflitos geopolíticos ou do protecionismo.

Global

O crescimento global para o ano 2024 estima-se em 3,2% e é esperado um crescimento de 3,3% para 2025 e 2026.

A desinflação continua, mas existem sinais de que o processo está estagnado em alguns países e que em alguns casos, a inflação mantém-se elevada. A inflação global deverá cair para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026, convergindo para a meta definida de forma mais acelerada nas economias avançadas do que nas economias emergentes.

Zona do Euro

A atividade na área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias e da robustez do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2024, o PIB da área do euro registou um aumento de 0,4% em cadeia, acima do esperado, traduzindo em larga medida o ligeiro crescimento da atividade na Alemanha e o maior crescimento da economia francesa associado ao impacto dos Jogos Olímpicos. Nos primeiros três trimestres de 2024, a Alemanha e a Itália apresentaram um desempenho económico bastante aquém do observado na média da área do euro, em contraste com o dinamismo da economia espanhola. As projeções para a atividade na área do euro foram ligeiramente revistas em baixa face a outubro, apontando para crescimentos de 0,7% em 2024, 1,1% em 2025, 1,4% em 2026 e 1,3% em 2027.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.



ANP
tato
Águas do Tejo Atlântico, S. A.
B3
mu

As projeções apontam para que a inflação na área do euro se reduza de 2,4% em 2024 para 2,1% em 2025, estabilizando em torno de 2,0% nos anos seguintes. Espera-se uma diminuição do preço do petróleo, particularmente em 2025, num contexto de abrandamento da procura na China.

As taxas de juro de curto prazo deverão continuar a diminuir, de forma mais rápida e em maior magnitude do que as projeções de outubro. Os futuros da Euribor a 3 meses indicam uma descida de 1,4 pp em 2025, para 2,1%, com uma relativa estabilização nos anos seguintes.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2024 são os seguintes:

Quadro 5 – Indicadores Económicos (INE)	Estimativa 2024	Ano 2023
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	1,7%	2,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	3,0%	2,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,6%	5,3%
Taxa de desemprego	6,4%	6,5%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,562%	3,861%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,96%	3,24%

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, projetando-se em 2,2% para 2025 e 2026, reduzindo para 1,7% em 2027. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e 2,1% em 2025, estabilizando em 2,0% em 2026–2027.

O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica.

O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo.

A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2% em 2023 para 2,6% em 2027. Esta evolução reflete a substituição de dívida emitida no passado a taxas de juro inferiores às das atuais emissões, bem como o aumento das necessidades de financiamento líquidas por via da deterioração da situação orçamental.

X

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente em 2024 possa atingir 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025). A atual projeção aponta para um saldo de -0,1% do PIB em 2025, inferior aos 0,3% estimados no OE 2025.

O Setor ²

A água é, cada vez mais um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

A água constitui um elemento transversal no contexto atual de crise. Este facto é ainda mais evidente quando se associa a crise a uma dimensão de sustentabilidade, quer climática, quer de recursos quer de biodiversidade.

Constituindo-se com um bem cada vez mais escasso, a tendência é no sentido dum agravamento dessa escassez nas próximas décadas.

Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há uma necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental, dependem de um ciclo da água doce que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É, neste contexto e simultaneamente desafio(s) que urge garantir para além da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico, a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis).

Resulta assim, que a água e os serviços e atividades que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, se mantêm cada mais no centro do desenvolvimento sustentável, e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://ecobobserver.org>; <https://isa-network.org/>; <https://unric.org/pt>

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante, subsistem ainda alguns factos indelmentíveis:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.³
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no médio oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em regras vinculativas;
- o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;

³ <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

- o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2024, intitulado "Água para a Prosperidade e a Paz"⁴, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, destacou a importância da água como elemento central para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global.

Crise Geopolítica e Energética⁵

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar, um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

Por um lado, mantém-se o conflito na Europa oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia. A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas em outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos que, direta ou indiretamente, impactaram a geopolítica europeia e a crise energética durante o ano de 2024. Tensões no Mar do Sul da China (impacto global, incluindo nas rotas comerciais marítimas que afetam o fornecimento de energia e bens para a Europa); crise no Sahel (afeta a segurança de fornecimentos energéticos, como o urânio, essencial para a energia nuclear em países europeus); conflito na Síria (influencia as dinâmicas de gás natural no Mediterrâneo oriental, uma área estratégica para a Europa); tensões em Arménia e Azerbaijão (Nagorno-Karabakh) (afetam rotas de energia, já que o Azerbaijão é um exportador importante de gás natural para a Europa, sobretudo no contexto da diversificação em relação à Rússia e disputas no Ártico (com o degelo, a região torna-se um campo de disputa entre grandes potências como Rússia, EUA, Noruega e Canadá, o que afeta a exploração de novos recursos energéticos, incluindo gás e petróleo).

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano *REPowerEU* Europeia que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

⁴ <https://unesdoc.unesco.org>

⁵ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

ARP *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022).

Em 2022, também como resposta à crise geopolítica, foi publicado o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. Pela sua importância a vigência do Plano de Poupança de Energia foi prorrogada até 31 de março de 2024.⁶

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

No 15º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.

Em simultâneo, procedeu-se à revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2023 (PNEC) que foi aprovada em outubro de 2024⁷. Uma das alterações efetuadas é o aumento da meta nacional para a redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. Este plano traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

O Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) estabelece objetivos para a transição energética, incluindo a redução da dependência energética do exterior e o aumento da produção doméstica de energia a partir de fontes renováveis.

⁶ Cf. Despacho n.º 1572/2024 de 08 de fevereiro de 2024.

⁷ Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024 de 30 de outubro

[assinatura]

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

O abastecimento e o saneamento em Portugal⁸

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Quadro 6 - Dados RASAR2023⁹
Nacional

Panorama

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,4 milhões de habitantes servidos 96% de alojamentos servidos 195 litros: consumo médio diário de água por habitante - Tarifa média ponderada: 0,5673EUR/m³ - Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,72%	8,4 milhões de habitantes servidos com drenagem 85% de alojamentos servidos 8,4 milhões de habitante servidos com tratamento 85% de alojamentos servidos com tratamento 1,75 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente - Tarifa média ponderada: 0,5415EUR/m

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na

⁸ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

⁹ RASARP 2023 Volume 1 e RASARP Volume 2

AARP

Atos

infraestruturação dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros 23/2024 aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo elaborar uma estratégia de desenvolvimento de um quadro de planeamento da água que articule todos os instrumentos de gestão em vigor, promova a sustentabilidade das massas de água, assegure a garantia do abastecimento de água, salvaguardando O PENSAARP 2030¹⁰ estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

Em julho de 2024¹¹ foi criado um grupo de trabalho que define as linhas de ação da estratégia "Água que Une" - um plano multisetorial que visa assegurar a disponibilidade de água para todos os usos essenciais e promover a sustentabilidade ambiental e social, o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos, orientada pelo seguinte quadro sequencial de prioridades:

- a) Aumento da eficiência hídrica e promoção do uso racional da água;
- b) Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento público, agrícola, turística, industrial;
- c) Promoção da utilização de água residual tratada;
- d) Otimização da exploração das infraestruturas existentes, através da promoção da multifuncionalidade do seu uso e do reforço da resiliência e redundância dos sistemas hidráulicos;
- e) Aumento da capacidade de armazenamento das infraestruturas existentes;
- f) Criação de novas infraestruturas e origens de água, onde se incluem infraestruturas de armazenamento, regularização e captação de água, unidades de dessalinização e, em último recurso, a interligação entre bacias hidrográficas.

A estratégia estabelece orientações para a elaboração do Plano Nacional da Água (PNA 2035) e para um novo plano de armazenamento e de distribuição eficiente de água para a agricultura, designado como Plano REGA.

¹⁰ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

¹¹ Despacho n.º 7821/2024 de 16 de julho de 2024

adp *Adp* *Adp* *Adp* *Adp*

O Grupo AdP em 2024

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a *task force* das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo no passado recente em contextos de situações de contingência ou de seca meteorológica e hidrológica verificadas.

Um exemplo recente foi a continuidade do esforço na definição de novas regras e medidas para o combate à seca, nomeadamente através do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, que se insere também no âmbito do PRR.

No âmbito desta área geográfica, a 8 de fevereiro de 2024 foi aprovado aprovou uma resolução que reconhece a "situação de alerta na região do Algarve, por motivo de seca" e aprova um "quadro de medidas de resposta imediata, de carácter temporário" para redução de consumos e racionalização da utilização dos recursos, com o objetivo de "ultrapassar as necessidades essenciais da época do Verão e terminar o ano de 2024 com reservas para 2025".

Assim, ainda no mês de fevereiro foi lançado o concurso público para a conceção, construção e exploração da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve que visa garantir a resiliência do abastecimento de água, designadamente em períodos de seca prolongada, através de um acréscimo das disponibilidades hídricas na região.

Adp

AdP

Tejo

AdP

Tejo

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, com especial incidência nos territórios mais críticos, não só a sul como a norte do país.

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o **Programa de Neutralidade Energética ZERO**, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como sendo dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2024, o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da *"Utilities of the Future"*.

A Energia no Grupo AdP

O preço da energia elétrica em Portugal

No ano de 2024 verificou-se uma forte variação nos preços dos mercados elétricos: no OMIE (mercado diário de eletricidade), no 1º semestre, existiu uma queda acentuada dos preços devido ao aumento das quotas de mercado, principalmente, pela maior contribuição das energias renováveis e uma recuperação dos valores com o decorrer do 2º semestre; o OMIP (mercado de futuros de eletricidade), no 1º semestre, desceu notoriamente, estabilizando com o decorrer do ano, tal como pode ser confirmado pela observação da seguinte figura.

AdP



Figura 11 - Evolução do preço da energia no OMIE

Em 2024 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 63,25 €/MWh (tendo sido de 88,27 €/MWh em 2023, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2024 do futuro de energia ibérico (OMIP) para fornecimento em 2025 foi de 66,89 €/MWh, diminuindo (-20,9%) face ao ano de 2023.

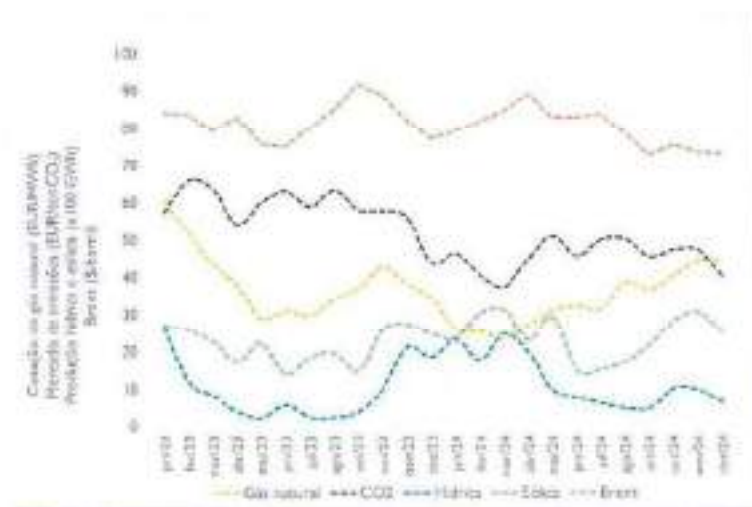


Figura 12 - Evolução das componentes que influenciam o preço da energia

Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a descida do preço médio do gás natural face a 2023 (-14,4%); de notar que apesar da descida do preço médio do gás natural, em 2024, o mesmo apresentou uma tendência de aumento ao longo do ano. A cotação mensal média do CO2 desceu face ao ano anterior (-21,9%). A produção hídrica foi significativamente superior (+23,5%), assim como a produção eólica em 2024 (+12,3%). Quanto ao preço do petróleo, o *brent* apresentou um preço médio em 2024 de 79,9 \$/barrel, valor inferior face a 2023 (82,03 \$/barrel).

AdP *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

Nos mercados diários europeus em 2024, as cotações de energia elétrica reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Quadro 7 - Variação da cotação média da Energia elétrica

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2024 (EUR/MWh)	2023 (EUR/MWh)	2024/ 2023 (%)
Portugal	63,25	88,27	-28,4%
Alemanha	78,55	94,92	-17,2%
França	57,90	96,60	-40,1%

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2025, reduziram-se face ao ano anterior, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Quadro 8 - Variação da cotação média da Energia elétrica no OMIP

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2024 (EUR/MWh)	2023 (EUR/MWh)	2024/ 2023 (%)
Portugal	103,92	176,28	-41,0%
Alemanha	137,32	298,65	-54,0%
França	162,38	368,00	-55,9%

No ano de 2024, o consumo nacional foi de 51,365 TWh, superior em +1,3% face ao registado em 2023.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (também designado por CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário, o pagamento das tarifas renováveis nas energias renováveis e as convergências tarifárias regionais. Em 2024 foi criado um novo termo tarifário, designado como financiamento da tarifa social, que veio a encarecer o preço de energia em cerca de 2,9 EUR/MWh.

Como sempre se tem referido, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e consequente aumento da TAR.

Em 2025 as TAR vão descer em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte, que pode induzir que é expectável um aumento do preço da energia elétrica e/ ou uma redução dos CIEG.

[assinatura]

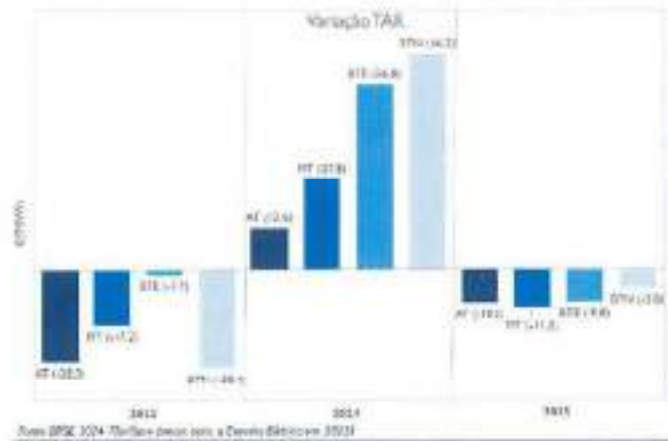


Figura 13 – Reparação com os custos de Energia e taxas

Em 2024, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2024 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um apenas para o fornecimento no 1º semestre, reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados, e outro para o 2º semestre, já de 12 meses (estendendo-se até jun/2025), porque o mercado ganhou estabilidade ao longo de 2024;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a redução do custo de energia verificada no 2º semestre (o preço médio de energia de mercado desceu de 95,75 €/MWh no 1º semestre para 78,55 €/MWh no 2º semestre).

Em 2025 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2025 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 7,8 milhões de euros face a 2024, fixando-se em torno dos 82,8 milhões de euros para um consumo da RESP de 749 GWh (-0,2% face a 2024).

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 5 de fevereiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2024 (+1,3% do que em 2023) cifrando-se em 782,08 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 0,1% do caudal em abastecimento de água e de 8,5% em água residual.

Destes, 751,03 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +1,2% do que em 2023 e 31,05 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+4,0% do que em 2023). Este valor de 751,03 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 748,64 GWh e 2,39 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de 5 empresas do Grupo AdP, projeto esse onde a participação das empresas do Grupo AdP foi interrompida por força de novas exigências técnicas que, não podem no momento atual, ser adotadas pelas nossas empresas.

Os dados de 2024 apontam para uma produção de 38,28 GWh/ano (-2,5% face a 2023), o autoconsumo foi de 31,05 GWh (+4,0% do que em 2023) e a energia vendida à RESP totalizou 7,22 GWh (-23,0% do que em 2023).

Em termos gerais, o saldo com a RESP¹² do Grupo AdP em 2024 foi de 751,03 GWh, o que representa uma variação de +1,2% do que em 2023, onde o saldo foi de 742,01 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP desceu para 4,9% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2024, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 05 de fevereiro 2024) deverá atingir em 2024 cerca de 92,7 milhões de euros, que corresponde a cerca de -7,84 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior (-7,8%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2024, os 179 veículos 100% elétricos e os 15 veículos plug-in, que integravam a frota de serviço do Grupo AdP, a 31 de dezembro de 2024, percorreram mais de 3,0 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 258 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representava uma redução de 928 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -61,0% (-135,3 tep), e o consumo elétrico foi de 402 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -615 toneladas (-89,6%).

¹² Os consumos de BTN referentes a nov/24 e dez/24 ainda não estão disponíveis, tendo sido utilizados os consumos dos meses homólogos de 2023.

No ano de 2024 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (1.363 veículos) consumiu cerca de 3,3 milhões de litros de combustíveis¹³ (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -11,5% face a 2023 ano em que foram consumidos 3,75 milhões de litros - e uma variação de +11,1% face a 2022, (onde se consumiram 2,99 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 9.095 l/dia em 2024 (em 2023 o consumo médio diário foi de 10.282 l/dia e em 2022 de 8.190 l/dia).

O consumo de combustíveis em 2024 correspondeu a um gasto total da ordem de 4,1 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -11,1% face a 2023 (4,6 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +5,2% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído).

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis manteve-se praticamente igual ao ano anterior: +0,3% no gasóleo e de +1,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

¹³ Os valores de consumo de combustíveis de 2024 no SAP, em certas empresas, ainda se encontram incompletos.

AdP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

toto

[assinatura]

[assinatura]

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar o consumo da energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Ao nível da delineação de uma estratégia, não podem deixar de ser tidos em consideração os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP - enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2024 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um mix integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

[assinatura]

AdP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

12/10

13

13

13

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só a implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Em 2024, o investimento acumulado apurado em novembro, no âmbito do Programa ZERO, totalizava 9,6 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Em 2018, O Grupo AdP assinou a carta de compromisso "*Business Ambition for 1.5°C*", iniciativa da *United Nations Global Compact*, comprometendo-se a evitar que as emissões de GEE em 2030 ultrapassem metade das emissões verificadas em 2010. Adicionalmente, o Quadro Estratégico de Compromisso e o Compromisso de Sustentabilidade vieram reforçar o esforço do Grupo em reduzir as emissões de GEE. De modo a responder a este desafio, o Grupo AdP tem em curso o Programa NEUTRO, com o objetivo de quantificar e reduzir as suas emissões de GEE.

Um dos objetivos do Programa NEUTRO é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas. O inventário de GEE é a ferramenta utilizada para tal contabilização, através de metodologias normalizadas.

Na elaboração do inventário do Grupo AdP foi utilizado o *GHG Protocol*. Esta ferramenta fornece um conjunto de orientações e requisitos, que permitem às empresas/organizações (de modo uniforme) medir e calcular as suas emissões de GEE, dividindo-as em três âmbitos:

- Âmbito 1 – emissões de GEE diretas decorrentes de operações que pertencem ou são controladas pela Empresa;
- Âmbito 2 – emissões de GEE provenientes do consumo de energia utilizada nas atividades da Empresa;
- Âmbito 3 – emissões de GEE indiretas (não contabilizadas no âmbito 2) que ocorrem na cadeia de valor, quer a montante, como a jusante, divididas em 15 categorias.

Em 2023 concluiu-se o desenvolvimento da ferramenta que calcula a pegada carbónica do Grupo AdP e das suas empresas e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 e de 2022. Já em 2024, concluiu-se o inventário relativo a 2023, apresentando os seguintes valores:

- Em 2022 as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,16 kg CO₂e/m³ água faturada e 0,44 kg CO₂e/m³ água residual faturada;
- Em 2023 as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,13 kg CO₂e/m³ água faturada e 0,41 kg CO₂e/m³ água residual faturada;

13

Em 2025 está previsto o inventário de 2024 e o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP, e que consubstanciará o Programa NEUTRO do Grupo.

Contexto Regulatório

Enquadramento Regulatório

Em 2024, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2024, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação Económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

AdP

tejo

13

mu

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro que definiu, para o ano de 2024, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 2026.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2024, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2024, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2024, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Recomendação relativa à divulgação e acesso à informação a disponibilizar no Sítio na Internet das entidades gestoras, ao Projeto de Recomendação relativa à informação a constar das faturas dos serviços, ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano, e à revisão do Projeto de Regulamento de Procedimentos Regulatórios (RPR).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

Tejo Atlântico – Atividade em "alta"

A Tejo Atlântico é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em "alta".

As tarifas e os rendimentos tarifários em "alta" praticados são avaliados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Tejo Atlântico, as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidas para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

13

ANP

tejo

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2024, as tarifas e os rendimentos tarifários aplicadas na faturação pela Tejo Atlântico, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rentabilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2024, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,98%.

O diploma constituinte da Tejo Atlântico, estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Tejo Atlântico, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2024 estavam registados nas contas cerca de 7,8 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes das atividades da Tejo Atlântico.

Regulação da qualidade do serviço

A Tejo Atlântico está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2024, foi apresentado o Volume 1 do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2023) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2022, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da

[Handwritten signature]

ANP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

tejo

13

mm

avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Tejo Atlântico, disponível em <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/qualidade-do-servico>.

Regulação da interface com o utilizador

A Tejo Atlântico está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação, as sugestões e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para o efeito, a Tejo Atlântico dispõe de procedimento documentado para gestão deste tipo de comunicações, assegurando o seu registo, acompanhamento e resposta. Paralelamente, disponibiliza no seu sítio da internet, uma interface que permite o contacto direto escrito: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/contactos>.

Em 2024 verificou-se uma taxa de resposta a pedidos de informação, sugestões e reclamações de 98,6%. Este valor corresponde a um decréscimo face ao verificado nos últimos anos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os objetivos da Tejo Atlântico são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas por despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime Jurídico.

Conforme também resulta do referido Regime Jurídico, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

11

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas, designadamente da Tejo Atlântico, no exercício da respetiva atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Deveres e responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o Estatuto do Gestor Público, deve pautar-se por:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão da Comissão Executiva, o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., deverá:

- Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prossequindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e à satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de

AMP *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
 - Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
 - Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
 - Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
- Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
- Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

[assinatura]

AdP

Costa

13

mu

- o Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
 - o Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - o Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
 - o Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - o Quanto à atração, à retenção, ao desenvolvimento e à sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - o No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
 - Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através de:
 - o Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
 - o Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão da informação e monitorização;
 - o Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
 - o Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
 - o Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
 - Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na Empresa, quando solicitado pela AdP Internacional.

As Orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão dos administradores executivos do Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2023/2025, aprovados em Assembleia Geral de 16/03/2024, foram submetidos à aprovação da UTAM em 27/11/2023, aguardando-se a respetiva aprovação.

13

ABP *Tejo* *AB* *ju* *AS*

As nossas Pessoas

Em 2024 prosseguimos com a implementação da estratégia "Inspirados pelo Futuro", com foco nas nossas pessoas dotando-as das competências necessárias para um futuro sustentável, de forma a dar resposta aos desafios futuros da Empresa.

O ano foi marcado por avanços significativos na qualificação e desenvolvimento das nossas pessoas, consolidando o compromisso da Tejo Atlântico com a valorização do talento interno. Através do Programa Qualifica, estabelecemos uma parceria estratégica com um Centro Qualifica para a certificação da experiência profissional, permitindo que vários colaboradores concluíssem o 12.º ano de escolaridade. Este investimento na educação de adultos não só reforçou a sua empregabilidade e motivação, como também elevou os níveis de qualificação da nossa equipa, contribuindo para um ambiente de trabalho mais competitivo e preparado para os desafios do futuro. Ainda no âmbito da valorização profissional, destacamos o primeiro Programa de Formação para Técnicos de Operação e Manutenção, promovido em parceria com a Academia das Águas Livres, refletindo o nosso compromisso no desenvolvimento contínuo das nossas equipas.

No seguimento da nossa estratégia, tendo como pilar essencial as nossas pessoas, e a par da continuidade das consultas de psicologia, demos mais um passo para assegurar o seu "bem-estar" concluindo a avaliação dos riscos psicossociais, estabelecendo como próximos passos a definição da políticas de mitigação dos problemas identificados.

A aposta no desenvolvimento e envolvimento das nossas pessoas é, e continuará a ser, um pilar essencial da nossa estratégia, promovendo a "cultura" Tejo Atlântico, e reforçando a nossa marca empregadora, retendo e atraindo novos talentos.

Continuamos a investir na transformação digital da organização, com incidência na capacitação dos trabalhadores e da modernização dos processos, através da expansão das plataformas internas de gestão do conhecimento e formação.

Sendo a valorização das Pessoas uma prioridade na estratégia da Tejo Atlântico, a formação desempenha um papel fundamental na qualificação dos colaboradores, promovendo a sua motivação e a melhoria do seu desempenho profissional. Os objetivos estratégicos incluíram a diversificação e expansão das temáticas formativas, ampliando a oferta para abranger novas áreas de conhecimento e competências, e o aumento da qualificação dos colaboradores, garantindo a disponibilidade de ferramentas necessárias para enfrentar os desafios futuros. Em 2025, esta aposta será reforçada, com iniciativas que promovam não só o desenvolvimento técnico, mas também o fortalecimento da cultura de segurança, incentivando a adoção de comportamentos seguros no dia a dia e contribuindo para um ambiente de trabalho mais responsável e maduro. Com estas iniciativas, a Tejo Atlântico entra em 2025 determinada a consolidar um ambiente de trabalho mais inovador, seguro e alinhado com os desafios do futuro.

Quadro 9 – Headcount

Headcount	2022	2023	2024	Varição 2024/2023
N.º Total Trabalhadores	406	398	414	16

M

Relativamente ao quadro de pessoal importa sinalizar que a contratação de trabalhadores encontra-se sujeita ao enquadramento legal aplicável à empresas do Setor Empresarial do Estado, mormente o Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO) de 2024, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, e que impõe que a contratação de trabalhadores que aumentem o número de trabalhadores da Empresa devem ser autorizados em PAO, limitando a sua remuneração à base da carreira da regulamentação coletiva em vigor, i.e., as bases da carreira conforme previstas no ACT em vigor no Grupo AdP.

Por outro lado, no que respeita à contratação para substituição de trabalhadores encontra-se prevista no artigo 133.º, n.º 1, do citado diploma legal e que prevê que "a celebração de contratos de trabalho sem termo para substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e que desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, desde que a remuneração do trabalhador a contratar: a) Corresponda à base da respetiva carreira e categoria profissional prevista em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em regulamento interno ou, quando não exista um regulamento de carreiras aplicável, corresponda à menor remuneração base que vinha sendo paga na empresa para o exercício da mesma categoria profissional; ou b) Represente um custo anualizado igual ou inferior ao custo anualizado com o trabalhador substituído".

Decorrente do enquadramento legal citado, e face à sua rigidez quanto à inflexibilidade de estratégia de negociação de condições remuneratórias, acrescida da escassez de recursos qualificados a nível nacional, a Tejo Atlântico tem tido dificuldades em reforçar a sua equipa.

Não obstante, e configurando o reforço das equipas essencial para os objetivos estratégicos da Tejo Atlântico, foi solicitada e autorizada, no PAO 2024, aprovado em 30 de julho de 2024, a contratação de 11 trabalhadores. Destas 11 admissões, 6 já foram efetivadas e 5, apesar de já iniciados os processos de recrutamento, ainda não se encontram concluídos, prevendo efetivarem-se em 2025.

No quadro 10 apresenta-se a distribuição dos trabalhadores pelas unidades orgânicas da Empresa.

Quadro 10 - Distribuição do Headcount por Direção/Departamento/Área

Direção/ Departamento/ Área	2022	%	2023	%	2024	%
Dir. de Operação	231	56,90%	227	57,04%	241	58,21%
Dir. de Manutenção	48	11,82%	47	11,81%	47	11,35%
Dir. de Comunicação e Desenvolvimento	6	1,48%	6	1,51%	6	1,45%
Dir. de Engenharia	19	4,68%	19	4,77%	17	4,11%
Dir. de Gestão de Ativos	22	5,42%	22	5,53%	22	5,31%
Dir. Administrativa e Financeira	20	4,93%	21	5,28%	23	5,56%
Dep. Jurídico	4	0,99%	3	0,75%	4	0,97%
Dir. Laboratório	21	5,17%	21	5,28%	22	5,31%
Dep. Recursos Humanos	7	1,72%	6	1,51%	6	1,45%
Dep. Planeamento e Controlo de Gestão	5	1,23%	5	1,26%	5	1,21%
Dep. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	3	0,74%	3	0,75%	3	0,72%
Dir. Sistemas e Soluções Digitais	6	1,48%	6	1,51%	6	1,45%

AdP

Águas do Tejo Atlântico, S. A. 




Dep. Segurança e Sustentabilidade Empresarial	9	2,22%	9	2,26%	8	1,93%
Assessores	2	0,49%	2	0,50%	2	0,48%
Secretariado	3	0,74%	1	0,25%	2	0,48%
Total	408		398		414	

Dos 414 trabalhadores, 1 trabalhador não pertence aos quadros de pessoal da Empresa, estando cedido à Tejo Atlântico por outra empresa do Grupo AdP.

Quadro 11 - Evolução do número de efetivos

Efetivos	2022	%	2023	%	2024	%
Quadro	404	99,51%	397	99,75%	413	98,76%
Cedências	2	0,48%	1	0,25%	1	0,24%
Total	406		398		414	

Conforme evidenciado no quadro 12, no ano de 2024, verificaram-se 46 entradas e 30 saídas.

As entradas ocorridas têm o seguinte enquadramento:

- 21 por internalização de trabalhadores que se encontravam a prestar serviço na Empresa, mas com vínculo precário. No PAO de 2023 foi autorizada a contratação de 33 trabalhadores, mas que devido à sua tardia autorização, em 30 de dezembro de 2023, apenas foi possível efetivar as contratações em 2024.
- 6 ao abrigo da aprovação do PAD 2024. No PAO de 2024, aprovado em 30 de julho de 2024, foi autorizada a contratação de 11 trabalhadores; todavia, em face do enquadramento setorial da Tejo Atlântico, a que acresce a globalização do mercado global, ainda se encontram por efetivar a contratação de 5 trabalhadores.
- 7 para suprir parte das saídas ocorridas em anos anteriores, por iniciativa do trabalhador, por situações de reforma ou por falecimento, cuja substituição ainda não havia sido efetivada;
- 11 para suprir saídas ocorridas em 2024, que resultaram da cessação da relação laboral não determinada pela Tejo Atlântico, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras por iniciativa do trabalhador;
- 1 regresso de ausência de longo prazo (Licença sem Vencimento);

No que respeita às saídas/suspensões de vínculos, no total de 30 trabalhadores, assentam em:

- 8, por Reforma Velhice/Invalidez;
- 1, por despedimento por justa causa;
- 22, por iniciativa do trabalhador.



Quadro 12 - Movimentos de pessoal

Movimentos de pessoal	2022			2023			2024		
	Cedências / Requisição	Outros	Total	Cedências / Requisição	Outros	Total	Cedências / Requisição	Outros	Total
Entradas	3	41	44	0	17	17	0	46	46
Saídas	2	19	21	1	24	25	0	30	30
Total	1	22	23	-1	-7	-8	0	16	16

No quadro 13, apresenta-se a distribuição por género, não existindo alterações significativas a registar relativamente aos anos anteriores.

Quadro 13 - Distribuição por género

	2022	%	2023	%	2024	%
Mulheres	123	30,30%	119	29,90%	119	28,74%
Homens	283	69,70%	279	70,10%	295	71,26%
Total	406		398		414	

No quadro 14 apresenta-se a antiguidade média dos trabalhadores.

Quadro 14 - Antiguidade

Antiguidade	2022	%	2023	%	2024	%
antiguidade < 2 anos	59	14,53%	43	10,80%	54	13,04%
antiguidade 2 a 5 anos	30	7,39%	49	12,31%	57	13,77%
antiguidade 6 a 10 anos	18	4,43%	17	4,27%	26	6,28%
antiguidade 11 a 20 anos	166	40,89%	146	36,68%	116	28,02%
antiguidade > 20 anos	133	32,76%	143	35,93%	161	38,89%
Total	406		398		414	

A idade média dos trabalhadores no final do ano 2024 é de 47 anos.

Quadro 15 - Estrutura Etária

Estrutura Etária	2022	%	2023	%	2024	%
idade <25	3	0,74%	1	0,25%	4	0,97%
idade 25-34	46	11,33%	46	11,56%	52	12,56%
idade 35-44	119	28,33%	117	29,40%	98	23,67%
idade 45-54	151	37,19%	150	37,69%	160	38,65%
idade >55	91	22,41%	84	21,11%	100	24,15%
Total	406		398		414	

ANP

teto

[Assinatura]

13 jul

Quanto ao nível profissional, não há a registar alterações significativas em relação ao ano anterior. Realçamos apenas que, no final de 2024, cerca de 45% dos trabalhadores são Profissionais Qualificados e cerca de 25% são Quadros Superiores.

Quadro 16 – Nível Profissional

Nível Profissional	2022	%	2023	%	2024	%
Dirigentes	29	7%	33	8%	29	7%
Quadros Superiores	103	25%	106	27%	104	25%
Quadros Intermediários (inc. contra-mestres e chefes de equipa)	23	6%	25	6%	29	7%
Profissionais altamente qualificados	50	12%	36	9%	47	11%
Profissionais qualificados	181	45%	178	45%	185	45%
Profissionais semiquualificados	17	4%	17	4%	17	4%
Profissionais não qualificados	3	1%	3	1%	3	1%
Total	406		398		414	

No quadro 17, apresenta-se as habilitações literárias dos trabalhadores, não existindo alterações significativas a registar em 2024 relativamente aos anos anteriores.

Quadro 17 – Habilitações

Habilitações	2022	%	2023	%	2024	%
Ensino Básico	133	33%	140	35%	128	31%
Ensino Secundário	122	30%	115	29%	124	30%
Ensino Superior	151	37%	143	36%	162	39%
Total	406		398		414	

Reiterando a prioridade na valorização dos Recursos Humanos, e desempenhando a formação um papel fundamental na qualificação das pessoas, em 2024, realizaram-se 132 ações de formação, totalizando 12 417 horas de formação. Os objetivos estratégicos planeados incluíam:

- Diversificação e Expansão das Temáticas Formativas – Ampliar a oferta de formação para abranger novas áreas de conhecimento e competências, alinhadas com as necessidades estratégicas da Empresa.
- Aumento da Qualificação dos Colaboradores – Garantir que um maior número de trabalhadores tivesse acesso a formações avançadas para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais.
- Adoção de um Modelo de Formação Mais Flexível – Adaptar os formatos de formação para atender às limitações de disponibilidade dos formandos, permitindo maior adesão, especialmente nas vertentes operacionais da Empresa.

[Assinatura]

Não obstante, não foi possível executar a totalidade do plano de formação 2024. Tal situação ficou a dever-se aos desafios práticos encontrados na sua implementação, nomeadamente a quantidade de ações que tiveram de ser asseguradas para responder à diversidade temática que se tentou incluir e da indisponibilidade de formandos nas Direções de Manutenção e de Operação, onde a escassez de recursos humanos dificultou a integração de outros trabalhadores para a participação em ações.

Comparativamente ao ano anterior, houve uma redução de 15,5% no total de horas de formação ministradas, assim como no número total de colaboradores que participaram. Essa diminuição deveu-se, sobretudo, a uma abordagem mais contida na evolução do Plano de Reforço de Segurança, cujas ações, que abrangeram todos os trabalhadores da Empresa e colaboradores temporários, foram amplamente desenvolvidas em 2023. Assim, em 2024, verificou-se um menor número de participantes nessas formações, dado que muitos já haviam sido capacitados no ano anterior, reduzindo a necessidade de reforço imediato. Ainda assim, destaca-se um aumento no número de ações de formação noutras áreas do conhecimento, alinhando-se de forma mais estratégica com os objetivos de desenvolvimento do Plano de Formação de 2024.

Quadro 18 - Formação profissional

Formação profissional	2022	2023	2024
N.º Horas de formação	10 585	14 710	12 417
N.º Ações de formação	64	76	132
N.º Formandos	421	453	408
Total de Trabalhadores	406	398	414

Em 2024, registou-se um aumento na taxa de absentismo comparativamente com o ano anterior, contrariando a tendência dos últimos anos.

Quadro 19 - Absentismo

Absentismo	2022	2023	2024
Horas Absentismo	60 586	44 223	45 582
Taxa de Absentismo	2,09%	1,58%	3,72%

Em 2024, aproximadamente 15% das horas de ausência foram atribuídas a acidentes de trabalho, totalizando 45 ocorrências, com uma média de 28 dias de incapacidade temporária absoluta por acidente. Observou-se um aumento no número total de acidentes de trabalho em comparação com o ano anterior, mas com menor gravidade — o número médio de dias perdidos por baixa diminuiu em relação a anos anteriores. Além disso, mais de 28.000 horas deixaram de ser trabalhadas devido a ausências por doença, refletindo uma estrutura etária em que mais de 60% dos colaboradores têm acima de 45 anos, sendo que 25% já ultrapassaram os 55 anos.

AMP

Ribeira

[Assinatura]

[Assinatura]

Quadro 20 - Acidentes de trabalho

Acidentes de trabalho	2022			2023			2024		
	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa
Sinistros encerrados	20	1 403	70	31	973	31	45	1240	28
Sinistros encerrados sem baixa	8	0	0	9	0	0	0	0	0
Sinistros em curso (com recálculo)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	28	1 403	70	40	973	31	45	1 240	28

Relativamente à frequência dos acidentes de trabalho, e apesar do aumento, face a 2023 (Quadro 21 – Indicadores de segurança), na taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho, bem como na taxa de frequência dos acidentes de trabalho, verifica-se que a gravidade dos acidentes de trabalho diminuiu. Isto indica que, embora o número de acidentes tenha crescido em 2024, a sua gravidade tem vindo a diminuir ao longo do tempo. A redução consistente do número médio de dias perdidos por baixa devido a acidentes de trabalho é um indicativo de que, embora os acidentes sejam mais frequentes, estes são menos graves, e os trabalhadores conseguem recuperar mais rapidamente.

Se, por um lado, estes dados podem ser interpretados como um sinal de que as medidas de prevenção e segurança estão a ser eficazes na redução da gravidade dos acidentes, por outro lado, ainda existem desafios na prevenção dos acidentes, apesar das melhorias na recuperação dos trabalhadores.

Quadro 21- - Indicadores de segurança

Indicadores de segurança	2022	2023	2024
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	39,22	33,11	38,75
TI: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	28,02	25,66	35,31

Relativamente à Medicina do Trabalho, evidenciam-se abaixo os exames efetuados em 2024.

Quadro 22 - Medicina no trabalho

Medicina do Trabalho	N.º Trab. 2022	%	N.º Trab. 2023	%	N.º Trab. 2024	%
Exames Admissão	28	11,24%	37	10,45%	45	10,42%
Exames Periódicos	177	71,08%	249	70,34%	312	72,22%
Exames Ocasionais	44	17,67%	68	19,21%	75	17,36%
Total de Exames	249		354		432	

Em 2024, deu-se continuidade à campanha voluntária de vacinação contra a gripe, tendo sido inoculadas 81 vacinas que representam 19,57% do total de trabalhadores da Empresa.

[Assinatura]

ARP

totos

[Signature]

B

mu

Quadro 23 – Vacinação

Prevenção Gripe Sazonal	2022	%	2023	%	2024	%
Vacinas inoculadas	111	27,34%	91	22,88%	81	19,57%
Total de trabalhadores	406		398		414	

Para além da Medicina do Trabalho, as consultas de Medicina Curativa disponibilizadas pela Empresa, que consistem em consultas de clínica geral, tendo por objetivo a resolução de problemas súbitos, a prescrição de receitas e o aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde, tiveram um acréscimo face aos anos anteriores, tendo tido uma aderência de 24,4% por parte dos trabalhadores em 2024.

Quadro 24 – Consultas

Medicina Curativa	N.º Trab. 2022	%	N.º Trab. 2023	%	N.º Trab. 2024	%
Consultas	91	22,41%	94	23,62%	101	24,40%
Total de Trabalhadores	406		398		414	

[Signature]

ANP
 [Handwritten signatures]

A ATIVIDADE

Introdução

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., tem por objeto social a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo, criado, em 2017, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, cuja concessão havia sido atribuída à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

O sistema multimunicipal compreende a exploração e a gestão dos serviços de saneamento de águas residuais de 23 Municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, provenientes dos extintos sistemas multimunicipais da SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste, que foram agregados no sistema multimunicipal da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2015. A população residente abrangida pelo sistema em 2024 foi de 2,3 milhões de habitantes.

Saneamento em Alta

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

No esquema apresentam-se os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, a produtos e a subprodutos da sua atividade de exploração em 2024.



Figura 14 - Atividade em grandes números

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

[Handwritten signature]

MRP

telos

AB

AB

ju

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios receptores em que os mesmos sejam descarregados.

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,3 milhões de habitantes. Uma nova atividade concessionada foi atribuída aos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais urbanas pela alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado por despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente e da ação climática, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Outros Negócios

Nos termos do Contrato de Concessão da Tejo Atlântico, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os Municípios;
- Nos termos previstos na lei, e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

ANP
Vetor
B
M
J
M

Atividade Operacional

Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes

Em termos operacionais, a Tejo Atlântico, é constituída por Centros Operacionais (CO), divididos em duas áreas regionais de acordo com o sistema multimunicipal, a zona Sul e a zona Norte. Dar nota que no final de 2024 procedeu-se a reorganização operacional através da fusão dos CO de Alcântara e Chelas no novo CO de Alcântara e dos CO de Alverca e Vila Franca de Xira no novo CO de Vila Franca de Xira, o que representa uma configuração com um total de 11 CO.

Quadro 25 - Sistema Tejo Atlântico

Região	Centro operacional		Região	Centro operacional	
SUL	ALC	Alcântara	NORTE	AAR	Alenquer, Azambuja e Rio Maior
SUL	BST	Beirolos e São João da Talha	NORTE	ANZ	Nazaré e Alcobaça
SUL	CDE	Costa do Estoril	NORTE	BCO	Bombarral, Cadaval e Óbidos
SUL	FRI	Frielas	NORTE	LPE	Lourinhã e Peniche
SUL	MFR	Matra	NORTE	TVD	Torres Vedras
SUL	VFX	Vila Franca de Xira			

No final de 2024, o conjunto de infraestruturas exploradas pela Tejo Atlântico incluía 100 Fábricas de Água em funcionamento, 292 estações elevatórias, 897 km de emissários e interceptores e, 245 km de condutas elevatórias. Durante o ano de 2024 entraram em exploração 4 estações elevatórias. Adicionalmente, verificou-se o aumento de mais 4 estações elevatórias, decorrente de um processo de uniformização da estrutura do sistema, para assegurar uma homogeneidade classificativa de estações elevatórias em toda a área de concessão.

Quadro 26 - Descrição do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Fábricas de Água (Quant.)	Estações Elevatórias (Quant.)	Emissários e Interceptores (km)	Condutas Elevatórias (km)	Capacidade total das FA (m3)	População equivalente de dimensionamento (e.p.)
SUL	ALC	2	15	22	7	85 392 846	886 000
SUL	BST	2	9	21	3	30 753 440	343 500
SUL	CDE	1	9	153	20	63 072 000	920 000
SUL	FRI	2	8	118	8	31 841 140	708 688
SUL	MFR	14	40	61	21	8 274 180	146 981
SUL	VFX	11	27	60	22	24 109 345	243 621
NORTE	AAR	31	26	79	23	8 799 950	105 586
NORTE	ANZ	6	13	34	18	10 253 580	150 603
NORTE	BCO	10	31	79	30	3 683 965	54 668
NORTE	LPE	10	34	98	25	5 577 857	84 600
NORTE	TVD	11	30	171	68	9 692 685	125 209
	Total	100	292	896,67	244,75	279 650 992	3 868 456

M

Quadro 27 - Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Volume tratado milhões m ³ /ano	Energia Consumida GWh/ano	Energia Produzida GWh/ano	Lamas milhares Ton/ano	Água + milhões m ³ /ano
SUL	ALC	71,4	26,8	2,1	62,9	1,1
SUL	BST	23,5	9,0	3,9	18,2	0,5
SUL	CDE	63,2	15,1	12,3	31,1	0,2
SUL	FRI	21,1	10,7	3,4	13,9	0,6
SUL	MFR	5,4	4,2	0,0	3,0	0,1
SUL	VFX	10,3	6,1	0,6	11,3	0,1
NORTE	AAR	5,1	3,7	0,0	5,6	0,1
NORTE	ANZ	4,4	2,9	0,0	5,3	0,1
NORTE	BCO	3,0	2,6	0,0	2,6	0,0
NORTE	LPE	3,4	2,1	0,0	3,1	0,0
NORTE	TVD	7,0	5,7	0,0	6,7	0,1
Total		217,8	88,9	22,3	170,8	3,0

O volume tratado de águas residuais foi de 217,8 milhões de metros cúbicos, atingindo os 78% da capacidade total de todos os subsistemas, com um cumprimento da licença de descarga em 97,49%.

No processo de tratamento das FA foram geradas 171 mil toneladas de lamas que, devidamente acondicionadas, foram aplicadas como fertilizantes orgânicos na agricultura.

O volume de água+ produzida (uso interno e externo) foi 3,0 milhões de metros cúbicos, que corresponde a cerca de 1,38% do volume total de águas residuais tratadas.

A energia necessária para o transporte «em alta» e para o tratamento de águas residuais foi de 88,9 GWh.

A energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 21,6 GWh, correspondendo a uma taxa de cobertura de 52,2% do consumo de energia elétrica nas FA que têm produção de energia.

A energia produzida a partir dos painéis fotovoltaicos foi de 0,65GWh, 24% acima do ano transato.

Nos quadros 28 e 29 apresenta-se a comparação, nos anos 2022, 2023 e 2024, dos principais dados e indicadores operacionais.

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Quadro 28 - Comparação dos principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2022	2023	2024	%23/22	%24/23
Água residual tratada	milhões de m ³	188,8	197,9	217,8	5%	10%
Água residual não tratada	milhões de m ³	1,9	0,8	3,2	-57%	285%
Consumo de energia total	GWh	89,5	87,8	88,9	-2%	1%
Consumo de energia FA	GWh	75,9	73,0	72,0	-3%	-1%
Consumo de energia EE	GWh	14,0	14,7	16,3	5%	11%
Consumo de reagentes	milhares de Ton	12,1	10,0	11,4	-18%	14%
Consumo de Água Potável	milhões de m ³	0,25	0,14	0,13	-43%	-9%
Consumo de água +	milhões de m ³	2,5	2,7	2,3	5%	-12%
Valorização de Lamas	milhares de Ton	160,3	160,0	170,8	0%	7%
Produção de areias e gradados	milhares de Ton	8,0	8,5	6,5	6%	-23%
Produção de água +	milhões de m ³	2,9	3,2	3,0	11%	-6%
Produção de Energia ⁽¹⁾	GWh	19,4	20,8	22,3	7%	7%
Qualidade das águas residuais	%	98,8%	98,4%	97,5%	-0,4 p.p.	-0,9 p.p.

⁽¹⁾ Reexpresso o valor de 2022

Quadro 29 - Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2022	2023	2024	%23/22	%24/23
Energia total/Volume tratado	kWh/m ³	0,474	0,443	0,408	-6%	-8%
Energia FA/Volume tratado	kWh/m ³	0,400	0,369	0,333	-8%	-10%
Reagentes/Volume tratado	g/m ³	64.004	50.318	52.210	-21%	4%
Água Potável/Volume tratado	m ³ /m ³	0,001	0,001	0,001	-46%	-17%
água +/Volume tratado	m ³ /m ³	0,015	0,016	0,014	5%	-15%
Lamas/Volume tratado	kg/m ³	0,849	0,808	0,784	-5%	-3%
Areia e gradados/Volume tratado	kg/m ³	0,042	0,043	0,030	1%	-30%

O único rácio de consumo/produção que teve uma evolução aparentemente não positiva prende-se com o indicador consumo de reagentes/m³, situação que é meramente aparente uma vez que um dos subsistemas que teve maior

aumento de caudal tratado foi o subsistema da Guia, com um aumento de volume tratado face a 2023 de 25,4%. Ora, pela sua conceção original, este sistema recorre a um tratamento assistido por reagentes (por forma a minimizar a área de construção da instalação), sendo responsável pelo consumo de 63,2% da totalidade dos reagentes consumidos na Empresa. Nesse sentido, o expressivo aumento de volume tratado neste sistema contextualiza o aparente aumento de consumo de reagentes por m³, quando na realidade, no subsistema da Guia, o consumo de reagentes/m³ tratado por comparação com o ano anterior teve um pequeno aumento de 2,5%.

Tal como já referido, concretizou-se durante o ano de 2024 o trabalho iniciado em 2023 e que consistiu na reavaliação de turnos diários, das rotas de operação, das sinergias entre centros operacionais, entre outras medidas. Paralelamente, com a criação do novo Departamento de Telegestão começou-se a estruturar o futuro em termos de modo de operar os sistemas e a criar condições para que, assim que novo sistema de telegestão entre em funcionamento, e logo desde os primeiros momentos, se possam obter resultados importantes na operacionalidade dos sistemas.

As restrições nas condições de recrutamento de trabalhadores, decorrentes do quadro normativo e regulatório das empresas do Setor Empresarial do Estado, a que acresce o aumento de idade das infraestruturas e o aumento de exigência na sua conservação e manutenção é um fator crítico na gestão e operação das infraestruturas da Tejo Atlântico. Importante referir que em 2024 foi aprovado o aumento da equipa de operação o que permitiu atenuar as dificuldades na gestão das equipas, de si algo curtas e com muitas limitações decorrentes da idade média elevada dos trabalhadores.

Apesar destes constrangimentos, o empenho diário das equipas operacionais tem demonstrando um claro compromisso dos trabalhadores com a Tejo Atlântico e com a importante missão de proteção e preservação do meio ambiente, tendo sido possível garantir o funcionamento das infraestruturas, protegendo os meios recetores e a saúde pública.

No ano de 2024, o cumprimento das licenças de descarga continuou a ser condicionado pelas fragilidades resultantes do estado de conservação das infraestruturas, das dificuldades de contratação e das descargas de efluentes industriais em algumas FA, sendo o caso de São João da Talha mais relevante, pela sua dimensão. Continuou a registar-se a definição de obrigações no momento da revisão das Licenças, que muitas vezes são impossíveis de cumprir no curto-prazo. Contudo, durante o ano de 2024, procurou-se agilizar o relacionamento com o regulador ambiental, de modo a garantir que a definição dos requisitos procure respeitar não só o interesse ambiental, mas também outros critérios igualmente importantes, tais como os custos de investimento e de exploração, especialmente num contexto em que, devido à revisão da DARU (Diretiva das Águas Residuais Urbanas), se perspetivam novos e avultados investimentos.

Continuou a ser desenvolvido o Plano Estratégico de Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (PECTURH), que consistiu na análise dos incumprimentos das FA e na necessidade da adaptação às novas licenças, que obrigariam a um investimento de mais de 45 milhões de euros, não previstos no Contrato de Concessão da Tejo Atlântico, para adaptação aos novos valores e parâmetros impostos nas TURH. Este trabalho tem-se revelado fundamental na sistematização das dificuldades no cumprimento dos Títulos, bem como para definição de ações

Handwritten signatures and initials: ANP, Kato, AD, B3, JLM, and others.

concretas (operacionais, de investimento ou outras) necessárias para o integral cumprimento dos Títulos, objetivo que a Tejo Atlântico estabeleceu para 2025. O Plano permitiu demonstrar junto da entidade licenciadora que alguns dos requisitos exigidos eram manifestamente desadequados, tendo os mesmo sido retirados pela mesma.

O reforço de segurança tem sido um dos focos de importante atuação, melhorando o desempenho das equipas e reduzindo os níveis de risco.

Água residual

Em 2024, o volume tratado de águas residuais foi de 217,8 milhões de m³, o que corresponde a uma média de 595,0 milhares de m³/dia e representa um incremento de 10,0% face ao valor de 2023.

Na Figura 15 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual tratada durante o ano de 2024.

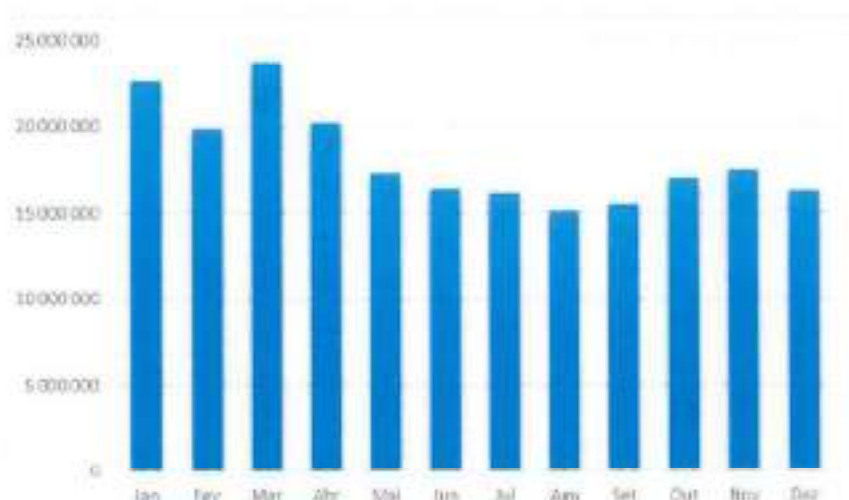


Figura 15 - Evolução mensal do volume de água residual tratada (m³)

Em 2024, o volume de água residual não tratada foi de 3,2 milhões de m³, que corresponde a 1,46% do volume de água residual tratada na Tejo Atlântico, representando um acréscimo de 285% face ao valor de 2023. O volume de água residual não tratada corresponde à água residual rejeitada por interrupção do serviço devido a avarias, falhas de energia, entupimentos e colapsos.

Este aumento significativo face a 2023 deve-se, em grande parte, aos períodos de paragem da EE3 de Alcântara, e que se impuseram para a execução dos trabalhos necessários, imprescindíveis e inadiáveis, da reabilitação de fissuras detetadas na sua conduta elevatória. As paragens da EE3 de Alcântara implicaram uma perda de 1,7 milhões de m³, que corresponde a cerca de 54% do total. De referir, ainda, a perda de cerca de 0,9 milhões de m³ na FA de Alcântara decorrentes de problemas registados nos tamisadores e que impediram a receção da totalidade do caudal.

Na Figura 16 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual não tratada durante o ano de 2024.

Handwritten signature.



Figura 16 - Evolução do volume de água residual não tratada (m³)

Principais dados operacionais

Energia

Em 2024, a energia total consumida foi 88,9 GWh que corresponde a uma média diária de cerca de 0,24 GWh, e representa um acréscimo de 1,28% face a 2023.

A energia necessária para o tratamento de águas residuais foi de 72,6 GWh (82%) e a energia para o transporte e elevação foi de 16,3 GWh (18%).

Na Figura 17 é apresentada a evolução mensal da energia consumida durante o ano de 2024.



Figura 17 - Evolução mensal da energia consumida (kWh)

Em 2024 a energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 21,6 GWh, que corresponde a uma produção média diária de 59,1 MWh/dia e representa um acréscimo de 6,6% face ao valor do ano anterior.

Destaca-se o acréscimo de produção, face a 2023, nas FA de Chelas, São João da Talha, Vila Franca de Xira e Guia e ligeiros decréscimos nas FA de Frielas e de Beírolas.

Na Figura 18 é apresentada a evolução mensal da energia produzida através de Biogás durante o ano de 2024, distribuída por Fábrica de Água.

Em 2024 a energia produzida a partir de painéis fotovoltaicos foi de 0,65 GWh, que corresponde a uma produção média diária de 1,77 MWh/dia e representa um acréscimo de 24% face ao valor do ano anterior, destacando-se o acréscimo de 51% na FA de Beírolas.

Na Figura 19 é apresentada a evolução mensal da energia produzida por painéis fotovoltaicos durante o ano de 2024, distribuída por Fábrica de Água.

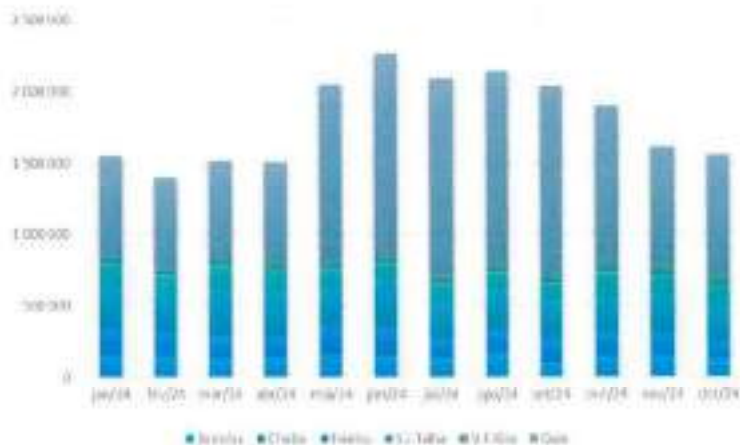


Figura 18 - Evolução mensal do volume da energia produzida através de Biogás por FA (kWh)

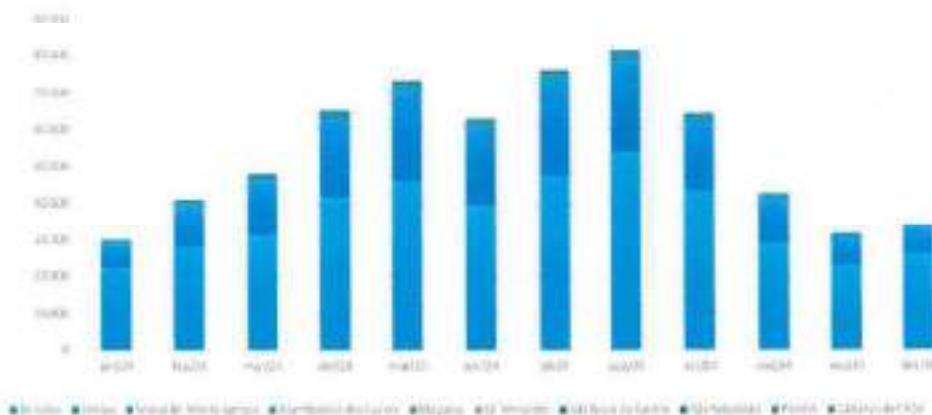


Figura 19 - Evolução mensal do volume da energia fotovoltaica por FA (kWh)

[Assinatura]

ANP *tratos* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

Reagentes

Em 2024, o consumo de reagentes foi de 11 370 Ton, que corresponde a um consumo médio diário de 31 Ton/dia, e representa um aumento de 14% face ao valor de 2023.

Na Figura 20 é apresentada a evolução mensal do consumo de reagentes durante o ano de 2024, salientando-se o acréscimo durante a época balnear na ETAR da Guia, decorrente de imposições da licença de descarga em época balnear,

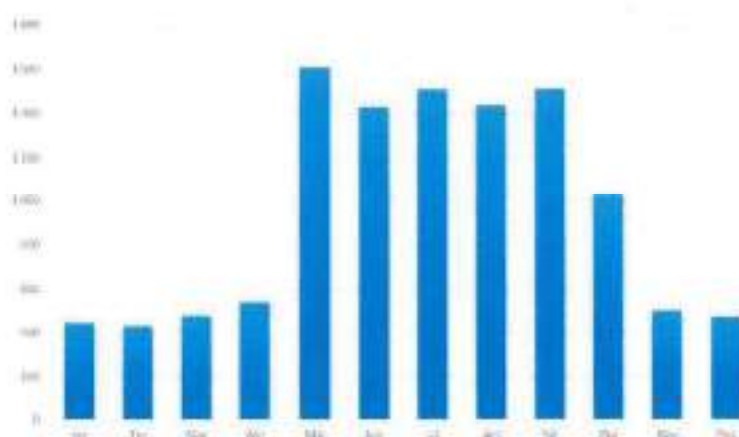


Figura 20 – Evolução mensal do consumo de reagentes (ton)

Água

Em 2024, o consumo de água potável foi de 130 milhares de m³, que corresponde a um consumo médio diário de 356 m³/dia, e representa uma redução de -9% face ao valor de 2023.

A Tejo Atlântico está a potenciar a eficiência operacional relativamente à água potável adotando uma estratégia de otimização do seu uso e de substituição por ApR sempre que possível.

O consumo de água potável na Tejo Atlântico foi de 130,4 milhares de m³.

Na Figura 21 é apresentada a evolução mensal do consumo de água potável durante o ano de 2024.

[assinatura]

ANP

Alto

AB
JUL

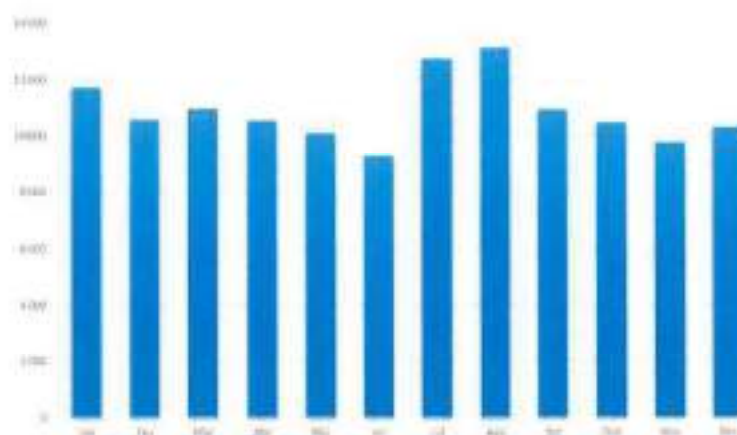


Figura 21 – Evolução mensal do consumo de água potável (m³)

Lamas

Em 2024, a valorização de lamas foi de 170 759 Ton, que corresponde a uma média diária de 467 Ton/dia, valores em linha de conta com os do ano anterior representando um aumento de 6,7% face a 2023.

Na Figura 22 é apresentada a evolução mensal da valorização de lamas durante o ano de 2024.



Figura 22- Evolução mensal da valorização de lamas (ton)

Areias e gradados

Em 2024, a produção de areias e gradados foi de 6 495 Ton, que corresponde a uma produção média diária de 18 Ton/dia, e representa um decréscimo de -23,45% face ao valor de 2023.

Na Figura 23 é apresentada a evolução mensal da produção de areias e gradados durante o ano de 2024, distribuída pelas zona Norte e zona Sul.

AB

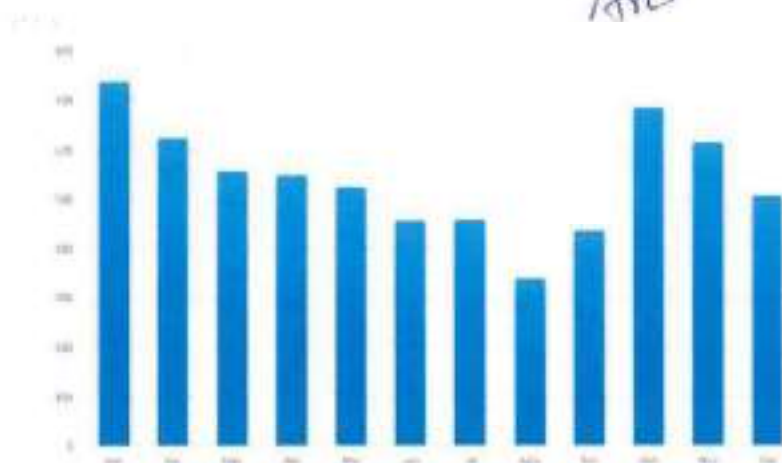


Figura 23- Evolução mensal de produção de areias e gradados (ton)

água+

Em 2024, a produção de água+ foi de 3,0 milhões de m³, que corresponde a uma produção média de 8.2 milhares de m³/dia, e representa uma diminuição de -6% face ao valor de 2023.

O volume de água+ utilizado para consumo interno foi de 2,3 milhões de m³, tendo sido produzido para fornecimento e consumo externo 651 milhares de m³, o que representa um acréscimo de 22% face ao ano anterior.

Na Figura 24 é apresentada a evolução mensal da produção de água+ durante o ano de 2024.

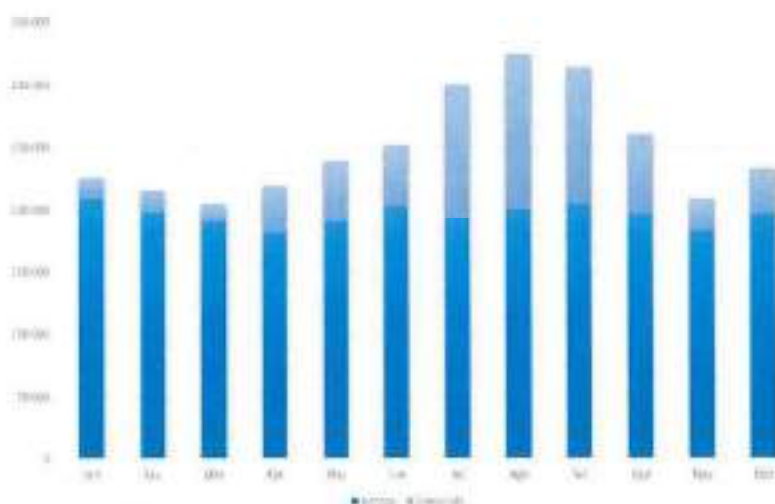


Figura 24 – Evolução mensal da utilização de água+ (m³)

8

ANO 2024
 13 jun

Controlo Analítico

A Tejo Atlântico é responsável por assegurar o controlo analítico das suas 100 FA, incluindo análises a águas residuais e a lamas.

O controlo legal e operacional do sistema de saneamento de Lisboa Sul (Guia, Alcântara, Chelas, Beirolos, Frielas, São João da Talha, Bucelas, Vila Franca de Xira, Alverca e Mafra) foi efetuado quase na totalidade nas unidades laboratoriais acreditadas de Beirolos e de Frielas, sendo os restantes programas de controlo dos subsistemas de saneamento efetuados com recurso à contratação de laboratórios acreditados para o efeito. Esta situação deve-se ao facto de não dispormos de meios humanos e materiais, designadamente em termos de infraestruturas, para a realização da totalidade das determinações definidas, designadamente para os programas PRTR (*Pollutant Release Transfer Register*) e PGL (Plano Geral de Lamas), que se afiguram mais específicas e de menor frequência, o que remete para uma análise de custo/benefício distinta dos parâmetros já analisados.

O controlo operacional da zona Norte (Rio Maior, Azambuja, Alenquer, Torres Vedras, Lourinhã, Peniche, Óbidos, Cadaval, Bombarral, Alcobaça e Nazaré) é assegurado pela unidade laboratorial de Santa Cruz (laboratório operacional, não acreditado), sendo o controlo legal contratado a laboratório externo.

Decorrente do "Estudo do modelo estratégico de desenvolvimento para a Direção de Laboratório" foi tomada a decisão de fundir os vários espaços de laboratório numa única unidade o Laboratório Central da Tejo Atlântico, que possibilitará a médio-longo prazo (4-5 anos) a capacitação da Tejo Atlântico para responder à maior parte das exigências da DARU, não só ao nível de novas valências técnicas (poluentes emergentes, microplásticos, pesquisa microrganismos patogénicos por PCR) mas também ao aumento considerável do volume de trabalho, tirando partido das sinergias que a utilização do mesmo espaço físico irá permitir ao nível da gestão/ocupação de equipamentos e dos próprios Técnicos de Laboratório, bem como no investimento em técnicas de ensaio robotizadas, tendo nesse sentido já iniciado o estudo de layouts de áreas e circuitos. Este é um esforço de aumentar a capacidade analítica interna por otimização de métodos e recursos humanos sem aumentar os recursos humanos previstos no EVEF da Empresa.

Em 2024 manteve-se a acreditação das unidades laboratoriais de Beirolos e de Frielas de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 17025:2018, dando-se continuidade à extensão do âmbito de acreditação, considerando metodologias expeditas, fiáveis e ambientalmente mais sustentáveis.

Foi feito um reforço na digitalização dos processos, com o aumento de funcionalidades do portal web H2Online na consulta de resultados e no apoio ao reporte legal.

No âmbito do Plano AgIR, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, e financiando pelo Fundo Ambiental, foi mantida a coordenação técnica e financeira da Ação n.º 3 "Caraterização das águas residuais afluentes às fábricas de água provenientes de unidades hospitalares no Município de Lisboa", tendo sido concluídas em 2024 as cinco campanhas de amostragem, bem como o trabalho analítico associado.

And
atos
13
16
16

Atividade analítica interna

No ano de 2024, foi assegurada internamente a receção e a gestão de 35 029 amostras e realizados 117 308 ensaios, o que se traduz num decréscimo de 6,8% no número de amostras e de 4,2% no número de ensaios, relativamente ao ano de 2023. Apesar das maiores exigências das licenças de descarga e das necessidades de reporte, a revisão dos planos analíticos realizada no final do 1.º semestre de 2024, contrariou a evolução positiva do número de ensaios laboratoriais verificada nos últimos anos, devido à eliminação de alguns ensaios não essenciais e à diminuição da frequência de controlo operacional, contribuindo assim para uma racionalização de recursos, sem prejudicar a qualidade de serviço.

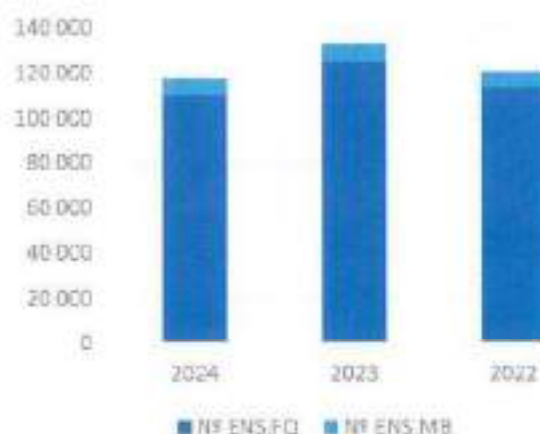


Figura 25 - Nº de Ensaios¹⁴

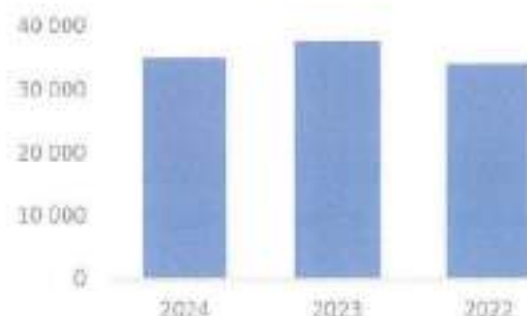


Figura 26 - Nº total de Amostras

Salienta-se a realização de ensaios/procedimentos alocados ao controlo de qualidade interno e validação/verificação de métodos, que não estão contabilizados nos valores apresentados, mas que representam, em especial para os ensaios no âmbito da acreditação, cerca de 25% sobre os efetivamente contabilizados.

¹⁴ ENS.MB -microbiologia, ENS.FQ – físico química

11

Para além da monitorização associada ao controlo operacional e legal, durante o ano de 2024, o esforço de controlo analítico integrou projetos como o SARA e o AgIR, tendo neste último, conforme já referido, a responsabilidade de coordenação da Ação nº 3 - Caracterização de efluentes hospitalares.

O estado de acreditação dos ensaios realizados em 2024 é indicado na figura 27, sendo que, dos 55% de ensaios realizados fora do âmbito da acreditação, as unidades de Beirolas e Frielas contribuíram com 8 % e a de Santa Cruz com 92%.



Figura 27 – Estado de Acreditação dos ensaios

Atividade analítica com recurso a contratação externa

No que concerne ao controlo analítico, dos 133 842 ensaios, integrando análises internas e externas, 16 534 ensaios (12%) foram assegurados por recurso a contratação externa, sendo que 78% dos ensaios contratados pertenceram à zona Norte.

No âmbito das duas unidades acreditadas, o recurso a contratação externa representou 1,8% do total de trabalho analítico gerido por estas duas unidades. Na figura 28 representa-se o número de ensaios contratados externamente, por Plano Analítico geridos pelas unidades laboratoriais de Beirolas e Frielas.

ANP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Habito

Handwritten signatures and initials.

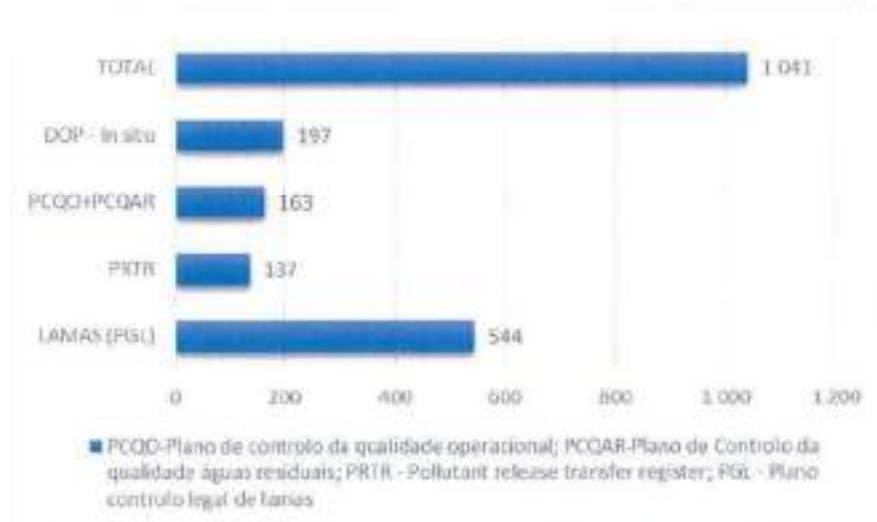


Figura 28 - Nº de ensaios contratados, por categoria, nas unidades Laboratoriais de Beirolos e Freixas

No que se refere ao trabalho gerido pela Unidade laboratorial de Santa Cruz, em 2024, foram contratados externamente 15 493 ensaios, representando cerca de 20% do controlo analítico gerido por esta unidade e 12% do total de ensaios (internos e externos) assegurados pela Tejo Atlântico. O número de ensaios contratados externamente, por plano de controlo analítico gerido pelo Laboratório de Santa Cruz, está apresentado na figura 29.

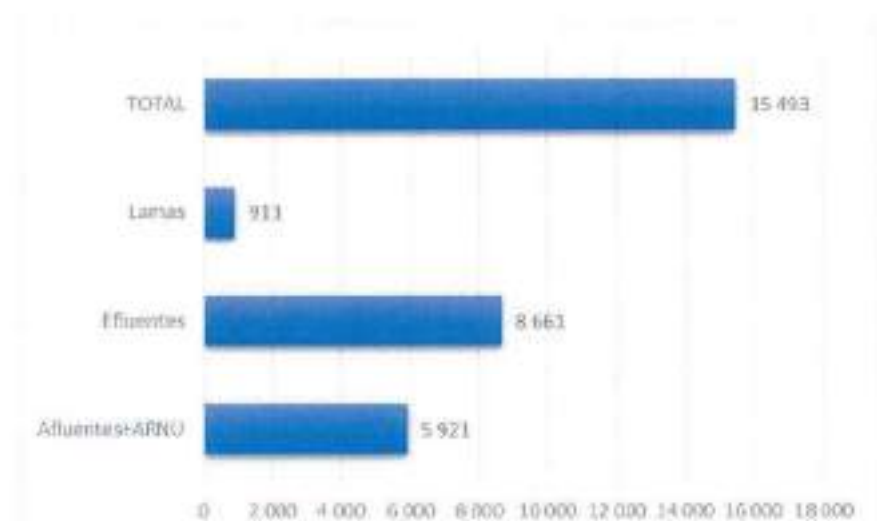


Figura 29 - Nº Ensaios contratados, por categoria, na Unidade Laboratorial de Santa Cruz

Legenda: ARNU- águas residuais não urbanas

O recurso a contratação externa de ensaios, incide essencialmente nos planos analíticos de lamas (PGL) e de PRTR, ensaios para os quais a Tejo Atlântico não possui atualmente os recursos (humanos e materiais) para a sua execução de parâmetros. Acresce, ainda, a necessidade de contratar os ensaios para reporte legal, dado que um dos três laboratórios, o Laboratório de Santa Cruz, não ser acreditado e não estarem, atualmente, criadas as condições necessárias, a nível de recursos, para que os outros dois laboratórios possam assumir os ensaios para reporte legal de todas as FA da Tejo Atlântico.

Handwritten signature.

Tal ficou a dever-se pela otimização e racionalização de recursos, sem prejudicar a qualidade de serviço.

A monitorização dos meios recetores tem como objetivo a recolha e disponibilização de informação relevante para a avaliação do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, a manutenção e reforço da parceria das FA com os vários Municípios e as Autoridades competentes, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente e a criação de um histórico de dados importantes para avaliar a evolução do estado da qualidade da água dos meios recetores.

Nos trabalhos de monitorização ambiental dos meios recetores da Tejo Atlântico, é necessário proceder-se à recolha de amostras e determinação de uma bateria de parâmetros analíticos, dos quais se destacam: SST, Nitrato, Azoto amoniacal, Azoto *kjeldahl*, CBO5, CQO, Fosfatos, Fósforo total, Carbono Orgânico total, Clorofila *a*, Coliformes fecais (termotolerantes), Enterococos intestinais, *Escherichia Coli*, pH, Oxigénio dissolvido (% saturação), Oxigénio dissolvido, Temperatura, Azoto orgânico, entre outros.

Atendendo à complexidade e equipamentos necessários à realização das campanhas de amostragem, nomeadamente de embarcações, duração das campanhas de amostragem, número elevado de amostras, diversidade de ensaios analíticos, a Tejo Atlântico tem contratado um serviço externo para o efeito. Em 2024 Em 2024 foram realizados um total de 11783 ensaios, distribuídos conforme indicado na figura 32, totalizando um encargo para a Empresa de 164 542 euros.

ATP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

17/10/20

13/10/20

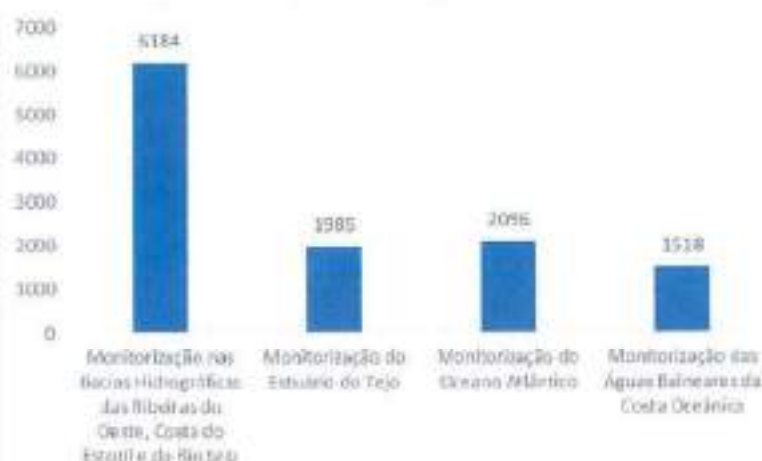


Figura 32- Monitorização dos meios receptores



Conceção e Construção de Infraestruturas

A reorganização da Empresa no final do ano de 2023, em total alinhamento com a estratégia definida para aceleração e agilização do processo de investimentos da Tejo Atlântico, promoveu a realocação de funções de diversas unidades orgânicas tendo em vista o reforço das unidades com capacidade para planear, conceber e contratar novos investimentos.

O trabalho de Estudos e Projetos decorreu em forte articulação com as diversas unidades orgânicas interessadas e restantes *stakeholders* no sentido de:

- Assegurar a prossecução dos objetivos funcionais e estratégicos da organização, designadamente os relativos à reabilitação e remodelação das FA, Produção e Disponibilização de água+ (ApR), ao Plano de Gestão de Biolamas Tejo Atlântico, ao desenvolvimento do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas Tejo Atlântico (PAAC) e à Otimização e Reengenharia de sistemas e processos de tratamento;
- Desenvolver os estudos e projetos de engenharia que melhor se adequem às necessidades em presença, mobilizando as melhores soluções técnicas e práticas, no quadro dos recursos disponíveis – equipas técnicas internas e externas, montantes de investimento, prazos;
- Contribuir para a otimização dos processos de autorização de investimento a nível interno e externo, instruindo-os adequadamente, de forma sistemática e fiável e atempadamente, no quadro do planeamento em vigor;
- ser ágil, num contexto de elevada incerteza, em particular no que se refere às condições de mercado na contratação de obras públicas;
- Contribuir ativamente para a organização e gestão de processos transversais na Tejo Atlântico, promovendo a definição de arquiteturas de gestão de processos mais eficientes e eficazes, destacando-se a elaboração de minutas de peças de procedimento para contratação; avaliação estrutural e funcional de infraestruturas lineares, na perspetiva da reabilitação dos ativos;
- Reforçar a articulação e colaboração direta com entidades externas em projetos pluridisciplinares e de âmbito alargado, nomeadamente o fornecimento de ApR à zona Norte do sistema de Alcântara, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa e o PGDL e em integração com a requalificação urbanística prevista para a Av. Ceuta; o fornecimento de ApR para fornecimento ao novo Estádio de Loures em articulação com a Câmara Municipal de Loures e em integração com a atividade agrícola na Lezíria; a reabilitação de descarregadores da margem direita do Caneiro de Alcântara em articulação com o Metro de Lisboa e Infraestruturas de Portugal; a infraestruturização tendo em conta a presença de aflúencias indevidas na bacia da Laje, em articulação com os SMAS de Sintra; a reabilitação do emissário da Foz do Arelho troço terrestre em articulação com APA, Capitania e Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

e perseguindo os vetores principais de:

- melhoria da qualidade de serviço e da eficiência das operações – relativos à reabilitação e remodelação de instalações existentes;

- melhoria das condições de proteção e segurança dos trabalhadores – relativos à reabilitação e remodelação de instalações existentes;
- inovação – relativos à utilização da metodologia "Building Information Modelling" (BIM) no desenvolvimento de projetos;
- aumento da cobertura de sistemas drenagem e incremento do desempenho global – relativos à conceção de novas infraestruturas;
- melhoria estrutural, funcional e operacional – relativos à reabilitação e remodelação de infraestruturas existentes.

O trabalho desenvolvido inclui diversas áreas estratégicas para a execução do plano de investimentos aprovado em PAO 2024, das quais se destacam:

- Atividade de Produção e Disponibilização de água+ (ApR):

- Arranque do fornecimento de ApR de classe B ao campo de golfe West Cliff Ocean and Golf Resort a partir da FA do Casalinho;
- Conclusão dos processos de licenciamento de ApR para as FA de Alcântara, Chelas, FA Frielas (classe B) e submissão do processo da FA Frielas/Estádio Infantado (classe A);
- Lançamento do concurso de beneficiação dos sistemas produção de ApR das ETAR de Alverca, Bucelas, Casalinho, Chelas, Frielas, Guia e VFX.

- Remodelação de FA, Otimização e Reengenharia de Sistemas e Processos de Tratamento

- Lançamento dos procedimentos de concurso para a remodelação da FA de Torres Vedras e Santa Cruz;
- Desenvolvimento do Estudo e Programa Preliminar de remodelação e beneficiação das FA de Azambuja, Alverca, Carregado, Frielas, Guia e Miragaia;
- Conclusão dos "Estudos Técnico-Económicos para a Desativação de Infraestruturas das Área de Concessão da Tejo Atlântico – Sistema de Azambuja, Rio Maior e Maceira";
- Desenvolvimento dos Estudos de Desativação/Reengenharia (fase II) de Sobral de Monte Agraço, Fervença e Aldeia Gavinha, bem como de Estudos de viabilidade de ligação de Serra Del Rei (Atouguia da Baleia), Vila Facaia (Maxial), Dois Portos e Arrifana;
- Desenvolvimento do Projeto e Ficha de Obra para a Empreitada de Beneficiação dos Sistemas de Arejamento das FA de Chelas, Frielas, São João da Talha e Turcifal;
- Acompanhamento técnico e análise dos projetos de execução das empreitadas de conceção-construção de Arruda dos Vinhos, Carvalhal e Encarnação.

Vitor

13
16

- Plano Estratégico para a Gestão de Biolamas da Águas do Tejo Atlântico

- No 2º semestre de 2024 concluíram-se as peças do procedimento da Empreitada de construção da unidade de Hidrólise Térmica da FA de Frielas, bem como a atualização do respetivo EVEF, perspetivando-se para breve o lançamento do respetivo procedimento concursal.

Adicionalmente, e no que concerne ao objetivo estratégico de melhoria das condições de desodorização/ventilação das FA, enfatiza-se, durante o ano de 2024:

- A conclusão do estudo de otimização de ventilação e desodorização das FA de Guia – Fase Sólida, Beírolas, Chelas, Frielas, Vila Franca de Xira e São João da Talha e preparação das peças de procedimento para o estudo de reabilitação dos sistemas de desodorização das FA de Alverca, Chameca e Vila Franca de Xira.
- A conclusão das peças de concurso para a Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara.

No que concerne ao desenvolvimento do Plano de Adaptação das Infraestruturas da Tejo Atlântico às Alterações Climáticas, no final de 2024 encontrava-se em fase de conclusão a fase 2, perspetivando-se a conclusão deste Plano durante o 2º semestre do ano de 2025

Merecem ainda especial destaque as seguintes atividades:

- Preparação de concursos de empreitada relativos aos projetos concluídos no ano precedente
 - ApR - Loures - Adução
 - Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira;
 - Empreitada de Reabilitação de Tampas na FA da Guia (fase líquida)
 - Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas - Santa Cruz e Dois Portos;
 - Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos (2º lançamento);
 - Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara;
 - Reabilitação da câmara de carga do emissário submarino da Nazaré;
 - Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3;
 - Adaptação da EE de Fanhões às aflúências indevidas (Frielas);
 - Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré;
- Continuidade de projetos precedentes, em particular no domínio da reabilitação de infraestruturas e da infraestruturização tendo em conta a presença de aflúências indevidas;
- Desenvolvimento de novos projetos, designadamente:

11

ARL

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Tejo

B

B
JMM
M

- o Fornecimento e montagem de equipamento de purificação de biogás e controlo de emissões gasosas nas ETAR de Vila Franca de Xira, São João da Talha, Beírolas, Chelas e Guia;
- o Laboratório central da Tejo Atlântico;
- o Beneficiação e Substituição de Equipamentos em Estações Elevatórias na Área de Concessão;
- o Beneficiações Pavimentos e Acessos Exteriores;
- o Estudo do golpe de ariete e respetiva proteção em sistemas elevatórios da Águas do Tejo Atlântico – conduta CE3 Alcântara;
- o Sistema de Rejeição Pedra da Ouro/Vale Paredes Vale Paredes.

Realça-se o lançamento do concurso de empreitada relativo à reabilitação do emissário submarino da Nazaré em antecipação ao estabelecido no Plano de Investimentos reprogramado, face à criticidade do ativo no que toca à sua condição de segurança.

Destaca-se, igualmente, o lançamento de procedimento de contratação tendo em vista a aquisição de serviços de caracterização geológico-geotécnica e geoambiental, no valor de meio milhão de euros, como instrumento de suporte à prossecução dos estudos e projetos da Empresa, designadamente no contexto das atuais exigências decorrentes do novo Regime Geral da Gestão dos Resíduos (RGGR).

No ano de 2024, a operacionalização mais ampla do novo Regime Geral da Gestão dos Resíduos (RGGR) e da transformação recente do mercado da gestão dos resíduos em consequência, com exigências e condicionaisismos crescentes, associados ao encaminhamento dos solos de escavação das obras veio impactar fortemente os projetos e obras ao poder determinar a necessidade de licenciamento de Operações de Remediação de Solos, com consequências no Planeamento de Investimentos (em ambas as dimensões custos e prazos), não contempladas até à data. O cumprimento das obrigações emanadas do Regime Geral da Gestão dos Resíduos tem determinado uma forte alocação de recursos, para efeitos da caracterização geoambiental dos locais de execução dos projetos e obras e no que se refere à *Governance* deste assunto com os diversos *stakeholders* (entidade licenciadora, projetistas, fiscalização, empreiteiros, operadores de resíduos).

No ano de 2024 continuou-se a desenvolver processos de expropriação e de constituição de servidões relativos às parcelas de implantação dos investimentos da Tejo Atlântico, com especial destaque aos processos necessários para a realização da "Empreitada de Execução dos Intercetores e Sistemas Elevatórios Fase III do Subsistema da Foz do Lizandro - Restantes Intervenções".

Em 2024, foram lançados 25 procedimentos de contratação de empreitada, no montante aproximado de 37 milhões de euros sendo 3 deles referentes ao relançamento de procedimentos que ficaram desertos.

Em 2024 foi executado um montante de investimento em empreitadas de cerca de 14,1 milhões de euros. No quadro abaixo encontram-se listadas as empreitadas com maior faturação em 2024.

M

ARUP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Atos

[Handwritten signatures]

Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas

Em 2024, a atividade de manutenção enfrentou um desafio significativo na gestão de equipamentos e infraestruturas. Uma das principais dificuldades foi a crescente escassez de recursos humanos especializados na área, impactando tanto a disponibilidade como a capacidade de resposta dos prestadores de serviço.

Em comparação com o ano anterior, registou-se uma recuperação parcial da atividade logística e do abastecimento de componentes, superando parte das dificuldades e os atrasos na entrega de peças e materiais essenciais para a atividade operacional.

Foram rececionados, no ano de 2024, 7 019 pedidos de intervenção, o que representa uma média de cerca de 20 pedidos por dia, traduzindo-se numa redução de 7.6% para o período homólogo anterior.

No mesmo período foram geradas 35 859 ordens de trabalho, em linha com 2023.

Por tipo de manutenção, estas OT's dividem-se em:

- Manutenção Corretiva - 7 564 (21,1%);
- Manutenção Preventiva - 27 786 (77,5%);
- Outros (melhorias, Obra nova) - 509 (1,4%);

A aposta da Tejo Atlântico na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e a baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva, não evoluiu de acordo com o perspectivado. Face à escassez de recursos humanos especializados na área, que impacta na capacidade de contratação de técnicos especializados e no número de técnicos especializados no Contrato de Manutenção em *Outsourcing*, não foi possível afetar uma equipa dedicada à conclusão da elaboração de planos de manutenção preventiva com base na metodologia *RCM - Reliability Centered Maintenance*, inviabilizando a elaboração de novos planos.

Relativamente aos contratos que se podem considerar os mais relevantes em termos de desempenho da manutenção, assinalamos:

- Contrato de Manutenção Sul: entrou em vigor em junho de 2022. O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Sul tem sido a base do desenvolvimento das várias vertentes da atividade da Manutenção na Tejo Atlântico. No entanto, considerando a escassez generalizada verificada no mercado de recursos humanos qualificados, técnicos ou quadros superiores, especialmente na componente da eletromecânica, o contrato não tem conseguido dar resposta a todas as necessidades da Tejo Atlântico sobretudo na manutenção preventiva.

[Handwritten signature]

- Contrato de Manutenção Norte: O novo contrato, que prevê reforço de meios humanos e novas metodologias de intervenção sobre ao nível da manutenção preventiva, já está aprovado, aguardando a devida fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Para além dos recursos externalizados, o desempenho da manutenção depende dos recursos internos, especialmente para as áreas de maior valor acrescentado, com maior dificuldade de colmatação via recursos externos. Em 2024, materializou-se a contratação de um técnico de automação e um técnico de armazém e deu-se início aos processos de recrutamento de 3 técnicos superiores de manutenção e 5 técnicos de manutenção, processos estes ainda em aberto.

Como previsto, e por ser estratégico em termos de manutenção, a Tejo Atlântico tem vindo a trabalhar nos procedimentos de contratação de bens que suportam os aprovisionamentos dos armazéns para disponibilizar em tempo adequado os *stocks* de bens e artigos necessários aos trabalhos a desenvolver. A codificação sistemática dos bens e o correspondente armazenamento têm vindo a ser alargados para dar resposta a um aspeto premente na atividade, que decorre da multiplicidade de contratos de aquisição geridos.

No decurso do ano 2024, foram elaborados e geridos um conjunto de contratos com vista à beneficiação de instalações e infraestruturas de maneira a repor e sempre que possível melhorar a condição física e funcional das instalações. Estas empreitadas e prestações de serviço procederam igualmente à reposição e melhoria de condições de segurança tanto vertente de *security* como de *safety*. Foram também realizados trabalhos de Inspeção seja por via sumária, seja por contratação pública.

ANP

Notas

[Handwritten signatures]

Gestão de Ativos

O ano de 2024 tratou-se do primeiro ano completo da Direção de Gestão de Ativos (DGA) com a nova estrutura orgânica, desenhada para potenciar a criação de valor ao longo do ciclo de vida dos ativos, assegurando o equilíbrio entre custo, risco e desempenho.

No decorrer do ano 2024, a DGA dedicou-se a um conjunto de processos e iniciativas que promoveram a eficiência e sustentabilidade na gestão dos ativos infraestruturais, em várias áreas-chave. Assegurando-se assim a implementação de estratégias sustentáveis na gestão eficiente dos recursos, e impactando a atividade com uma resposta, aos desafios atuais e futuros, focada na:

- Aceleração da adaptação às alterações climáticas;
- Promoção da eficiência energética, incorporando a mesma em todos os processos da Empresa;
- Produção de Energia com recursos endógenos e renováveis;
- Minimização das afluências indevidas e erradicação de descargas;
- Consolidação do efetivo conhecimento do funcionamento da rede de drenagem, através do sistema de medição de caudais;
- Elaboração de estudos e projetos e instrução dos procedimentos para contratação de empreitadas relativos às Instalações de Tratamento;
- Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos;
- Otimização dos processos de tratamento;
- Promoção da reutilização de água;
- Aumento da fiabilidade da informação cadastral (técnica e geográfica);
- Disponibilização, ágil e continuada, e fiabilidade dos dados e informação;
- Avaliação de aptidão funcional sistemática e avaliação de estado de condição;
- Planeamento estratégico do investimento a concretizar.

Planeamento

Em 2024, foi elaborado o primeiro relatório anual de monitorização do Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com o previsto no respetivo Plano Estratégico, que resume a análise de desempenho e atividade deste Sistema durante o ano de 2023, tendo por base os indicadores definidos associados aos processos que suportam as diversas fases do ciclo de vida dos ativos. Salienta-se a realização, em 2024, de auditoria ao Sistema de Responsabilidade Empresarial, na vertente de Gestão de Ativos para o respetivo referencial normativo ISO 55001:2014. O âmbito da certificação inclui três subsistemas – Alcântara, Gula e Santa Cruz, que representam aproximadamente 47% da capacidade total de tratamento de águas residuais, abrangendo um total de 3 FA, 49 EE e 278 km de emissários e interceptores.

Foi assegurada, tendo por base uma avaliação de risco dos ativos, a elaboração do Plano Anual de Investimentos. Durante o ano de 2024, foi ainda implementado um processo de monitorização de investimentos que incluiu não só

[Handwritten signature]

uma ferramenta informática partilhada entre os diversos intervenientes como também a realização de reuniões mensais de acompanhamento com a presença da Comissão Executiva.

Cadastro/SIG

No que se refere às atividades da área de Cadastro e SIG, importa sublinhar o contínuo aumento da fiabilidade da informação cadastral e do conhecimento infraestrutural das grandes naturezas de ativos sob responsabilidade da Tejo Atlântico. Para alcançar este objetivo, foram preparados e lançados procedimentos de contratação para a aquisição de serviços de levantamento cadastral de FA (6), EE (100) e coletores gravíticos (800 caixas de visita).

Em 2024, destaca-se a elaboração e aprovação do Procedimento Interno de Controlo de Imobilizado e respetivos fluxogramas, que definem a metodologia a adotar para a gestão e controlo do processo de inventariação dos ativos operacionais, bem como o estabelecimento das responsabilidades de cada interveniente, tendo em consideração a sua relevância e imprescindibilidade para a gestão do ciclo de vida dos ativos. No mesmo âmbito, prosseguiu-se a atualização e complemento do inventário da Tejo Atlântico, com a assinatura de um contrato de prestação de serviços para um período de 36 meses, que inclui 34 FA e 78 EE. Foi igualmente desenvolvido um procedimento de contratação para uma prestação de serviços para o levantamento cadastral de tampas em toda a área de concessão, num total de 12 500 tampas.

Ao nível do SIG, destaca-se a implementação da "Utility Network", ferramenta estratégica para a transformação digital da Tejo Atlântico, que permitirá responder aos novos desafios tecnológicos ao nível do conhecimento e da análise da rede, em qualquer ambiente, seja web, móvel ou desktop. Configurável pelo utilizador, esta solução possibilita a criação de uma representação precisa dos ativos, com maior detalhe, controlo e flexibilidade.

Arquivo Digital Técnico

Em 2024, iniciou-se o contrato de prestação de serviços de digitalização para arquivo técnico digital da massa documental das antigas empresas SIMTEJO e Águas do Oeste. Esta prestação de serviços inclui as etapas de identificação, avaliação, seleção e digitalização do arquivo técnico da massa documental, bem como o desenvolvimento de um plano de classificação e avaliação.

Na área de Licenciamentos, em 2024, além da resposta aos pedidos de ligações e pedidos de cadastro, continuaram a ser geridos os processos de interferências com as infraestruturas da Tejo Atlântico, assim como a resposta a pedidos de pareceres através da plataforma SIRJUE - Sistema de Informação de Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Adicionalmente, foi elaborado um procedimento interno para os processos de interferências e desenvolvida uma ferramenta digital para os pedidos de ligação, integrada com o SIG.

Inteligência de Dados e Ativos

Por se tratar de uma nova área, em 2024, foi desenvolvida a estratégia e o planeamento, incluindo o levantamento de requisitos e necessidades de dados e informação, a elaboração e o desenvolvimento do plano de ação, a definição

de indicadores de desempenho e a criação e desenvolvimento de um procedimento de transmissão de dados e informação.

Relativamente à ferramenta AQUAMOD, projeto corporativo que visa substituir o Modelo Técnico com o intuito de tornar mais simples e acessível a modelação de volumes e custos de exploração dos sistemas das empresas do Grupo, a área de IDA validou a informação carregada e preparou os dados de 2023 para posterior carregamento nesta ferramenta digital.

Foram desenvolvidos reportes para a monitorização do Sistema de Gestão de Ativos, para a visualização dos indicadores da estratégia da Tejo Atlântico nas TV corporativas dos centros operacionais. Adicionalmente, iniciou-se o processo de transição dos relatórios da Direção de Operação de Excel para *Power BI*.

Ao nível de *Data Science*, colaborou-se com a área de Gestão de Energia no desenvolvimento de algoritmos para o tratamento de dados de energia, tendo também sido dado início ao trabalho para o desenvolvimento de algoritmos para o tratamento de volumes diários.

Gestão de Energia

Em alinhamento com as políticas europeias e nacionais, a Tejo Atlântico desenvolveu um plano estratégico que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030, em consonância com a orientação corporativa do Grupo AdP, consignado no seu Plano de Neutralidade (programa ZERO).

Está em prossecução o *Plano Energia+*, que integra a estratégia da organização e a ambição de ser a Empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade. Em 2024 foram dados passos de indelével importância na implementação do Plano, os quais permitiram atingir a marca histórica de mais de 25% da energia total da organização ser de origem renovável, contribuindo desta forma para a redução da pegada carbónica.

No âmbito do programa de neutralidade, procedeu-se ao lançamento da empreitada de conceção-construção de unidades de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica da Tejo Atlântico - SOLAR III, que visa a implementação, no interior dos seus recintos, de 16 centrais fotovoltaicas para autoconsumo, com uma potência instalada de 2 575 kWp e uma previsão de produção anual de energia elétrica de 4 160 000kWh.

Durante o ano de 2024 foram implementadas diversas medidas por forma a aumentar a eficiência energética das infraestruturas de maior consumo, destacando-se:

- a substituição dos ventiladores de desodorização da FA da Guia Fase líquida, os quais por serem de acoplamento direto e com motores mais eficientes, possibilitarão uma poupança não despreciable de energia elétrica consumida na instalação;
- o fornecimento e montagem de sobrepessores de menor dimensão e maior rendimento para o arejamento das FA da Nazaré e Alouguia da Baleia;
- a abertura de procedimento para a empreitada de instalações de iluminação LED nas FA de Chelas e Guia.

ANP

tejo

[Handwritten signatures]

Monitorização e Controlo de Afluências Indevidas

Na área de Monitorização e Controlo de Afluências Indevidas, foi assegurada a sua missão através do fundamental acompanhamento permanente do desempenho operacional da rede de drenagem da Tejo Atlântico, reforçando a concretização do objetivo de minimização das entradas indesejadas de caudais pluviais, infiltração, maré e a erradicação de descargas.

Destaca-se a conclusão, no ano 2024, dos seguintes estudos, realizados no âmbito da atividade associada ao Controlo de Caudais Indevidos aos Subsistemas da Tejo Atlântico:

- Controlo de caudais indevidos do subsistema de Runa, Maxial, Dois Portos e Cadafais, estando em fase de elaboração as peças do procedimento para o concurso da empreitada de controlo de caudais de Cadafais;
- Controlo de afluências indevidas do subsistema de Torres Vedras Fase 2 (Lote 2), com Estudo e Projetos de Execução concluídos.

Refira-se que o estudo do controlo de afluências indevidas da Fase I do subsistema suprarreferido encontra-se em fase de conclusão, faltando o desenvolvimento do projeto de execução do Lote 1 da Fase 2.

Adicionalmente, durante o ano de 2024, procedeu-se ao desenvolvimento do estudo de Afluências Indevidas no subsistema de Alcoentre, Santa Cruz e Maceira.

Os estudos de erradicação de descargas na bacia do Intercetor Caneças-Ramada-Odivelas foram objeto de reformulação devido à constatação da necessidade de alteração da tipologia das caixas de controlo de caudal (para tipo vortex).

Enfatiza-se o facto do controlo de caudais dos sistemas de drenagem de emissários/intercetores, por intermédio da gestão do sistema de monitorização da Tejo Atlântico, que inclui o acompanhamento de intervenções de manutenção, bem como o tratamento de dados e respetivo envio mensal aos municípios para efeitos de controlo e faturação, ter sido reforçado através da instalação de mais 15 medidores de caudal.

Estudos Estratégicos

Em 2024 a missão da área de Estudos Estratégicos foi ampliada, tendo-lhe sido acometida a responsabilidade adicional de realização de estudos e projetos e instrução dos procedimentos para contratação de empreitadas relativos às Instalações de Tratamento da Tejo Atlântico, assegurando também o apoio técnico especializado às empreitadas neste domínio.

A articulação desta área com as restantes unidades orgânicas da Empresa afigura-se essencial para o estudo e projeto de intervenções conducentes a intervenções infraestruturais. Particular esforço tem sido dedicado à procura de soluções de aumento de eficiência dos subsistemas.

[Handwritten signature]

AMP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Vale

[Signature]

[Signature]

Avaliação Funcional

Em 2024 consolidou-se o plano e a metodologia associada à avaliação de aptidão funcional das Grandes Naturezas de Ativos da Tejo Atlântico (Fábricas de Água, Estações Elevatórias e Condutas, Coletores e Emissários), a qual permite obter uma aferição do Estado de Condição das Infraestruturas da concessão, configurando-se como um passo essencial de uma gestão de ativos suportada no trinómio custo/desempenho/risco.

Neste contexto, e no decurso de 2024, procedeu-se à realização sistemática de Avaliação Funcional por uma equipa multidisciplinar a 9 FA, bem como a 21 EE, tendo sido completada a inspeção de 15 km de infraestruturas lineares com base em procedimentos de Concurso.

As FA que foram objeto de Avaliação Funcional são: Alverca, Carregado, Nazaré, Fervença, Canados, Sobral de Monte Agraço, Espiçandeira, Dois Portos e Aldeia Gavinha.

Em relação às estações elevatórias nas quais se realizou em 2024 a Avaliação Funcional do estado de condição, destacam-se as infraestruturas do subsistema de Alcântara, Alverca e Nazaré/Alcobaça.

[Signature]

Segurança e Sustentabilidade Empresarial

Durante o ano de 2024, no âmbito da Segurança e Sustentabilidade Empresarial (SSE), foram promovidas e desenvolvidas várias atividades com o intuito de responder às necessidades e expectativas dos *stakeholders*.

No ano de 2024 deu-se continuidade à publicação do relato de sustentabilidade da Tejo Atlântico, através do **Relatório de Sustentabilidade do ano de 2023**. No referido relatório transmitiu-se os principais compromissos assumidos pela Tejo Atlântico no âmbito da nossa atividade, destacando os nossos os progressos e desafios de uma forma transparente, alicerçada numa governança responsável e demonstrando o compromisso com a preservação do ambiente e o comprometimento com as nossas pessoas e as comunidades onde nos inserimos.



A Tejo Atlântico assegurou a excelência operacional da gestão integrada através de um Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001), Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), Gestão da Energia (NP EN ISO 5001), Gestão de Ativos (ISO 55001) e Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457). Este sistema demonstra o nosso compromisso com a melhoria contínua, tendo sido submetido a auditoria interna, realizada por uma entidade externa, e a auditoria externa, realizada por entidade certificadora neste âmbito.

Teve início o projeto para **Reengenharia dos Processos da Tejo Atlântico**, na perspetiva da melhoria contínua, e com o importante objetivo de mapear os principais processos da cadeia de valor com o intuito de permitir identificar as potenciais oportunidades de melhoria conducentes a um aumento da eficiência da Empresa.

Alinhados com a necessidade urgente de aumento de resiliência dos sistemas de saneamento, promovendo as boas práticas de redução do risco e aumento da resiliência das infraestruturas, foi desenvolvido o **"Plano de Contingência para eventos de precipitação extrema"**.

O trabalho na garantia da segurança e da saúde dos trabalhadores, famílias e parceiros continuou a ser uma prioridade em 2024. O controlo dos riscos foi efetuado com desenvolvimento de planos específicos e mantendo o compromisso da melhoria contínua: Plano Controlo Riscos Químicos; Plano Controlo Riscos associados a atmosferas explosivas (ATEX); Plano Controlo Riscos Trabalhos em Altura/Profundidade e Espaços Confinados; Plano Controlo Riscos

ANP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Atas

[Assinatura]

[Assinatura]

Biológicos, incluindo Legionella e Plano Controlo Riscos Psicossociais. Deste modo, deu-se continuidade ao Plano Estratégico de Segurança da Tejo Atlântico.

No âmbito deste Plano, no decorrer de 2024, reforçaram-se as atividades de controlo operacional nas diversas infraestruturas da Tejo Atlântico, promovendo-se controlos por temáticas específicas (riscos químicos, monitorizações diversas, verificações periódica de equipamentos de trabalho/ equipamentos de proteção coletiva e individual antiqueda), para além dos habituais acompanhamentos de trabalhos (uma grande maioria, de risco especial), e revisão e atualização das Matrizes de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos.

O ano de 2024 destacou-se também pelo trabalho desenvolvido no âmbito da proteção da continuidade de negócio, no que respeita à segurança contra Incêndio em edifícios, em particular nas duas maiores instalações da Empresa, Alcântara e Gula, incluindo a SEDE e cujos planos de ação em desenvolvimento constituem verdadeiros desafios técnicos e financeiros, para os próximos anos.

Continua a trabalhar -se a nível de grupo na definição de uma estratégia global relativa à segurança do trabalho baseada na efetiva adoção da cultura de segurança.

Em destaque:

- A continuidade do Plano Estratégico de Segurança, mantendo o propósito de melhorar continuamente a saúde e a segurança dos trabalhadores, em compromisso com o Quadro Estratégico para a Saúde e Segurança no Trabalho da União Europeia, definido para o período 2021-2027;
- O reforço do Plano de Prevenção Riscos Profissionais, integrante da estratégia da Tejo Atlântico para implementação eficaz de uma cultura organizacional baseada na segurança, não só com direitos, mas com responsabilidades e deveres, e traduzindo o envolvimento, a liderança e o compromisso de todos. Incluiu vários eixos de atuação: organizacional, auditorias/inspeções/vistorias, melhorias das condições físicas segurança das instalações e equipamentos, das condições de resposta à emergência, sinalização, procedimentação, formação e melhoria de competências e informação e comunicação;
- A continuação da revisão do sistema de gestão implementado no âmbito da Segurança do Trabalho, com recurso a perito externo, no sentido de procura de melhoria contínua e desenvolvimento do plano estratégico a médio prazo;
- A dinamização de várias atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais, com destaque para o risco dos trabalhos em espaços confinados e/ou em altura, muitas vezes com possibilidade de exposição a gases, ex. sulfídrico, e dos trabalhos em zonas com atmosferas potencialmente explosivas, de modo a cumprir todos os requisitos legais e normativos aplicáveis, garantindo condições de trabalho seguras a todos trabalhadores e subcontratados;
- A utilização em pleno da Plataforma do Sistema de gestão, aplicação informática de organização das várias vertentes e atividades no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial, investindo no seu crescimento e potenciando a sua utilização;

[Assinatura]

ANO

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Tejo

AS

mu

- A colaboração e a participação ativa dos representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde trabalho, garantindo o seu comprometimento e envolvimento, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, com identificação e avaliação das condições de trabalho em visitas operacionais e reuniões descentralizadas nos vários Centros Operacionais, tendo em vista a redução dos riscos potenciais a que os trabalhadores estão sujeitos no seu dia-a-dia;
- A análise dos sistemas de segurança existentes, incêndio, intrusão e videovigilância para avaliação de risco e definição do plano estratégico de segurança física da Tejo Atlântico;

Foi, também, desenvolvido um conjunto de outras iniciativas/atividades relevantes:

- Assinalámos o Dia Internacional da Mulher, com um reconhecimento especial à força, dedicação e contribuição das mulheres em todas as áreas da Tejo Atlântico.



- Partilhámos os resultados e o sucesso do projeto piloto em parceria com a "To Be Green" da Universidade do Minho, onde reciclámos e transformámos os nossos fardamentos descartados em tote bags "Lado B do Nosso Fardamento" e em kits de cultivo.



- Assinalámos o Mês Europeu da Diversidade na União Europeia, num momento em que as empresas e as organizações de toda a Europa unem esforços e evidenciam a importância da diversidade e da inclusão no local de trabalho e na sociedade. Na Tejo Atlântico estamos empenhados em dar continuidade à promoção da igualdade de género, assumindo compromissos que incluam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no local de emprego, bem como na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

AS



- Comemorámos o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho que, entre outros objetivos, visa fomentar uma verdadeira cultura de prevenção e segurança que deve ser promovida por todos os trabalhadores.

28 de Abril.
Dia Mundial da Segurança
e Saúde no Trabalho

A nossa **segurança**,
Ciclo que nos une.

- Destacámos o Dia Mundial do Ambiente com a celebração da restauração da Terra e a importância da Água, destacando a necessidade urgente de restaurar terras degradadas, combater a desertificação e aumentar a resiliência à seca, com o contributo importante da atividade da Tejo Atlântico.



- Celebrámos o Mês da Sustentabilidade com um conjunto de iniciativas que reforçaram o compromisso da Tejo Atlântico com um futuro mais sustentável, num envolvimento entre os trabalhadores e as comunidades onde nos inserimos, destacando a importância da sustentabilidade em todas as suas vertentes: ambiental, social e económica. Foram dinamizadas ações de voluntariado nas praias e rios, a análise dos riscos psicossociais dos trabalhadores e workshops diversificados, nomeadamente na partilha de projetos e parcerias existentes. O Mês da Sustentabilidade finalizou com o lançamento de um vídeo "Reflexos do Mês da Sustentabilidade: Unidos por um Futuro Sustentável", destacando as atividades realizadas e os testemunhos de quem esteve envolvido, evidenciando a importância de iniciativas conjuntas para um impacto positivo no ambiente e na sociedade.



Destacando:

- Workshop “Aves do Tejo Atlântico: Arte e Sustentabilidade”: um momento criativo e de ligação com a Natureza dirigido aos filhos dos trabalhadores da Tejo Atlântico, num momento onde puderam aprender sobre a importância dos ecossistemas de uma forma divertida e artística.



- Celebração do *Ecology Day*, em parceria com a *BioDiversity4All*, com a realização de um *Bioblitz*, onde todos os trabalhadores e comunidade foram convidados a participar na identificação e catalogação da biodiversidade nas margens do rio Tejo, próximo da Fábrica de Água de Beirolos.



- Assinalar o Dia Mundial da Monitorização da Água, consciencializando para a necessidade urgente de proteger os recursos hídricos e de promover a monitorização da sua qualidade, garantindo o bem-estar das populações e a sustentabilidade ambiental. Também no âmbito da Semana da Mobilidade, destacar o Dia Europeu sem Carros, incentivando hábitos mais sustentáveis.



- W-Partilha 'A nossa Sustentabilidade vista por dentro': uma sessão de partilha de conhecimento interna que deu a conhecer os projetos desenvolvidos pela Tejo Atlântico neste âmbito.



- Assinalámos a Semana Europeia da Segurança e Saúde no Trabalho, em parceria com a EPAL, promovendo uma ação de formação sobre o tema "Introdução à Atividade em Saneamento", abordando o enquadramento e conceitos básicos de operação e manutenção, com o principal objetivo de capacitar os trabalhadores para um comportamento mais seguro e eficientes nas atividades de saneamento de águas residuais.
- Comemorámos a Semana Europeia da Prevenção de Resíduos, com a realização de Workshops que chamavam a "Gerir para Valorizar", com o desenvolvimento de ação de voluntariado no combate ao desperdício alimentar e de divulgação diversa de informação.



- Destacámos o Dia Internacional dos Direitos Humanos, num compromisso para com a sustentabilidade, que se encontra intrinsecamente ligado à missão da Tejo Atlântico na disponibilização e gestão sustentável da água para todos.

anf

Atos

[Handwritten signatures]

Comunicação e Educação Ambiental

Comunicação interna

A Comunicação interna foi reforçada como um dos grandes objetivos da Tejo Atlântico, para envolver e informar o público interno, fomentando a união e o alinhamento com os objetivos transversais da organização. Para alcançar e envolver o maior número de trabalhadores, foram utilizados diversos canais de comunicação, destacando e-mails, newsletters internas, SMS, partilha direta de conhecimento, canal de televisão interna, várias atividades e eventos internos.

As sessões "WPartilha", em 2024, assumiram um destaque relevante ao abordar vários temas relevantes, promovendo a partilha de conhecimento e o reforço da cultura organizacional. Destaque também ainda para o lançamento da "TV Interna – O Ciclo que nos Une", disponível em todos os Centros Operacionais (CO's), que ao longo do dia emite conteúdos da Tejo Atlântico, bem como notícias de atualidade, reforçando assim a proximidade e a comunicação.

Ao longo do ano realizámos um vasto conjunto de atividades de envolvimento interno, com destaque para o Encontro de Quadros: Inspirados pelo Futuro. Este evento reuniu mais de 280 trabalhadores, para realização do balanço da atividade de 2023, partilhar boas-práticas na Empresa e perspetivar os objetivos para o futuro. Teve ainda o objetivo de ser o palco para a apresentação da estratégia organizacional, que deu nome ao evento: Inspirados pelo Futuro.

O 7º aniversário da Tejo Atlântico foi celebrado com um momento de partilha e confraternização, que teve lugar na Fábrica de Água de Beírolas. Esta ocasião proporcionou o reforço do espírito de equipa e da proximidade entre os colaboradores, marcando mais um ano de compromisso e dedicação à missão da Empresa. Destacou-se, ainda, a pintura de um mural artístico coletivo, visível no local, como símbolo dessa celebração.



Figura 33- Comemoração 7º Aniversário da Tejo Atlântico

No âmbito da iniciativa Dezembro+ a Tejo Atlântico organizou um conjunto de ações ao longo do mês de dezembro reforçando os laços de proximidade espírito de união entre os trabalhadores.

A Direção de Comunicação e Desenvolvimento (DCD) desenvolveu e organizou atividades e iniciativas internas ao longo do ano, articulando-se com as diversas unidades orgânicas da Empresa, sempre com o objetivo de promover a cultura da Empresa, a comunicação transversal e fortalecer o envolvimento dos trabalhadores. Entre as ações destacam-se:

[Handwritten signature]

- Semana Europeia da Prevenção de (não) Resíduos: várias ações de sensibilização para reduzir o desperdício e os resíduos na Empresa, reforçando o compromisso com a sustentabilidade ambiental.
- Ciberseguro: No âmbito do Mês Europeu da Cibersegurança, em outubro, aproveitou-se a oportunidade para envolver e alertar sobre a importância da segurança digital, com especial foco na proteção dos equipamentos informáticos, como computadores, telemóveis e tablets.
- Mês da Sustentabilidade+: Em setembro a campanha promoveu diversas ações que mobilizaram colaboradores, parceiros e a comunidade para fortalecer o compromisso com práticas sustentáveis. Como parte desta iniciativa, foi realizado uma série de vídeos "O que dizem as nossas Crianças" onde os filhos dos trabalhadores partilharam as suas visões sobre o tema sustentabilidade e água.
- Seja um viajante ciberseguro: Ação de informação e sensibilização destinada a alertar para os cuidados a ter durante as férias, protegendo dados e dispositivos.
- A Nossa Copa: Para garantir que nosso refeitório continue sendo um espaço agradável e acolhedor para todos, foram criados vários suportes informativos com regras básicas e fundamentais na sua utilização.

Estas iniciativas, desenvolvidas ao longo do ano, evidenciam o compromisso da Empresa em promover a sensibilização, a segurança e o bem-estar dos seus trabalhadores, enquanto reforçam a coesão e a cultura organizacional.

Comunicação externa

A comunicação externa é também um objetivo permanente para a Tejo Atlântico, sendo o envolvimento com parceiros, acionistas, comunidade e com os diversos *Stakeholders* um pilar fundamental para a estratégia da Empresa. Esse relacionamento contribui para fortalecer os projetos e compromissos mais importantes nas áreas da circularidade, da descarbonização e da gestão de ativos, numa atividade essencial e invisível que contribui para a qualidade das massas de água, saúde pública e diversas atividades económicas associadas ao mar e à qualidade da água.

Em 2024 utilizámos vários meios de divulgação, incluindo o nosso site, redes sociais, newsletter externa, comunicados de imprensa, revista, atividades e eventos externos. Além disso, promovemos visitas institucionais às Fábricas de Água, participámos em conferências e congressos e dinamizámos a nossa presença em Prémios nacionais e internacionais.

Iniciativas e eventos externos em destaque:

- No âmbito do Dia Internacional da Juventude, a Tejo Atlântico lançou o programa Embaixadores da Juventude, integrado no Programa *NexiGen*, uma iniciativa que visa valorizar jovens profissionais da Empresa dotando-os das competências enquanto agentes transformadores do setor da água e inspiradores para outros jovens que integrem o nosso setor.

AMP

tejo

13
15
ju



Figura 34 – Programa Embaixadores da Juventude

- Campanha "O Ciclo que nos une no Rock in Rio": com a mudança do espaço do festival de música para o Parque Tejo, regámos diretamente o espaço com a nossa água+ produzida na Fábrica de Água de Beirolos. Para reforçar esta parceria sustentável, a Tejo Atlântico lançou uma campanha de comunicação no Rock in Rio, em cerca de 600 WC onde estão colados autocolantes informativos com mensagens divertidas que desafiaram a abrir o QR Code que reencaminha para informação complementar.



Figura 35 – Campanha "O Ciclo que nos une no Rock in Rio"

- No dia 22 de março, em celebração ao **Dia Mundial da Água**, a Tejo Atlântico lançou a campanha bienal "A Nossa Água – O Ciclo que nos Une". O principal objetivo desta campanha, passa por destacar a importância do ciclo da água e promover a consciencialização e responsabilidade em torno da gestão Sustentável deste recurso vital. A campanha visa reforçar o papel essencial da água na saúde humana, na preservação ambiental e na economia circular.



Figura 36 – Campanha "A Nossa Água – O Ciclo que nos Une"

M

- O **Caminho da Inovação 2024**, com o tema "Inspirados pelo Futuro", reafirmou-se como um evento de referência no setor da água, destacando-se pela partilha de conhecimento sobre sustentabilidade e inovação. Com 526 inscrições e 498 acessos online via *streaming*, o evento atraiu um público entusiasta e interessado em inovações e boas práticas. Durante o evento, 18 oradores de renome apresentaram suas ideias e experiências, enquanto 24 expositores mostraram projetos inovadores e soluções sustentáveis, criando um ambiente propício à aprendizagem e à colaboração para o futuro do setor.



Figura 37 – O Caminho da Inovação 2024

- A celebração do **Dia Mundial do Saneamento**, em 19 de novembro, uma data profundamente enraizada no ADN da Tejo Atlântico, foi marcada por uma ação nas ruas para entender a perceção das pessoas sobre o tema. A iniciativa incluiu um *vox pop* conduzido pela jornalista e *influencer* Maria João Costa, que entrevistou transeuntes para saber o que entendem por saneamento. Além disso, a campanha "Saneamento para Iniciantes" foi divulgada ao longo de uma semana na Rádio Mega Hits, e *posts* informativos foram partilhados nas redes sociais, esclarecendo o conceito de saneamento e sua importância para a sociedade.



Figura 38 – Dia Mundial do Saneamento

anf

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Tejo

AB

Jul

16

- Em 2024, a revista Tejo Atlântico manteve a publicação de três edições durante o ano, em formato digital e uma pequena tiragem em papel. Os temas abordados das edições incluíram "Inspirados pelo Futuro", "O Caminho Linear para a Circularidade" e "O Ciclo que Nos Une", refletindo os principais desafios e compromissos da Empresa com a sustentabilidade e inovação.



Figura 20 – A revista Tejo Atlântico

Relativamente à relação com os órgãos de comunicação social, a Tejo Atlântico continua a produzir conteúdos informativos que distribui pelos órgãos de informação nacionais e regionais, sempre com o objetivo de ser considerada uma fonte de informação credível e transparente. Os artigos publicados ao longo do ano são avaliados por uma Empresa especializada em *clipping* e o resultado de 2024 reflete uma nota muito positiva de 4,2 num máximo de 5.

A comunicação digital tem seguido um percurso crescente e consistente, desempenhando um papel estratégico no desenvolvimento da comunicação da Tejo Atlântico. Ao longo de 2024, a Empresa reforçou a sua presença nas principais plataformas digitais – Instagram, LinkedIn, Facebook e YouTube – e observou um aumento significativo no número de seguidores e no nível de envolvimento com o conteúdo partilhado. Essa evolução reflete o compromisso da Empresa em conectar-se de forma mais eficaz com o seu público, promovendo os valores de sustentabilidade, inovação e transparência que são essenciais para a Tejo Atlântico.



M



Figura 46 – Comunicação digital

A Tejo Atlântico continua a fortalecer a sua presença no desenvolvimento de iniciativas conjuntas com outras entidades e *stakeholders*, envolvendo a sociedade civil, científica e técnica, e partilhando o seu percurso nas áreas da economia circular, descarbonização e sustentabilidade.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA) é um pilar fundamental da atuação da Tejo Atlântico, alinhada com a estratégia da Empresa e os desafios do Grupo AdP, com os compromissos nacionais e internacionais de sustentabilidade, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) e o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (REAS).

Através de visitas de estudo, ações de sensibilização e formação, a Empresa tem como missão capacitar e sensibilizar a comunidade para o verdadeiro valor da água, promovendo a adoção de comportamentos mais sustentáveis.

O ano de 2024 foi marcado pelo forte compromisso da Tejo Atlântico com a sensibilização para a sustentabilidade e a preservação dos recursos hídricos. Com um balanço positivo no que toca às suas iniciativas de educação ambiental, durante o ano, foram realizadas 180 visitas guiadas às infraestruturas operacionais e ao Centro de Educação Ambiental (CEA) da Tejo Atlântico, que contaram com a participação de 4.055 visitantes. Estas visitas permitiram sensibilizar a população para a importância do tratamento e reutilização da água, promovendo boas práticas ambientais junto de diversos públicos-alvo, do pré-escolar ao ensino secundário, passando pelo ensino especial, superior, não faltando a população sénior, para além das visitas institucionais realizadas cujos números aqui se incluem.

AdP

Ativos

ADP
Ativos
ADP
Ativos
ADP
Ativos



Figura 41 – Educação Ambiental

Paralelamente, a Empresa envolveu mais de 8.400 participantes em diversas ações de educação ambiental diretas, tendo ainda realizado um evento *online* com o envolvimento das diversas empresas do Grupo AdP, por ocasião das comemorações do Dia Mundial do Saneamento. "Monstros vs. Aliens" juntou escolas de todo o país, envolvendo cerca de 15.000 alunos e professores de diversos níveis de ensino, que participaram com entusiasmo nas diversas oficinas realizadas.

No campo da formação, foram realizadas 11 ações de formação e capacitação, envolvendo diretamente 290 professores e técnicos municipais, para além das ações de curta duração (ACD) acreditadas para professores, foram realizados 2 cursos, certificados pelo CCPFC – Conselho Científico-Pedagógico da Formação Continua. Estas formações foram organizadas em colaboração com 6 Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA), o Museu da Água da EPAL e Centros de Formação (CFAE), reforçando a capacitação dos profissionais para multiplicar os efeitos da educação ambiental na sociedade. Iniciativas que têm sido alvo de muita procura, o que tem permitido formar e sensibilizar o corpo docente de muitos dos estabelecimentos de ensino da área da concessionária.



Figura 42 – Ações de formação

ADP

Colaboração com Municípios e Projetos de Educação Ambiental

A Tejo Atlântico consolidou o seu trabalho conjunto com 21 municípios, garantindo um impacto alargado na educação para a sustentabilidade. No âmbito do Plano de Educação Ambiental (PEA), em 2024 deu continuidade ao programa educativo REcircuLAR+, dinamizando diversas oficinas pedagógicas em eventos municipais distintos e efemérides comemorativas, a par da dinamização de atividades lúdico-pedagógicas, onde o valor da água é o tema central. Destacam-se os seguintes: Semana da Floresta e da Água, em Torres Vedras, Floresta Mágica, no Bombarral, Há Festa no Parque, em Mafra, Sintr'Ambiente 2024, em Sintra, Semana do Ambiente e dos ODS, em Odívetas, #Geração Restauração, em Loures, Dias + Verdes, em Alcobaça, Espaço Sustentabilidade, no FOLIO em Óbidos, e o Festival Zero, comemorações dos 50 anos do parque Florestal de Monsanto e o Wonderland, em Lisboa.



Figura 43 – Projetos de Educação Ambiental

A Empresa também manteve a sua aposta em projetos de Educação Ambiental em parceria, contribuindo para a proteção da vida marinha (ODS14), vida terrestre (ODS15), consumo responsável (ODS12), preservação da água (ODS6) e mitigação das alterações climáticas (ODS13). Entre os projetos desenvolvidos destacam-se a comemoração conjunta de efemérides ambientais, algumas integradas nos eventos atrás referidos, assim como a continuidade da implementação de projetos de EA nacionais e regionais como o Coastwatch, do GEOTA, a BioLagoa de Óbidos, da Associação PATO, o Projeto Rios, da ASPEA, a Avifauna e a flora do Estuário do Tejo com a SPEA e com a LPN, ou os Peixes Nativos, do MARE, todos projetos que têm mostrado ao longo dos anos da sua implementação que as parcerias são fundamentais para o sucesso das ações e o envolvimento com todos os participantes.

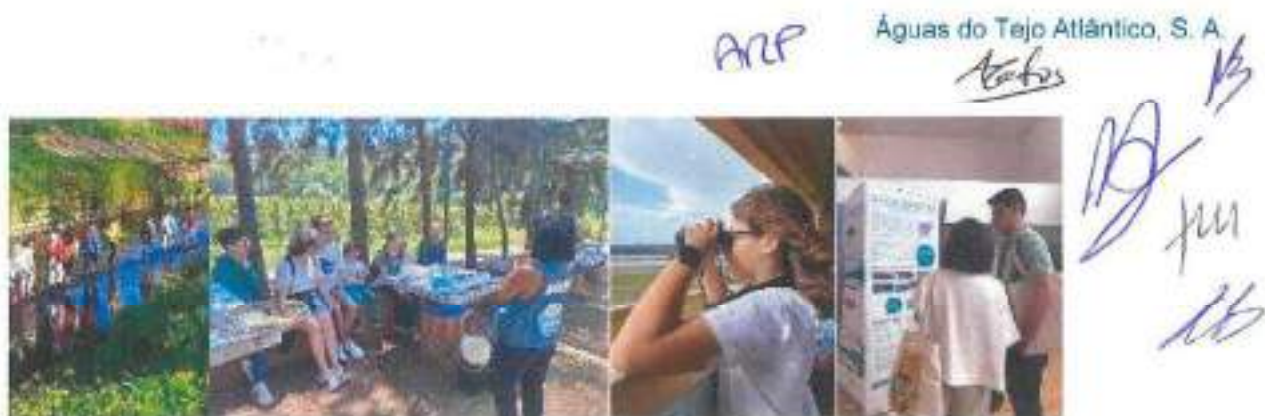


Figura 44 – Projetos de Educação Ambiental em parceria

Durante o ano letivo foram inúmeras as iniciativas desenvolvidas em parceria com projetos e programas educativos como a Escola Azul (DGPM), o Eco-Escolas (ABAAE) ou o Clubes de Ciência Viva na Escola (CCVnE), assim como a participação em seminários, congressos e mesas-redondas, onde a educação ambiental foi o tema central.



Figura 45 – Educação Ambiental

No verão, a Tejo Atlântico deu continuidade às ações de sensibilização em praias dos municípios de Alcobaça, Óbidos, Lourinhã, Torres Vedras, Cascais e Oeiras, assim como ao programa Ciência Viva no Verão, envolvendo milhares de participantes. Integrou ainda ações de voluntariado em parceria, que envolveram limpezas de praia e da lagoa de Óbidos.



Figura 46 – Ações de sensibilização em praias

13

ARP

Atas

B

B

Sensibilização para Colaboradores e Comunidade

Como a educação ambiental também se faz dentro de portas, foram desenvolvidas pela Empresa algumas atividades de sensibilização para os seus colaboradores e familiares, de onde se destacam uma saída de campo do Rio Jamor para limpeza e plantação de espécies autóctones, duas atividades de *bioblitz*® no Parque das Nações, também alargada à população em geral, e na Cobertura Verde da Fábrica de Água de Alcântara, dois workshops de pintura, um para os colaboradores e outro para os seus filhos, aproveitando a pausa escolar das crianças e o projeto de Arte e Biodiversidade já iniciado em 2022. No final do ano foi realizada uma oficina de Natal com materiais reutilizados para os colaboradores, numa emocionante fusão de sentidos, estas ações permitiram a todos os participantes aprofundar os conhecimentos sobre a água, a biodiversidade local e o delicado equilíbrio dos ecossistemas, através de projetos sensoriais e artísticos que permitem conhecer, monitorizar e atuar, contribuindo assim para a preservação e conservação do Planeta e do bem essencial e cada vez mais escasso que é a água.



Figura 47 – Ações de sensibilização para colaboradores e comunidade

Desenvolvimento

Ao nível do Desenvolvimento Empresarial, 2024 serviu para dar continuidade ao trabalho de consolidação das marcas, com origem no processo produtivo das Fábricas de Água, designadamente a *água+®*, água reciclada para usos não potáveis, e as *Biolamas+®*, em linha com a Economia Circular.

Foram desenvolvidas várias iniciativas e projetos que visam, não só aumentar geração de novos negócios circulares e consciência ambiental, mas também inspirar ações concretas em prol da sustentabilidade.

Dentre as iniciativas destacam-se:

- **Parceria West Cliffs / Águas do Tejo Atlântico:** O campo de golfe West Cliffs, em Óbidos, iniciou em agosto a rega +sustentável utilizando *água+* (água reciclada), materializando uma parceria circular entre a Água do Tejo Atlântico e a Priority Goal, gestora deste empreendimento. Esta colaboração reflete o compromisso com práticas mais sustentáveis e a utilização eficiente dos recursos hídricos.

M



Figura 48 – Fornecimento água+ ao West Cliffs

- **Assinatura do Auto de Consignação para a Empreitada de Execução dos Intersectores e Sistemas Elevatórios Foz do Lizandro:** A assinatura do Auto de Consignação foi realizada na Fábrica de Água da Foz do Lizandro e marca o arranque deste importante investimento que vai beneficiar cerca de 3.300 pessoas. Com um investimento de aproximadamente 5 milhões de euros, este projeto visa melhorar a infraestrutura de tratamento e transporte de águas na região.
- **Parceria com a Câmara Municipal de Lisboa:** Numa parceria dinâmica, a assinatura de contrato de utilização de água+ para a rega de espaços verdes da cidade, com destaque para o Parque Tejo, representa mais um passo na colaboração com a autarquia para promover práticas sustentáveis em áreas públicas e contribuir para a preservação ambiental.

Estas parcerias demonstram o compromisso da Tejo Atlântico em liderar a transformação do setor, promovendo a sustentabilidade e inovação através de soluções circulares e colaborativas.



Figura 49 – Rega de espaços com água+

Por forma a partilhar projetos relacionadas com os produtos e marcas acima referidos e consolidar os conceitos, sustentados nas "Fábricas de Água" junto dos *stakeholders* municipais, científicos e institucionais, a Empresa participou em várias iniciativas nacionais e internacionais.

No âmbito do Plano de ação AgIR, com vista à erradicação das descargas indevidas de águas industriais residuais dos sistemas de tratamento e valorização da Tejo Atlântico promoveu-se em 2024 três ações de formação que envolveram industriais e técnicos de diversos Municípios, realizadas em Alenquer, Mafra e Torres Vedras, destaque ainda para a elaboração do regulamento de atribuição, a avaliação e a cerimónia de entrega dos prémios e dos Selos AgIR. Iniciado em 2023, em dois anos o projeto envolveu mais de uma centena de formandos de 69 entidades.



Figura 50 – Projeto AgIR

Prémios e reconhecimentos de 2024

Em 2024, a Tejo Atlântico foi reconhecida com diversos prémios, tanto a nível nacional como internacional, destacando-se pela excelência e inovação em várias áreas. Entre os principais prémios, destaca-se a obtenção de dois segundos lugares (prata) em competições prestigiadas:

- **European Enterprise Promotion Awards 2024:** A Empresa conquistou o primeiro lugar na categoria 5 – Apoio à Transição Sustentável, com o projeto "Our Water, Your Positive Asset".
- **IWA 2024 Project Innovation Awards:** A Empresa recebeu o segundo lugar com o projeto "The Linear Path to Circularity".

Além disso, a Tejo Atlântico foi reconhecida com o prémio de Inovação em Circularidade da Água na **WEX Global – WATER and ENERGY EXCHANGE Awards**, pelo projeto "Water Circularity". A nível europeu, o projeto **B-WaterSmart** foi premiado nos **PT Global Water Awards 2024**.

A nível nacional, a Empresa foi distinguida com o prémio da **APEE** (Associação Portuguesa de Empresas de Engenharia), na categoria de **Economia Circular**, dentro do Eixo 1 de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, pelo projeto "O Lado B do Fardamento".

Estes prémios refletem o reconhecimento do trabalho da Empresa na promoção da sustentabilidade, inovação e compromisso com a economia circular, consolidando a Tejo Atlântico como uma referência no setor da água.



Figura 51 – Prémios e Reconhecimento

anf
tato
M
M
M

Investigação & Desenvolvimento e Inovação

Ao nível do desenvolvimento empresarial deu-se continuidade aos diversos projetos de afirmação de novos conceitos e teste de soluções que se enquadram no âmbito da economia circular e descarbonização, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento, e no âmbito da Otimização e Digitalização de Processos, não só dos processos de tratamento, mas também de processos administrativos.

A Direção de Certificação da APCER – Associação Portuguesa de Certificação anunciou a certificação bem-sucedida do referencial normativo NP 4457:2021, que aborda o Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação na Tejo Atlântico. A confirmação veio após a conclusão da auditoria de concessão realizada em duas fases, durante os meses de novembro e dezembro de 2023. Durante o processo, a equipa auditora reconheceu a eficácia da estratégia e competência da Tejo Atlântico no âmbito da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, destacando a relevância e o carácter inovador dos projetos em desenvolvimento. A Tejo Atlântico, ao obter essa certificação, demonstra não apenas seu compromisso com a melhoria contínua, mas também sua adesão às melhores práticas em gestão da inovação.

Projetos de I&D e Inovação

Em 2024, arrancaram 6 novos projetos de IDI, sendo 4 deles financiados.

Otimização e Digitalização de Processos

O **Projeto Desinfecção Full-scale**, iniciado em 2024, visa o estudo à escala real de desinfetantes alternativos ao hipoclorito de sódio para a desinfecção dos efluentes, nomeadamente o ácido peracético e ácido perbórmico, pretendendo-se avaliar a viabilidade de ambos os desinfetantes na Fábrica de Água da Maceira, do Município de Torres Vedras.

Em 2024 continuou a decorrer o projeto de desenvolvimento de um **sistema piloto de monitorização e alerta da capacidade dos contentores em estações elevatórias**, em parceria com a Metric 4, Lda., em que foram desenvolvidos e implementados os sensores em parte do subsistema de Alcântara tendo-se verificado a aplicabilidade desta solução, pretendendo-se dar continuidade ao desenvolvimento do conceito em 2025.

Relativamente ao projeto **iSea**, que tem colaboração com a Câmara Municipal de Cascais (CMC) e a empresa Hidromod, Lda, concluíram-se aos trabalhos de implementação de modelos de previsão com base nos dados provenientes dos sensores de nível nos açudes e descarregadores.

N

ARF

tejo

JF

MB

No projeto "SAG T1000 – Sistema Automatizado de Gradagem Transversal 1000", iniciativa vencedora do Desafio à Inovação 2019, o protótipo foi instalado na EE de Sanguinhal e colocado a funcionar, sendo que o ano de 2024 foi de recolha e registo de dados para posterior avaliação.

No que respeita ao projeto **MAR2PROTECT** (<https://mar2protect.eu>), que teve início no final de dezembro de 2022 e que prevê a implementação de um piloto de demonstração na FA de Frielas, foram realizados dois workshops no âmbito do Living Lab de Frielas. O primeiro workshop teve como objetivo apresentar o âmbito do projeto, enquanto o segundo focou-se na demonstração das tecnologias MAR2PROTECT, promovendo o envolvimento dos *stakeholders* na tomada de decisão. Além disso, foram desenvolvidas atividades de cocriação para sensibilização do público sobre a prevenção da poluição das águas subterrâneas.

Economia Circular e Descarbonização

O projeto Interreg SUDOE **SOLLAGUA**¹⁶ – Soluções Baseadas na Natureza e Living Labs para a reutilização de água em meio rural, que arrancou no início do ano de 2024, visa promover soluções baseadas na natureza (SBN) para a reutilização de água na região do sudoeste europeu (SUDOE). O caso de estudo de reutilização na agricultura será realizado na Lourinhã com um piloto que será implementado na Fábrica de Água da Zambujeira para reutilização de água em parcelas agrícolas.

O projeto Interreg SUDOE **GestEAur**¹⁷ – Gestão sustEntável e digitalizada da AgUa em áreas rurais do espaço SUDOE iniciou-se em janeiro de 2024 e tem como objetivo principal aumentar a resiliência dos recursos hídricos à mudança climática nas zonas rurais do SUDOE, utilizando recursos hídricos alternativos e melhorando a qualidade da água para o abastecimento. Na Tejo Atlântico existirá uma demonstração de reutilização direta para rega de jardins, sendo o caso de estudo no Município de Torres Vedras com água reciclada da FA de Torres Vedras em que será instalada uma unidade de ultrafiltração.

Em 2024, também arrancou o projeto "ReLife – A Energia Recirculável", financiado pelo Concurso Inovação Proativa do Grupo Águas de Portugal. Este projeto, coordenado pela Tejo Atlântico, tem como objetivo desenvolver um protótipo de módulo de armazenamento de energia, utilizando baterias usadas para otimizar a gestão da energia. O protótipo será demonstrado em duas instalações com produção de energia renovável

¹⁶ <https://interreg-sudoe.eu/pt-pt/projecto-interreg/sollagua>

¹⁷ <https://interreg-sudoe.eu/pt-pt/projecto-interreg/gesteaur>

M

de duas fontes diferentes: solar e cogeração. Em 2024 foram feitos o diagnóstico dos casos de estudo e o dimensionamento da bateria, bem como iniciados os trabalhos conducentes à construção do protótipo.

Da mesma forma, o projeto **RecPeN** – Recuperação de Fósforo e Desamonificação Sidestream, financiado pelo mesmo fundo, teve início em 2024. O projeto prevê o desenvolvimento de um processo, à escala piloto, para tratar as escurências provenientes da operação de desidratação das lamas da ETAR, permitindo a recuperação do fósforo (sal de fósforo) com vista à sua aplicação para fins agronómicos.

O projeto **B-WaterSmart** - *Accelerating Water Smartness in Coastal Europe* terminou em agosto de 2024, tendo sido finalizada a demonstração do piloto de tratamento avançado de águas residuais para a produção de água com qualidade compatível com usos potáveis na produção de cerveja artesanal. Com base nos resultados obtidos, foi desenvolvido o *“Protocol for Potable Water Reuse in the Beverage Industry”*, um documento que estabelece orientações para a reutilização segura da água. Além disso, foi organizada uma sessão de formação para os membros do projeto, garantindo a disseminação do conhecimento sobre o protocolo. O Laboratório Vivo associado ao projeto, foi em 2024 integrado no *Atlas of Water-Oriented Living Labs (WOLLS)*¹⁸.

Foi ainda iniciado um estudo relativo à **codigestão de lamas com óleos alimentares**. Esta iniciativa nasceu no âmbito do projeto **SÓLIDO**, com o objetivo de enfrentar os desafios da reciclagem de Óleos Alimentares Usados (OAU). A iniciativa utiliza uma solução natural de origem vegetal para solidificar o óleo usado, facilitando um transporte mais seguro e limpo até aos pontos de recolha. Ao longo de 2024, foi desenvolvido um estudo com o principal objetivo de investigar o potencial da codigestão anaeróbia das lamas produzidas na FA da Guia, em conjunto com os Óleos Alimentares Usados (OAU), à escala laboratorial. Dessa forma, a Tejo Atlântico pretende avaliar a viabilidade de implementar um projeto piloto de codigestão de lamas e gorduras na FA da Guia.

Concluiu-se o **estudo de desinfecção de águas residuais urbanas tratadas com dióxido de cloro** à escala piloto na FA de Bucelas em parceria com a Área de Estudos Estratégicos e LAB, com a análise de resultados e produção do respetivo relatório.

¹⁸ <https://www.aguasdojtejoatlantico.pt/content/b-water-smart>

Outras atividades

Com o objetivo de dinamizar a cultura de inovação da Tejo Atlântico, interna e externamente, bem como com vista à divulgação dos diversos trabalhos em curso e ainda da promoção do *networking* foram desenvolvidas várias atividades, com destaque para:

- Participação no Congresso Mundial da Água da *International Water Association* (IWA), realizado em Toronto, Canadá, com 2 comunicações orais e 1 posters e respetivas apresentações:
 - Machine Learning To Support The Monitoring And Optimisation Of Pumping Stations Processes;
 - ISEA - Operational Platform For Forecasting And Decision Support For Undue Coastal Occurrences;
 - Sustainable And Transformative Partnerships In The Water Sector;
- Continuidade ao desenvolvimento de relações de cooperação com universidades e empresas, incluindo o acompanhamento de estágios, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.
- Ainda no âmbito da continuidade ao desenvolvimento de relações de cooperação com universidades e empresas e também como forma de atrair talento foi lançada a iniciativa Teses de Mestrado *NextGen* da Tejo Atlântico, onde uma série de temas para realização de teses de mestrado são lançados junto das Universidades para que os alunos possam vir desenvolver esses temas com a Tejo Atlântico em ambiente empresarial.
- Início dos trabalhos de diagnóstico que conduzirão à definição da estratégia de valorização da propriedade intelectual da Tejo Atlântico.
- Aprovação interna do conceito e constituição do *Living Lab* da Tejo Atlântico, na FA de Beirolas, ficando o plano de ação a ser estabelecido no início do ano de 2025.

No âmbito de candidaturas a novos projetos de I&D e Inovação, durante o ano de 2024 a Tejo Atlântico integrou 7 candidaturas: 2 ao programa LIFE, 1 ao programa de inovação proativa do Grupo AdP, 4 ao programa Horizonte Europa. Das candidaturas submetidas, no final do ano de 2024 ainda se aguardavam os resultados de 3.

A Tejo Atlântico coordenou a submissão da candidatura ***LIFE Emergency Water Management At City Scale – LIFE ClimateGuard***, que visa criar uma ferramenta avançada de suporte à decisão para gerir emergências climáticas, como chuvas intensas e aumento do nível do mar, focada na cidade de Lisboa.

AdP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

tejo

10

13

mu

13

No início do ano, a Tejo Atlântico também coordenou a candidatura ao programa de Inovação Proativa do Grupo AdP com o projeto **Soluções Inteligentes para Sustentabilidade: Otimização da Digestão Anaeróbia com IA - SmartDAI**. Este projeto tem como objetivo desenvolver uma ferramenta tecnológica para otimizar a eficiência e sustentabilidade dos processos de digestão anaeróbia, utilizando técnicas de inteligência artificial.

1

MP

tejos

13
mu

Digitalização

A Transformação Digital foi um dos pilares com atividade reforçada durante o ano de 2024 em toda a Empresa. Na sequência da reorganização da Empresa no final de 2023, que deu origem ao organograma em vigor foi criada uma Direção de Sistemas e Soluções Digitais com o objetivo de conhecer os processos internos da Empresa, as suas necessidades, e transformar os mesmos através de novas soluções digitais inovadoras e ágeis, impulsionando a atividade da Empresa.

Do ponto de vista governativo, foi delineada uma estrutura funcional com vista assegurar os seguintes objetivos: conhecimento do negócio, conhecimento de soluções digitais inovadoras, capacidade de implementação, recursos de suporte à operação das soluções e garantia de resiliência e Cibersegurança sobre os sistemas de informação.

Com a capacitação da equipa quer a nível de recursos quer a nível de formação especializada, foi possível levar a cabo uma série de ações de envolvimento com o negócio, nomeadamente o levantamento detalhado das necessidades de cada unidade orgânica, a criação de uma estratégia de sistemas e soluções digitais alinhada com a estratégia geral da Tejo Atlântico, o desenvolvimento de um plano com objetivos e indicadores da área Digital, o *report*, seguimento e ajustamento do planeamento digital com cada unidade orgânica e a definição de acordos de nível de serviço das áreas digitais.

Através do novo modelo de governo definido, foi possível alcançar resultados no caminho da transformação digital da Empresa, dos quais se destaca:

- Conhecimento do estado das infraestruturas digitais
 - Realizadas 2 auditorias detalhadas, sobre os sistemas e segurança, cujo resultado motivou as ações de atualização, capacitação e reforço da segurança, a desenvolver em 2026;
- Melhorias de Infraestrutura
 - Lançamento dos processos aquisitivos de novos mecanismos de proteção perimetral da rede de sistemas;
 - Lançamento do processo de renovação do *DataCenter* principal e secundário, bem como dos meios de salvaguarda e recuperação de sistemas e dados;
- Criação do serviço de Suporte digital
 - Atribuição de recursos específicos para suporte aos Utilizadores e sistemas;
 - Criação de um serviço de atendimento 24/7 para apoio à operação;
 - Implementação de um sistema de gestão e métricas para seguimento do SLA;

13

anp

tejo

B

B

nu

nc

- o Capacitação de Trabalhadores
 - o Implementação de uma Plataforma de Formação Online, iniciada com temas digitais, mas extensível para todos os objetivos de RH e demais áreas.
- o Desmaterialização do Controlo de Assiduidade
 - o Implementação de uma gestão em mobilidade no telemóvel de cada Trabalhador.
- o Portal de Aplicações Integradas Water+
 - o Desenvolvimento de portal e arranque do desenvolvimento de novas aplicações integradas para a gestão de: Indicadores Transversais, EPI's, Gestão de Iniciativas, e capacidade de expansão.
- o TV Corporativa
 - o Criação de um canal de TV difundido em todos os Centros Operacionais, com gestão online da informação por parte da DCD, para divulgação de notícias, indicadores, informação relevante e específica de cada centro e difusão dos eventos da Empresa.
- o Gestão da Contratação *DataLink*
 - o Início da Implementação de um sistema centralizado de gestão dos processos de contratação para aquisição, que permita o controlo da sua operacionalização e a difusão do conhecimento por toda a Organização.
- o Arquitetura de Dados da Empresa
 - o Iniciado o desenvolvimento das definições de Dados e Informação da Empresa.
 - o Desenho para a implementação da capacidade de recolha, armazenamento e gestão dos dados brutos criados na Empresa pelos vários meios existentes;
 - o Arranque de um processo de criação de recursos para a transformação dos Dados em Informação segura a disponibilizar na Empresa pela DGA.
- o Robotização de ações manuais
 - o Implementação de automatização através de uma solução de robot, para trabalhos repetitivos de recolha, tratamento e registo de informação através de sistemas como SAP, Excel, Relatórios ou outros.
- o Atualização de soluções Existentes
 - o FILEDOC nova versão com acréscimo de capacidades, como por exemplo Mobilidade.

N

ANP

trab

AS

tu

tu

AS

o Plano de Segurança e Resiliência Digital

- o Criação de um SOC - Centro de Operações e Segurança digital interno;
- o Realização de várias formações internas a todos os trabalhadores em matéria de segurança digital;
- o Seguimento de um plano de comunicação e consciencialização, regular e específico para a literacia da segurança Digital de todos os utilizadores;
- o Implementação de ferramentas de monitorização e gestão da continuidade dos ativos digitais;
- o Criação de Políticas, Regulamentos e Procedimentos, clarificadores do bom funcionamento dos serviços digitais;
- o Arranque de um plano de adaptação à normativa NIS2 que veio trazer novos desafios no âmbito de cibersegurança para as empresas de serviço crítico.

Em conclusão, a nova Direção de Sistemas e Soluções Digitais com o seu modelo de governança e as iniciativas implementadas permitiram avanços significativos na transformação digital da Empresa. A continuidade já planeada destas ações consolidará a modernização, segurança e eficiência operacional, alinhadas à estratégia geral da Empresa e com os desafios do setor.

11

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO EMPRESARIAL

A Tejo Atlântico e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a Tejo Atlântico se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, **em 2024 foi concluída a FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo**, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência, e fiabilidade na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo possibilita uma correlação direta entre os **objetivos que a organização define**, ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as **componentes do CI** (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da Empresa, essenciais para a sua concretização.



AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

ANP

Valm

[Handwritten signature]

B
ju

[Handwritten signature]

Avaliação de Risco

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela Empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da Empresa. Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo **são realizadas a todos os níveis da organização** e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de **natureza preventiva ou detetiva** e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.**

Informação e comunicação

Componente **instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes**, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que **permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da Empresa.**

[Handwritten signature]

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é o processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A **comunicação interna** é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a Empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A **comunicação externa** tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2024 foi dada continuidade à Fase 2 do Projeto de Implantação do SCI, com o mapeamento, de parte dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A conclusão deste mapeamento ocorrerá no início de 2025, sendo esse o momento em que será também efetuada a atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

AdP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

testes

AD

AB

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

mu

AB

Continua a ser efetuada a avaliação das métricas de avaliação do SCI que possibilita, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da Empresa com a temática do CI.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da Tejo Atlântico.

No decurso de 2024 foi iniciada a sensibilização sobre o CI, e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da Tejo Atlântico, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na Empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo i) criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, ii) obter o alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa, iii) assegurar a redução do risco de perda dos seus investimentos e ativos, e iv) garantir maior fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Visando uma melhoria contínua e adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e uma atualização face às alterações verificadas na realidade envolvente do grupo AdP, encontra-se em desenvolvimento a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial existente. Esta alteração, engloba todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, já revista e aprovada em 2023, passando pela metodologia utilizada na avaliação, assente numa análise quantitativa baseada em indicadores, ou pela implementação de um modelo de governo da gestão de risco. Encontrando-se alinhada com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias, a qual se observa abaixo:

AD

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

Figura 52 – Modelo de Gestão do Risco

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

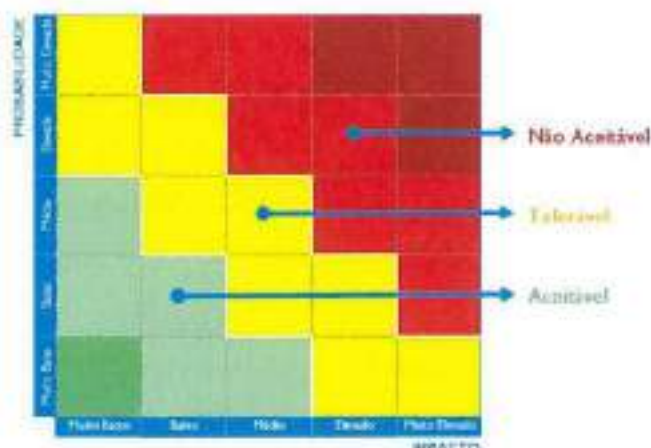


Figura 53 – Avaliação do Risco

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e

- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a Empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a Empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela Tejo Atlântico, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento é complementado por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a Empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

No âmbito do **projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco**, atrás indicado, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- ✓ A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP;
- ✓ A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial;
- ✓ A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno;
- ✓ A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e Key Risk Indicators a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva;
- ✓ A transposição do trabalho realizado na Empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após a realização em 2023 do exercício de avaliação do Risco, no decurso de 2024, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, foi efetuado o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela Empresa, no âmbito do referido exercício de avaliação. Esta análise permitiu verificar que a Empresa apresentou 72 medidas de mitigação a implementar, relativas a 8 riscos considerados toleráveis, sendo que 26 dessas medidas já se encontram

anf

Kob

B

B

implementadas, 34 encontram-se em implementação e 12 ainda não foram implementadas, tendo sido apresentadas novas datas para conclusão ou por terem sido consideradas sem efeito.

No que respeita às oportunidades, foram identificadas 14, estando 2 delas já implementadas, 8 em fase de implementação e 4 por implementar tendo sido apresentadas novas datas para conclusão.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Tejo Atlânticos se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

Quadro 30 – Riscos da Tejo Atlântico

Risco	Risco	Definição do Risco
R.2.1.1	Contexto externo	Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador.
R.1.3.2	Atração e retenção de talento	Risco de incidência de falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.
R.1.3.3	Saúde e segurança (safety)	Risco de consequências para integridade física, vida ou doença profissional devido a acidentes de trabalho de colaboradores, bem como consequências para a integridade física de subcontratados ou visitantes.
R.1.3.4	Gestão do conhecimento	Risco de perda de conhecimento por parte da organização.
R.3.1.1	Águas Residuais (AR)	Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis no tratamento das águas residuais (e.g. incumprimento licenças de descarga).
R.3.2.2	Manutenção e reabilitação das Infraestruturas	Risco associado ao aumento da falta de fiabilidade futura das infraestruturas devido à falta de manutenção ou de reabilitação preventiva das mesmas.
R.3.2.4	Segurança física (security)	Risco associado à ineficiente e/ou inadequada gestão das instalações potenciando a ocorrência de eventos de segurança física.
R.3.3.1	Supply chain	Risco de interrupção da cadeia de distribuição devido à indisponibilidade, atrasos na entrega, ou custo excessivo de matéria prima, equipamentos críticos e/ou prestadores de serviço.
R.3.3.3	Segurança da informação	Risco de perda de confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade de informação devido à ocorrência de eventos não autorizados ou acidentais que explorem vulnerabilidades de segurança nas tecnologias de informação e comunicação, nos processos ou nos recursos humanos.
R.3.4.5	Novos negócios	Risco de insucesso na exploração e dinamização de novos negócios, complementares ao abastecimento, tratamento e reutilização de água, em mercado concorrencial com o setor privado (e.g. AdP Valor, AdP Energias e AdP Internacional).

B

ANP *Handwritten signature* *Handwritten signature* *Handwritten signature*

DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO

A análise financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Tejo Atlântico, no ano de 2024, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

A Sociedade considera o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) como uma componente das demonstrações financeiras de acordo com o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Aplica o disposto no IFRIC 12 – Serviços de construção, no que concerne ao rédito e aos gastos da construção.

Os valores desta análise são apresentados em milhões, pelo que eventuais diferenças decorrem de arredondamentos.

Quadro 31 – Indicadores financeiros

Principais Indicadores	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Volume de negócios ¹ (VN)	MEur	83,4	90,8	98,6	7,8	8,6%
Volume de Efluente Faturado	Mm ³	182,1	183,5	184,9	1,4	0,8%
Tarifa Média Ganeamento	Eur	0,4560	0,4947	0,5331	0,0384	7,8%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-5,0	-2,8	-0,8	2,2	-79,7%
Resultado Líquido do Exercício	MEur	5,6	7,0	6,9	-0,1	-2,1%
Resultado líquido sem desvio	MEur	9,3	9,1	7,4	-1,6	-18,1%
OPEX (GO)	MEur	48,6	57,9	60,0	2,1	3,6%
Resultado operacional (RO)	MEur	13,1	13,0	21,4	8,5	65,4%
EBITDA ajustado ²	MEur	34,2	32,0	37,6	5,6	17,6%
Gastos financeiros	MEur	-5,7	-4,8	-4,4	0,3	-7,1%
Resultado financeiro	MEur	-5,7	-3,8	-3,1	0,6	-15,3%
Endividamento ³	MEur	188,1	173,4	158,2	-15,2	-8,8%
Net Debt - Endividamento Líquido	MEur	113,3	111,0	103,3	-7,8	-7,0%
Net Debt to EBITDA ajustado ²	n.º	3,3	3,5	2,7	-0,7	-21,0%
Ativo Total	MEur	578,9	562,7	546,4	-16,3	-2,9%
Capital Próprio	MEur	117,8	119,5	119,7	0,2	0,2%
Passivo Total	MEur	461,1	443,2	426,7	-16,5	-3,7%
PMP	dias	30	30	25	-4	-14,6%
PMR	dias	56	66	50	-16	-24,2%

¹ Vendas e prestação de serviços.

² RO + amortizações+provisões+perdas por imparidades e reversões-subsídios ao investimento-desvio de recuperação de gastos.

³ Em 2023 o cálculo do indicador não considera os juros suportados com o Empréstimo do BEI

Handwritten signature

Análise dos Resultados

O resultado líquido de 2024 no valor de 6,9 milhões de euros corresponde à remuneração garantida do capital acionista apurada com base na variação média da taxa de Obrigações do Tesouro (OT) no ano (2,96%), acrescida do prémio de risco (3,00%), subtraída do correspondente à remuneração do ajustamento do DRG de 2022 refletido no resultado líquido de 2023 de cerca de 4 mil euros.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador o DRG gerado pelas operações, apurado para avaliação do cenário de eficiência produtiva que foi previamente estabelecido por este, mediante a definição de métricas de evolução específicas.

Quadro 32 – Resultado Líquido

Resultado Líquido	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Rendimentos	MEur	102,1	114,0	124,2	10,2	9,0%
Desvio de Recuperação de Gastos	MEur	-4,6	-2,8	-0,6	2,2	-79,7%
Gastos	MEur	-89,7	-101,9	-105,3	-3,4	3,4%
Imposto (corrente e diferido)	MEur	-1,9	-2,3	-11,5	-9,2	395,1%
Remuneração acionista	MEur	5,9	7,0	6,9	-0,1	-2,1%
Ajustamento ao desvio de recuperação de gastos	MEur	-0,3	0,0	0,0	0,0	
Resultado Líquido	MEur	5,6	7,0	6,9	-0,1	-2,1%

O decréscimo da remuneração acionista e, por conseguinte, do resultado líquido decorre maioritariamente da diminuição da taxa das OT a 10 anos, cuja taxa média passou de 3,24% em 2023 para 2,96% em 2024, pese embora o valor dos ajustamentos decorrentes do DRG reconhecidos no resultado líquido tenham sido inferiores em 2024 face a 2023.

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e das correções no âmbito da eficiência produtiva.

Em 2024, o resultado líquido gerado pelas operações foi de 7,4 milhões de euros, o que permitiu obter um DRG superavitário no valor de 0,6 milhões de euros.



Figura 54 – Resultado Líquido

Os rendimentos totais em 2024 ascenderam a 123,6 milhões de euros, tendo aumentado 11% face ao período homólogo (12,4 milhões de euros).

Quadro 33 – Rendimentos

Rendimentos Totais	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Volume de negócios (VN)	MEur	83,4	90,8	98,6	7,8	9%
Subsídios ao Investimento	MEur	4,8	4,8	4,8	0,0	1%
Rend. Construção Ativos Concessionados	MEur	13,7	17,2	18,9	1,7	10%
Provisões e reversões do exercício	MEur	0,0	0,0	0,3	0,3	0%
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	MEur	0,2	0,0	0,3	0,2	517%
Juros e Rendimentos Similares	MEur	0,0	1,1	1,4	0,2	19%
Rendimentos	MEur	102,1	114,0	124,2	10,2	9%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-5,0	-2,8	-0,6	2,2	-80%
Rendimentos Totais	MEur	97,1	111,2	123,6	12,4	11%

O Volume de Negócios compreende a prestação de serviços a utilizadores municipais e a utilizadores diretos nomeadamente no âmbito das atividades complementares e assessorias. A Tejo Atlântico tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, de onde resulta a ausência de impactos por variação nos caudais. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas. O Volume de Negócios representa 80% da formação do total de rendimentos.

A sociedade aplica o disposto no IFRIC 12 no que respeita ao rédito e aos gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais, enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para os Gastos Operacionais, não havendo, por isso, impacto no resultado do exercício.

mp
 tatos
 B
 B
 m
 B

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. A variação positiva face a 2023 tem subjacente o facto de, em 2024, o investimento em infraestruturas ter sido superior ao período homólogo.

Quadro 34 – Gastos

Gastos Totais	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Gastos das Vendas	MEur	4,0	4,5	5,1	0,6	13,0%
Gastos Construção Ativos Concessionados	MEur	13,7	17,2	18,9	1,7	9,7%
Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	31,2	39,6	38,9	-0,7	-1,8%
Gastos com Pessoal	MEur	13,4	13,8	16,1	2,3	16,3%
Provisões	MEur	0,2	0,3	0,0	-0,3	-99,9%
Depreciações e amortizações	MEur	20,7	20,7	20,7	0,0	0,2%
Outros Gastos Operacionais	MEur	0,8	0,9	1,2	0,3	27,4%
Juros e Gastos Similares	MEur	5,7	4,8	4,4	-0,3	-7,1%
Gastos Totais	MEur	89,7	101,9	105,3	3,4	3,4%

Estrutura de Gastos

Na composição da estrutura de gastos da Tejo Atlântico são mais significativos os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que representam 37% dos gastos totais, as amortizações que abrangem 20% e os gastos com pessoal que ascendem a 15% dos gastos totais.



Figura 55 – Estrutura de Gastos

O Gasto das Vendas (CMVMC) refere-se essencialmente a reagentes, tendo ascendido a 5 milhões de euros em 2024, o que representa um aumento de 13% face a 2023.

O aumento do volume de caudal tratado e da carga orgânica do efluente (CBO5) determinou em 2024 um aumento no consumo de reagentes de 14,2% (cerca de 1.409,5 toneladas) face a 2023.

R
 B

Acresce que a estabilização dos preços da energia elétrica, gás natural e combustíveis não se refletiu nos preços dos reagentes, que face à escassez de matérias-primas e à instabilidade do mercado continuaram a subir, embora numa escala menor face a anos anteriores.

Quadro 35 – Gastos das Vendas

Gastos das Vendas	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Reagentes	MEur	4,0	4,5	5,1	0,6	13,0%
Total de Gastos das Vendas	MEur	4,0	4,5	5,1	0,6	13,0%

Os FSE ascenderam a 38,9 milhões de euros, representando os trabalhos especializados, no valor de 13,5 milhões de euros (35%), a rubrica com maior peso, seguida das rubricas de conservação e reparação com 10,3 milhões de euros (27%) e energia e fluidos com 9,8 milhões de euros (25%). No decréscimo de -0,73 milhões de euros em relação ao período homólogo destaca-se a redução de gastos com eletricidade (-0,69 milhões de euros), conservação e reparação (-0,34 milhões de euros) e trabalho temporário (-0,3 milhões de euros). Em contrapartida regista-se um acréscimo de gastos em trabalhos especializados (0,45 milhões de euros).

Os gastos com FSE estão deduzidos dos gastos em fornecimentos e serviços com projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidos como subsídios à exploração.

Quadro 36 – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Energia e fluidos	MEur	4,6	10,5	9,8	-0,7	-6,3%
Conservação e Reparação	MEur	9,7	10,7	10,3	-0,3	-3,2%
Trabalhos Especializados	MEur	11,5	13,1	13,5	0,5	3,5%
Outros FSE	MEur	5,4	5,4	5,2	-0,2	-4,2%
Subsídios à Exploração	MEur	0,0	-0,04	0,0	0,0	-111,3%
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	31,1	39,6	38,9	-0,73	-1,8%

Os Gastos com Pessoal registam um valor de 16,1 milhões de euros, representando um incremento de 16,3% face ao período homólogo (2,26 milhões de euros).

Em 2024 está reconhecido o acréscimo de gastos com a atualização salarial decorrente nomeadamente do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, da revisão da tabela salarial das Empresas do Grupo AdP decorrente dos acordos assinados com os sindicatos signatários do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), bem como do acréscimo de gastos com a contratação de mais 16 trabalhadores em 2024.

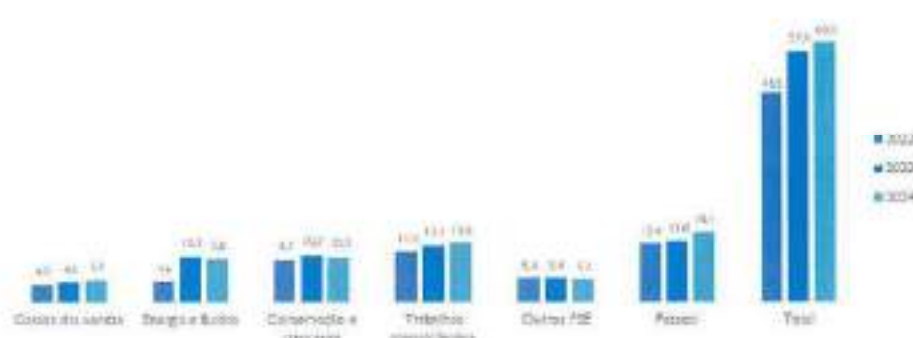
Os gastos com pessoal estão capitalizados em 1,1 milhões de euros pelos serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos e corrigidos das horas/homem afetas a projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidas como subsídios à exploração.

Quadro 37 – Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Remunerações - Órgãos Sociais	MEur	0,39	0,42	0,45	0,0	6,0%
Remunerações - Pessoal	MEur	12,72	13,11	14,58	1,5	11,2%
Prémios para pensões	MEur	0,00	0,00	0,59	0,6	100,0%
Indemnizações	MEur	0,00	0,00	0,01	0,0	100,0%
Seguros	MEur	0,09	0,18	0,16	0,0	-8,6%
Ação Social e Assistência Médica	MEur	0,64	0,78	0,92	0,1	18,3%
Proteção e Segurança	MEur	0,05	0,12	0,07	-0,1	-41,2%
Fardamento	MEur	0,17	0,16	0,15	0,0	-6,8%
Formação	MEur	0,16	0,19	0,20	0,0	2,4%
Outros Gastos	MEur	0,07	0,09	0,07	0,0	-27,9%
Subsídios à Exploração	MEur	0,00	-0,06	-0,08	0,0	33,3%
Capitalizações	MEur	-0,93	-1,15	-1,01	0,1	-12,0%
Total de Gastos com Pessoal	MEur	13,37	13,84	16,10	2,26	16,3%

O cash-cost por unidade média de efluente tratado em 2024 é de 0,28 euros por m³. Pese embora se tenha verificado na generalidade um aumento dos gastos (4%), o aumento do caudal tratado (10%) determinou uma diminuição do cash-cost de 6% face ao ano anterior.

Estrutura de custos cash
(milhões de EUR)



Cash-cost
(€/m³)

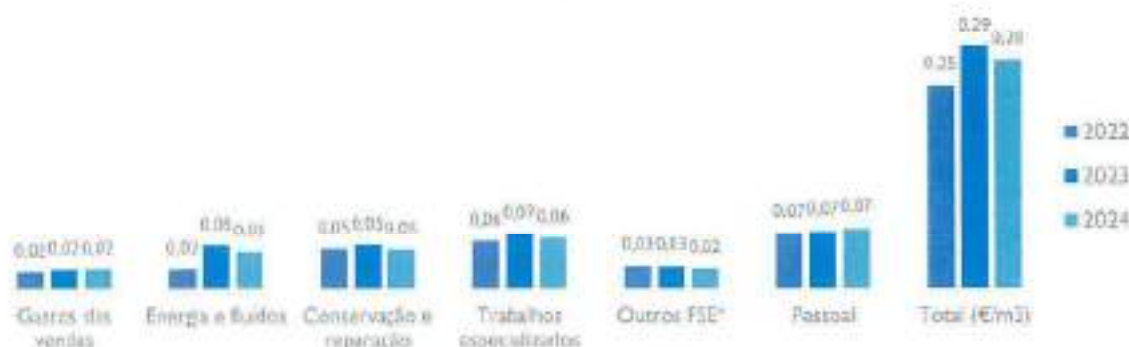


Figura 56 – Cash-cost

Quadro 38 – EBITDA

EBITDA	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Resultado Operacional	MEur	13,1	13,0	21,4	8,5	65%
Depreciações	MEur	-20,7	-20,7	-20,7	0,0	0%
Provisões	MEur	-0,2	-0,3	0,3	0,6	-186%
Perdas por Impairidade	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	-250%
EBITDA	MEur	34,0	34,0	41,0	7,0	23%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-5,0	-2,8	-0,6	2,2	-80%
Subsídios ao investimento	MEur	4,8	4,8	4,8	0,0	1%
EBITDA Ajustado	MEur	34,2	32,0	37,6	5,6	18%

O EBITDA em 2024 ascendeu a 41.9 milhões de euros, 23% acima do de 2023. Atendendo a que para a atividade operacional da Empresa não concorrem diretamente o DRG e os subsídios ao investimento estes valores são retirados do cálculo por forma a apurar o indicador ajustado (EBITDA Ajustado).

O EBITDA Ajustado apresenta um aumento de 18% face a 2023, devido maioritariamente ao aumento do volume de negócios fruto da atualização tarifária que compensa o aumento dos gastos operacionais.

Quadro 39 – Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Rendimentos Financeiros	MEur	0,0	1,1	1,4	0,2	18,8%
Gastos Financeiros	MEur	-5,7	-4,8	-4,4	0,3	-7,1%
Resultado Financeiro	MEur	-5,7	-3,6	-3,1	0,6	-15,3%

A evolução do Resultado Financeiro tem sido favorável, registando-se um incremento de 0,6 milhões de euros em relação ao período homólogo, resultantes por um lado, de menores gastos financeiros com o financiamento contratualizado junto do Banco Europeu do Investimento (BEI) e comissões de grupo associadas e, por outro, por maiores rendimentos com os juros de apoio de tesouraria prestado à holding.

Análise Patrimonial

Quadro 40 – Posição Financeira

Posição Financeira	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Ativo Não Corrente	MEur	486,1	477,6	469,6	-8,0	-2%
Ativo Corrente	MEur	92,8	85,0	76,8	-8,3	-10%
Total do Ativo	MEur	578,9	562,7	546,4	-16,3	-3%
Capital Próprio	MEur	117,8	118,5	119,7	0,2	0%

Passivo Não Corrente	MEur	428,5	404,5	358,0	-46,5	-12%
Passivo Corrente	MEur	32,6	38,7	68,7	30,1	78%
Total do Passivo	MEur	461,1	443,2	426,7	-16,5	-4%
Total do Capital Próprio e Passivo	MEur	578,9	562,7	546,4	-16,3	-3%

O total do ativo no final do período de 2024 ascendia a 546,4 milhões de euros, verificando-se que o ativo não corrente representa cerca de 86% do total do ativo.

Quadro 41 – Posição Financeira - Ativo

Ativo	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Ativos intangíveis	MEur	428,2	419,1	413,7	-5,4	-1%
Ativos fixos tangíveis	MEur	0,3	0,6	1,3	0,7	118%
Ativos sob direito de uso	MEur	0,2	0,1	0,9	0,8	694%
Outros ativos financeiros	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	-28%
Impostos diferidos ativos	MEur	57,3	57,8	53,8	-4,0	-7%
Deverio Tarifário Ativo	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	
Clientes e outros ativos não correntes	MEur	0,0	0,00	0,0	0,00	
Total do Ativo não corrente	MEur	486,1	477,6	469,8	-8,0	-2%
Clientes	MEur	12,2	16,3	11,1	-5,3	-32%
Outros ativos correntes	MEur	5,8	61,4	45,8	-15,6	-25%
Disponibilidades	MEur	74,8	7,3	19,9	12,6	172%
Total do Ativo corrente	MEur	92,8	65,0	76,8	-8,3	-10%
Total do Ativo	MEur	578,9	562,7	546,4	-16,3	-3%

O ativo intangível bruto, que representa o direito de utilização de infraestruturas da concessão, ascende a 966 milhões de euros no final de 2024, tendo registado no ano o incremento de 18,9 milhões de euros de investimento da mesma natureza.

A dezembro de 2024 regista-se um apoio de tesouraria concedido à Holding de 35 milhões de euros.

Investimento

O Investimento (ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis) realizado em 2024 ascendeu a 19,9 milhões de euros, tendo registado um aumento face a 2023 de 2,2 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, em 2024 mantiveram-se as dificuldades relativas à realização de investimentos, sendo que a principal condicionante reside na capacidade de contratar, não sendo de descuidar o número de procedimentos que ficam desertos.



Figura 57 – Investimento Anual

Desvio de Recuperação de Gastos

O DRG registado em balanço evolui de forma favorável desde o início de atividade da Tejo Atlântico, em 2017. O mesmo é deduzido pelo registo de desvios superavitários, aceites pelo Regulador no decurso do cumprimento das métricas definidas para os cenários de eficiência produtiva.

Desvio de Recuperação de Gastos (milhões de Eur)



Figura 58 – Desvio de Recuperação de Gastos

Tarifas, Dívida de Clientes e Prazo Médio de Recabimento

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, a tarifa e os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, pela Tejo Atlântico, para o período de convergência tarifária, compreendido entre 2017 e 2026, são os estabelecidos no Contrato de Concessão, atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no

consumidor (IHPC), publicado pela entidade responsável pela sua divulgação (INE). As tarifas ou aos rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores municipais acresce uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser entregue pela Tejo Atlântico à Águas do Vale do Tejo, S.A., com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema gerido e explorado por esta.

Nos termos do referido diploma legal, os municípios abrangidos pela aplicação da CTA, durante o período de convergência tarifária, são os municípios originários dos sistemas extintos da SANEST e da SIMTEJO, estando os restantes, originários da vertente de saneamento da extinta Águas do Oeste, isentos até 2026 (termo do período de convergência tarifária).

Em tais termos, os rendimentos tarifários aplicados em 2024, para os utilizadores municipais, têm uma tarifa implícita, incluindo a tarifa da atividade de transporte de águas residuais, conforme se explicita no quadro infra.

Quadro 42 – Tarifas

Tarifas	Unidade	Tarifa ¹ 2022	CTA 2022	Tarifa ¹ 2023	CTA 2023	Tarifa ¹ 2024	CTA 2024
Utilizadores municipais servidos pela extinta SANEST	€/m ³	0,3916	0,0316	0,4352	0,0341	0,4832	0,0369
Utilizadores municipais servidos pela extinta SIMTEJO	€/m ³	0,4819	0,0316	0,5133	0,0341	0,5466	0,0369
Utilizadores municipais servidos pela extinta Águas do Oeste	€/m ³	0,5410	-	0,5843	-	0,6311	-
Transporte de águas residuais	€/m ³	0,2508	-	0,2709	-	0,2926	-

¹ Tarifa implícita

A Tejo Atlântico pratica aos restantes utilizadores não municipais uma tarifa de 0,6311 €/m³.

A faturação a Clientes (municípios e outros) ao longo do ano de 2024 ascendeu a 114,5 milhões de euros e os recebimentos totalizaram cerca de 119,7 milhões de euros, tendo sido recuperada dívida de anos anteriores.

A dívida dos utilizadores municipais do sistema decompõe-se da seguinte forma:

Quadro 43 – Dívida de Clientes

Dívida de Clientes	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23
Faturação Corrente	MEur	10,6	14,4	10,2	-4,2 -29%
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	MEur	0,6	0,8	0,5	-0,3 -36%
TRH (Taxa de Recursos Hídricos)	MEur	0,6	0,6	0,3	-0,3 -51%
Acordos de Pagamento	MEur	0,1	0,0	0,0	0,0
Juros Mora	MEur	0,4	0,4	0,1	-0,3 -75%
Clientes	MEur	12,2	16,2	11,1	-5,1 -31%
Saldo credores	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida de Clientes	MEur	12,2	16,2	11,1	-5,1 -31%

Em termos de evolução da dívida, verificou-se uma diminuição de 31% (-5 milhões de euros), situação justificada essencialmente pelo facto de alguns dos municípios terem antecipado pagamentos face à data contratualizada. A dívida vencida ascende a 0,3 milhões de euros provocado maioritariamente por atrasos circunscritos a três municípios.



Figura 59 – Dívida os Clientes

Capital Próprio

O capital próprio aumentou 0,2 milhões de euros face ao período homólogo, resultado do incremento da reserva legal (+0,35 milhões de euros) que compensou a redução do resultado líquido (-0,1 milhões de euros).

A aplicação do resultado de 2023 foi deliberada em Assembleia Geral realizada em 15 de março de 2024, que aprovou o aumento da reserva legal em 0,35 milhões de euros e a distribuição de dividendos no valor de 6,68 milhões de euros.

O capital social é constituído por 113 527 680 ações (112 127 680 da categoria A e 1 400 000 da categoria B), com o valor unitário 1,00 euro, e está totalmente subscrito e realizado.

A Tejo Atlântico detém 2 521 433 ações próprias, correspondentes a uma participação total no capital social de 2,22%. As manifestações de interesse de alguns dos acionistas para adquirirem as ações, suportadas em contratos-promessa firmados cuja concretização estava sujeita à obtenção de autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira não se verificou, tendo o prazo decorrido determinado a caducidade da deliberação da assembleia geral de 16 de março de 2018 relativa à alienação do lote de ações. Na assembleia geral de 23 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Tejo Atlântico foi mandatado para dar início ao procedimento de alienação das ações próprias em conformidade com as disposições legais, mediante a contratação de entidade avaliadora independente que determine o valor das mesmas, estando a avaliação realizada e a aguardar decisão da área governativa das finanças.

Passivo e Prazo Médio de Pagamento

O passivo total teve uma evolução positiva diminuindo 4% (-16,5 milhões de euros) por conta da redução do passivo não corrente que representa 84% do total do passivo.

A variação mais significativa do passivo não corrente resulta da evolução favorável do montante reconhecido em empréstimos de médio e longo prazo, com redução da dívida em 29% que se traduz num montante de -45 milhões de euros. Esta redução da dívida de médio longo prazo deve-se em grande parte, cerca de 30 milhões de euros, da reclassificação para dívida para curto prazo dos empréstimos denominados BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, conforme mencionado na nota 3.1 – Risco de liquidez e de capital do Anexo às Contas.

Registam-se também - 4 milhões de euros relativos ao acréscimo de gastos do investimento contratual.

O passivo corrente teve um aumento de 30 milhões de euros para o homólogo, justificado maioritariamente pela transferência de dívida de médio longo prazo para curto prazo conforme acima mencionado.

Destaca-se também a diminuição de 1,4 milhões de euros em fornecedores e o aumento de 1,9 milhões de euros em imposto sobre o rendimento do exercício.

A apresentação do endividamento de curto prazo passou a incluir, desde final de 2023, os acréscimos de comissões do BEI, que se encontrava relevado em outros passivos correntes, afetando a evolução comparativa destas rubricas com o ano de 2022.

Quadro 44 – Posição Financeira - Passivo

Passivo	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23
Provisões	MEur	0,2	0,6	0,1	-0,4 -74%
Empréstimos	MEur	173,3	158,1	113,0	-45,1 -28%
Acrescimos de gastos do investimento contratual	MEur	110,5	104,6	100,6	-4,0 -4%
Impostos diferidos passivos	MEur	14,8	13,9	16,4	2,5 18%
Subsídios ao investimento	MEur	116,7	111,9	111,1	-0,7 -1%
Desvio Tarifário Passivo	MEur	11,9	14,7	15,3	0,6 4%
Outros passivos não correntes	MEur	1,1	1,3	1,3	0,0 0%
Total do Passivo não corrente	MEur	428,5	404,5	358,0	-46,5 -12%
Empréstimos	MEur	14,9	15,7	45,5	29,9 191%
Passivos da Locação	MEur	0,1	0,0	0,3	0,3 680%
Fornecedores	MEur	8,0	9,5	8,1	-1,4 -15%
Estado	MEur	4,0	4,3	4,1	-0,1 -3%
Outros passivos correntes ¹	MEur	7,7	9,2	10,7	1,4 15%
Total do Passivo corrente	MEur	32,5	38,7	68,7	30,1 78%
Total do Passivo	MEur	461,1	443,2	426,7	-16,5 -4%

¹ Sem acréscimo de Comissões do BEI desde 2023

O prazo médio da pagamento (PMP) em 2024 foi de 25 dias, tendo diminuído 4 dias face a 2023.

Endividamento

O valor total do endividamento bruto corresponde aos empréstimos junto do BEI, que transitou da cisão da Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT).

Em 2024, o montante de 158,2 milhões de euros de endividamento é composto por 113 milhões de euros de médio e longo prazo e 45,2 milhões de euros de curto prazo. No ano, foram amortizados 15,3 milhões de euros conforme previsto no serviço da dívida.

Quadro 45 – Endividamento

Endividamento	Unidade	2022	2023	2024	Variação 24/23	
Endividamento	MEur	186,1	173,4	158,2	-15,2	-9%
Disponibilidades	MEur	74,8	7,3	19,9	12,5	172%
Empréstimos Concedidos	MEur	0,0	55,0	35,0	-20,0	-36%
Endividamento Líquido *	MEur	111,3	111,0	103,3	-7,7	-7%

* Em 2022 o cálculo do indicador considera os juros suportados com o Empréstimo do BEI e os juros a receber de aplicações financeiras.
Em 2023 o cálculo do indicador considera os juros a receber de aplicações de tesouraria

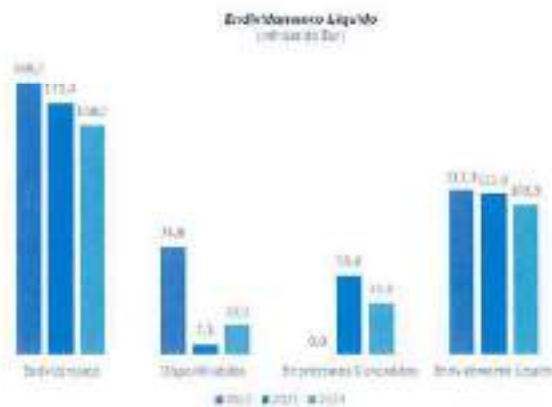


Figura 60 – Endividamento Líquido

ANP

tehs

AD

NA
ju
KS

EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro de 2025, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

A 27 de fevereiro de 2025 a Entidade Reguladora (ERSAR) enviou o projeto de decisão sobre o DRG de 2024, o qual aponta para um montante global de 585 558 euros de potenciais gastos não aceites, conforme Informação n.º I-000319/2025.

Face ao exposto, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

X

PERSPETIVAS FUTURAS

Pela necessidade, coerência, pertinência e, de alguma forma, urgência da implementação da nossa estratégia "Inspirados pelo Futuro" ([Missão e Visão | Águas do Tejo Atlântico](#)), a nossa convergência, e respetiva rapidez, com a visão que estruturamos de forma alargada na Tejo Atlântico só depende de nós.

O trabalho desenvolvido em 2024 ao nível interno com a reorganização de processos e equipa, o investimento na preparação de estudos estratégicos e um conjunto de iniciativas plurianuais mas também pelo contexto externo, nomeadamente o facto de dispormos de um Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2025 devidamente aprovado, deixam a Tejo Atlântico com a enorme responsabilidade de fazer mais e melhor do que no ano transato. A organização, capacidade, competência e vontade de trabalho em equipa da Tejo Atlântico serão a chave do sucesso desta caminhada a que nos propusemos conjuntamente.

No ano 2025 reunimos grandes expectativas no trabalho que estamos a desenvolver em busca de uma Tejo Atlântico mais sustentável, destacando:

- Foco no pilar estratégico do propósito e cultura da Empresa reforçando os valores que nos unem;
- Continuação da transformação digital da Empresa em vários processos garantindo que a informação de qualidade está disponível de forma transversal, eliminando silos organizacionais;
- Aceleração do processo de investimentos e sua coordenação com os vários processos de aumento de conhecimento do estado de condição dos ativos físicos e melhoria do mesmo;
- Evolução do processo de Manutenção com vista a uma organização preventiva em detrimento de uma atitude reativa;
- Melhoria do nosso processo de gestão de Recursos Humanos com uma nova liderança desta Unidade Orgânica;
- Desenvolvimento de vários processos de contratação de projetos transformadores da Tejo Atlântico, em particular na dimensão da neutralidade energética, reutilização de águas residuais e valorização de lamas;
- Desenvolvimento de um programa de avaliação funcional de infraestruturas que permita em todo o momento ter identificadas e priorizadas as principais necessidades de intervenção infraestrutural da Empresa;
- Foco na eficiência e eficácia permitindo executar a nossa missão de forma acessível a todos os cidadãos servidos pela Tejo Atlântico.

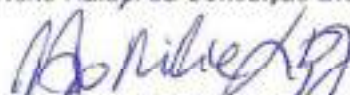
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

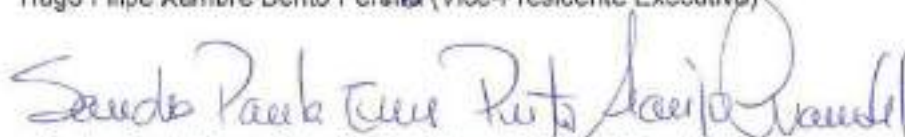
Nos termos dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de 6 867 549,02 euros (seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove euros e dois cêntimos), apurado conforme explicitado na nota 33 das demonstrações financeiras (remuneração acionista), tenha a seguinte distribuição:

- **343 377,45 euros** (trezentos quarenta e três mil, trezentos e setenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), para constituição da Reserva Legal;
- **6 524 171,57 euros** (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e um euros, e cinquenta e sete cêntimos), para distribuição de Dividendos.

O Conselho de Administração

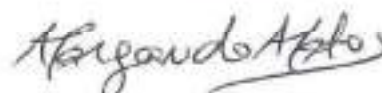

Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)


Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)


Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)


Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)


Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)


Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)


Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executivo)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico encerra a atividade do ano 2024 com um agradecimento a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o cumprimento da missão da Empresa e dos seus objetivos de bem servir, destacando:

Os trabalhadores, cujos empenho, dedicação e profissionalismo constituem a base do sucesso alcançado, num cenário de exigência com o objetivo de fazer melhor, ser mais eficiente e sustentável;

À Senhora Ministra do Ambiente e da Energia e ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente pelo interesse e apoio sempre manifestados;

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., pela importante colaboração prestada;

A Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelas orientações e confiança manifestados;

Aos Municípios e respetivos dirigentes e técnicos que, de forma proactiva, trabalharam em parceria com a Águas do Tejo Atlântico ao longo do ano;

As Entidades Gestoras do serviço de saneamento operando na área geográfica de intervenção da Águas do Tejo Atlântico, pelo bom relacionamento e boa articulação técnica evidenciados;

Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pela forma como acompanharam a atividade da Empresa;

Os diversos parceiros e *stakeholders* que contribuíram para o bom desempenho da Águas do Tejo Atlântico em 2024;

Os prestadores de serviços, consultores, fornecedores, projetistas, empreiteiros e as outras organizações que trabalharam com a Águas do Tejo Atlântico e, de uma forma geral, a todos aqueles que contribuíram para a Empresa alcançar os seus objetivos.

A todos os que diariamente exigem mais de nós e nos pressionam, de forma construtiva, a melhorar os nossos processos, a nossa eficiência e eficácia, contribuindo para uma Empresa melhor.

Com uma atividade de importância vital para a saúde e o bem-estar das populações, o ambiente e a sustentabilidade da região servida, a Águas do Tejo Atlântico continuará a cumprir a sua missão com responsabilidade e ambição para alcançar os novos desafios societais.

ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1) Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

a) Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE)

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato. Após análise e escrutínio, a referida entidade formula uma proposta, a ser expressamente aprovada pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa.

O Conselho de Administração da sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A. eleito em 19 de abril de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3º do referido normativo, aguardando a respetiva aprovação da proposta apresentada.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento dos objetivos propostos, de acordo a fórmula de cálculo e modo de avaliação do quadro infra, seria em 2024 o seguinte:

Indicadores dos Objetivos de Gestão (IOG)	Fórmula de Cálculo	Meta	Modo de avaliação 2024		
			Não Atingido (1)	Atingido (2)	Superado (3)
Objetivos Desempenho					
Autonomia Energética (AE)	Energia produzida com recursos próprios/Energia consumida (%)	35,00%	$AE < 35,0\%$	$35,0\% \leq AE < 36\%$	$AE \geq 36\%$
Produção de ApR (P_ApR)	Volumen de ApR produzido e utilizado para auto consumo na entidade no ano natural de ApR produzido e utilizado para auto consumo no ano natural de 2024	25,00%	$P_{ApR} < 25\% \text{ V (ApR 2023)}$	$P_{ApR} = 25\% \text{ V (ApR 2023)}$	$P_{ApR} > 25\% \text{ V (ApR 2023)}$
Implementação do Plano ApR	Nº de Indicações Positivas Integradas (IPi) ao plano ApR, a partir de 1 de janeiro de 2024, no âmbito do pré-alinhamento de projetos industriais	35,00%	$PI < 35$	$PI \geq 35$	$PI > 35$
Objetivos Sectoriais					
Qualidade das Águas Residuais (AQAR) AQAR		30,00%	$AQAR < 30,0\%$	$30,0\% \leq AQAR < 35,0\%$	$AQAR \geq 35\%$
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	30,00%	$N^{\circ} \text{ Ações executadas face ao previsto} < 30,0\%$	$N^{\circ} \text{ Ações executadas face ao previsto} \geq 30,0\%$	$N^{\circ} \text{ Ações executadas face ao previsto} > 30,0\%$
Resultado Operacional					
Eficiência de Gestão	$PAC = (PAC_{2023} - PAC_{2024}) / PAC_{2023}$ Variação face ao PAC 2023	30,00%	$EG < -3,10\%$	$-3,10\% \leq EG < -1,10\%$	$EG \geq -1,10\%$
Respeito pelas prazos de pagamento	Variação do PPR face ao previsto em PPR	30,00%	$PR < 30\%$	$30\% \leq PR < 35\%$	$PR \geq 35\%$
Objetivos Estratégicos					
Água para Reutilização (ApR)	Implementação do plano ApR	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto em PPR	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 25% face ao previsto em PPR	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 10% face ao previsto em PPR
Plano de Neutralidade Energética (NE)	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto em PPR	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 25% face ao previsto em PPR	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 10% face ao previsto em PPR
Plano de Lamas (PL)	Implementação do Plano de Lamas	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos para produção de lamas prevista no PPR	Lançamento, em cada ano, de concursos para produção de lamas prevista no PPR	Lançamento, em cada ano, de concursos para produção de lamas prevista no PPR

ANP (16/4) 13 jul

Tendo por base o critério corporativo de aplicação dos indicadores dos objetivos de gestão para o ano de 2024, quanto à implementação do Plano de Lamas, Plano de Neutralidade Energética e Água para Reutilização, estes não serão alvo de avaliação.

O apuramento do grau de cumprimento dos objetivos propostos foi efetuado com a distribuição equitativa da ponderação dos indicadores não avaliados pelos restantes indicadores.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento dos objetivos propostos, de acordo com a fórmula de cálculo e modo de avaliação acima referidos, seria em 2024 o seguinte:

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Resultado 2024	Atingimento	Grau de Desempenho	Ponderação
Objetivos Desempenho				
Autonomia Energética (AE)	25,1%	Superado	3	29,41%
Produção de ApR (P.ApR)	3,9%	Não Atingido	1	29,41%
Implementação do Plano AgIR	10	Superado	3	29,41%
Objetivos Sectoriais				
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	97,49%	Superado	3	23,53%
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	64,8%	Não Atingido	1	11,76%
Resultado Operacional				
Eficiência de Gestão	-5,20 p.p.	Superado	3	23,53%
Respeito pelos prazos de pagamento	-4	Superado	3	11,76%
Objetivos Estratégicos				
Água para Reutilização (ApR)	N/A			N/A
Plano de Neutralidade Energética (NE)	N/A			N/A
Plano de Lamas (PL)	N/A			N/A

Relativamente à justificação de desvios e medidas de correção nos objetivos não atingidos, há a considerar o seguinte:

• Produção de ApR (P ApR)

A Tejo Atlântico produz ApR para usos internos e para fornecer a terceiros considerado como usos externos. Os usos internos foram a rega de espaços verdes, lavagens de equipamentos e recintos, água de diluição de reagentes, preparação de reagentes, sistemas de desodorização entre outros. Alguns consumos internos são proporcionais ao caudal tratado, que aumentou 15% em relação ao ano de 2022.

11

ApR

tejo

Handwritten signatures and initials.

Os usos externos foram a rega de espaços verdes públicos, lavagens de ruas, climatização de espaços comerciais, rega de campos de Golf.

Em 2024 foram produzidos 2 994 725 m³ de ApR pela Tejo Atlântico. Do total produzido, 78% foi utilizado em usos internos, e 22% foi fornecida para usos externos.

Em 2022, considerado como ano de referência dos Objetivos de Gestão, tinham sido produzidos 2 882 580 m³, 87% utilizados em usos internos e 13% fornecido para usos externos.

Na tabela 1 estão descritos os volumes de ApR produzidos em usos internos e fornecidos ao exterior.

Tabela 1 – Volumes de ApR interno e fornecidos

Ano	P ApR Total (m ³)	V ApR interna (m ³)	V ApR fornecida (m ³)	V ApR interna (%)	V ApR fornecida (%)
2022	2 882 580	2 521 121	361 459	87%	13%
2023	3 186 752	2 654 192	532 651	83%	17%
2024	2 994 725	2 343 954	650 771	78%	22%

No ano de 2024 houve uma alteração significativa na repartição de uso de ApR produzida, como se pode constatar na tabela 1. Verificou-se, por um lado, uma redução de consumo interno de ApR de 177 167 m³, que corresponde a uma redução de 7,03%, e, por outro lado, um aumento de ApR fornecida de 289 312 m³, que corresponde a um aumento muito significativo de 80,04%, em relação ao ano de 2022.

O valor do indicador de Produção de ApR (P ApR), que monitoriza o volume total face ao ano de referência, foi de 3,9%, não tendo sido atingido o valor definido como objetivo de gestão.

Este valor é justificado pela redução de 7,03% de consumo interno ApR, apesar do aumento de volume tratado de atividade da Empresa em 15%, pelo facto de se ter conseguido reduzir o consumo de ApR no processo de tratamento da FA de Alcântara e no processo de tratamento FA de Chelas, em resultado de adoção de medidas de eficiência hídrica nos processos de tratamento.

Em 2022, a utilização da ApR interno já era uma realidade na maioria dos usos internos possíveis. A recuperação dos equipamentos e adoção de práticas progressivamente mais eficientes veio permitir a otimização do uso de ApR, que se constatou numa redução do consumo interno de ApR e que se traduz igualmente na otimização de consumo energético, tendo vantagens no desempenho das instalações.

O aumento muito significativo de fornecimento de ApR para usos externos de 80,04%, que na verdade deve ser o objetivo a ser monitorizado, não foi suficiente para compensar a redução de consumo de ApR interno, só possível no ano de 2024, por reposição do funcionamento dos equipamentos e, consequentemente, reposição da capacidade hidráulica das instalações acima referidas.

Handwritten signature.

ARF Tejo [Assinatura] [Assinatura]

Para melhor justificar o indicador P ApR foi calculado o consumo de ApR interno por m³ de água residual tratada no ano de 2022 e no ano de 2024:

- Em 2022 foram consumidos 0,013 m³/ m³ de AR tratada;
- Em 2024 foram consumidos 0,011 m³/m³ de AR tratada.

Assim, pelos motivos expostos, como se registou um aumento de eficiência no consumo de água de processo e no ano de referência (2022) o consumo de ApR como água de processo já era total e muito elevado, mesmo com o aumento significativo de mais de 80% do volume fornecido para usos externos, não se consegue cumprir o indicador.

A Tejo Atlântico, desde o início da sua atividade, tem tido sempre como objetivo a substituição do uso de água potável, por ApR no processo de tratamento, nas lavagens de recintos e equipamentos, reduzindo a sua pegada hídrica. Por outro lado, tem desenvolvido uma estratégia de fomentar o uso de ApR externos em usos não potáveis, desenvolvendo diversos projetos com várias entidades, fomentando o desenvolvimento do uso de ApR no território.

Em síntese, não obstante, a Tejo Atlântico ter convergido para os dois objetivos de forma individual, inclusive com valores muito expressivos, quando o indicador analisa o efeito conjugado da reutilização interna e externa, o valor definido não é atingido.

• Cumprimento do Plano de manutenção preventiva

O não cumprimento do objetivo de gestão estabelecido para o plano de manutenção preventiva relaciona-se com a dificuldade em contratar reforços de equipas que se encontram aprovados em PAO, em áreas específicas de Engenharia Mecânica/Eletrotécnica e afins, mas que, apesar de se ter aberto procedimentos de contratação, não se conseguiu encontrar candidatos que cumprissem os requisitos e/ou aceitassem o package remuneratório autorizado. Concomitantemente parte das Ordens de Trabalho de Manutenção Preventiva estavam alocadas ao prestador de serviços.

Tal como já referido no presente relatório, a insuficiência de técnicos especializados tem provocado instabilidade na composição e nas competências das equipas do prestador de serviços, priorizando-se ações de manutenção corretiva, para garantir o normal desempenho da Operação dos sistemas. Atualmente, para se reverter esta situação, está a ser retomada a equipa dedicada à conceção, desenvolvimento e supervisão da execução dos planos de manutenção preventiva, com melhor definição das Ordens de Trabalho (OT) de concretização desses planos. Já está alocada uma equipa específica no Contrato com o prestador de serviços para executar as Ordens de Trabalho específicas da Prevenção. Em 2024, foram executadas 27 786 OT de Manutenção Preventiva, ou seja mais de 2 315 por mês.

[Assinatura]

b) Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A proposta do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o triénio 2024-2026 foi objeto de Despacho de aprovação pelo SETF de 30 de julho de 2024 (Despacho n.º 301/2024-SETF) e Despacho do MAEN de 6 de agosto de 2024 (Despacho N.º 26/MAEN).

Da análise aos indicadores que evidenciam a execução do PAO 2024, verifica-se que a atividade do ano cumpriu com os montantes orçamentais aprovados.

Indicadores	2024 Exec. (€)	2024 Orç. (€)	2024 Exec./2024 Orç.		Observações/ medidas
			Δ Absol. (€)	%	
Resultado Líquido	6 867 549	7 107 281	-239 732	-3,4%	
EBITDA	41 878 199	36 681 200	6 196 999	17,4%	
EBITDA ajustado ⁽¹⁾	37 599 363	28 302 866	9 296 496	32,8%	
Resultado Operacional ⁽²⁾ (EBIT)	21 421 631	13 580 796	7 840 836	57,7%	
Volume de Negócios	98 555 528	98 311 149	244 379	0,2%	
Gastos Operacionais ⁽³⁾	60 019 581	69 150 182	-9 130 601	13,2%	
Gastos Operacionais/Volume de N.	0,61	0,70	-0,09	13,4%	
Endividamento ⁽⁴⁾	158 182 732	158 733 290	-550 558	-0,3%	
Dívida Financeira Líquida ⁽⁵⁾ /EBITDA Ajustado	2,7	4,9	-2,2	44,1%	
Disponibilidades ⁽⁶⁾	19 889 096	19 655 049,4	234 046	1,2%	

1) EBITDA ajustado=EBITDA - Desvio de recuperação de gastos-Subsídios ao investimento

2) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal (sem ajustamentos)

4) Passivo remunerado (não inclui acréscimos de juros).

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades e Empréstimos Concedidos (não inclui acréscimos de juros)

6) Caixa conforme Balanço (para o cálculo da dívida Financeira Líquida são expurgados os juros aos saldos evidenciados em Balanço)

c) INVESTIMENTOS

No que aos investimentos diz respeito, segue-se quadro resumo de comparação do valor total do investimento realizado com o previsto em orçamento em 2024:

mp totos

[Handwritten signatures]

2) Gestão do Risco Financeiro

Fatores de risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro; risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

• Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Tejo Atlântico.

	31.12.2024	tx média +1%	tx média -1%
Juros suportados - taxa fixa	3 265 459	n.a.	n.s.

• Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão.

[Handwritten signature]

AdP

Relatório

13

13

A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2024 e 2023 não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

- Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

- Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso da tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Tejo Atlântico por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos BEI	49 843 817	80 888 118	42 748 668

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

13

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2024	valor do capital no ano de refixação de taxa
2024	-	-
2025	106 793 960	98 076 902
2026	-	-
2027	5 974 980	4 036 580
2028	-	-
2029	34 040 200	20 182 900
2030	12 122 418	-
	158 931 558	122 296 382

À exceção da linha BEI designada por "BEI V", os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital em dívida dos empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa ascende a 870.628 mil euros, 158 931 mil euros na Águas do Tejo Atlântico. Para alguns empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa (capital em dívida em 31 de dezembro de 2024 no montante de 679 705 mil euros, dos quais 130 436 mil euros na Águas do Tejo Atlântico), os contratos de financiamento preveem que a última prestação de capital (entre setembro de 2025 e junho de 2029) seja liquidada em 11 prestações semestrais, ou seja, prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, desde que exista extensão do prazo dos contratos de fiança. O capital em dívida passível de ter liquidação diferida em 5 anos adicionais, ascende a 503 790 mil euros, dos quais 94 256 mil euros na Empresa (165 230 mil euros em setembro de 2025, dos quais 31 187 mil euros na Empresa). Conforme previsto nos contratos de financiamento, em 11 de julho de 2024, a AdP SGPS solicitou à República Portuguesa a extensão dos contratos de fiança possibilitando deste modo a prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, tendo reforçado esta solicitação em 3 de outubro de 2024. Em 27 de dezembro de 2024, a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. ("IGCP"), emitiu parecer (i) favorável à extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, em que a última prestação de capital em setembro de 2025 poderá ser liquidada em 11 prestações semestrais, e (ii) de não oposição à extensão dos contratos de fiança relativos aos restantes empréstimos.

O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos (linha "BEI V"), de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2018, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. Em 31 de dezembro de 2024 a tranche A, encontra-se utilizada na totalidade em 320.612 mil euros e a tranche B encontra-se utilizada em 59.529 mil euros.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2024 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2024 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

O objetivo da AdTA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdTA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Tejo Atlântico é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que, por sua vez, fará empréstmos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	31.12.2024
Empréstimos não correntes	112 982 316
Empréstimos correntes	45 200 415
Descoberto bancário	
Disponibilidades	(19 656 515)
Apoio de Tesouraria à SGPS	(35 000 000)
Dívida líquida	103 324 217
Subsídios ao investimento e outros	111 148 705
Total do capital próprio	119 711 992
Capital e subsídios	230 860 697
Dívida líquida/total do capital	0,45

O modelo de financiamento da Tejo Atlântico assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência no financiamento BEI, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

- Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdTA. A Sociedade está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AdTA avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2024 (nota 10.3 do anexo às contas).

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdTA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Empresas do Grupo	TOTAL
Tipologia de clientes	Municípios	Outros	Total		
Risco	Baixo	Médio		Baixo	
Exposição bruta	10 938 864	151 096	11 089 960	-	11 089 960
Imparidade	-	(274)	(274)	-	(274)
Exposição líquida	10 938 864	150 822	11 089 686	-	11 089 686

A 31 de dezembro de 2023 a situação era a seguinte:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Empresas do Grupo	TOTAL
Tipologia de clientes	Municípios	Outros	Total		
Risco	Baixo	Médio		Baixo	
Exposição bruta	16 247 104	71 015	16 318 119	23 848	16 341 967
Imparidade	-	-	-	-	-
Exposição líquida	16 247 104	71 015	16 318 119	23 848	16 341 967



Handwritten signatures and initials: MRP, Vitor, J, B, Jm, AS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

31.12.2024	Negócio "Alta"							
	Outros				Empresas do Grupo			
	Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda
								Exposição líquida
	Não vencida	115 760	-	-	115 760	-	-	-
	Vencida até 180 dias	34 971	-	-	34 971	-	-	-
	Vencida há mais de 180 dias	366	(274)	75%	91	-	-	-
		151 096	(274)	0%	150 822	-	-	-

31.12.2023	Negócio "Alta"							
	Outros				Empresas do Grupo			
	Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda
								Exposição líquida
	Não vencida	62 794	-	-	62 794	23 848	-	-
	Vencida até 180 dias	7 856	-	-	7 856	-	-	-
	Vencida há mais de 180 dias	366	-	-	366	-	-	-
		71 015	-	-	71 015	23 848	-	-

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdTA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 e de 2023, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira, expurgados os valores referentes a acréscimos de rendimentos com juros (nota 13.2 do anexo às contas).

Ativos financeiros bancários	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos à ordem	2 853 254	4 602 319
Depósitos a prazo	17 000 000	2 500 000
Investimentos Financeiros	24 056	33 428
	19 877 309	7 335 748

Rating	31.12.2024	31.12.2023
A-	7 405	7 275 792
A	19 837 344	-
BBB	-	9 868
BBB-	-	13 793
BBB+	6 505	3 143
N/A	24 056	33 428
	19 877 309	7 336 014

Handwritten signature

ANP

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Atos

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Nota: Cotação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em fevereiro de 2025.

O motivo pelo qual o valor depósitos a prazo em 2024 é superior ao de 2023 é explicado por um menor valor disponibilizado à AdP-SGPS ao abrigo do contrato de apoio de tesouraria, que a 31 de dezembro de 2024 era de 35 milhões de euros, e em 2023 era de 55 milhões de euros (nota 8.3 do anexo às contas).

[Handwritten signature]

A 31 de dezembro de 2024 o valor depositado na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.B. era de 19 829 726 euros, e em 31 de dezembro de 2023 era de 7 252 586 euros.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da Tejo Atlântico. A partir de 2023 estão a ser considerados apenas dados referentes ao BEI deduzido do custo amortizado.

Anos	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	4 397 566	4 763 532	5 104 106	5 705 685	6 440 711	7 898 562	8 178 038	9 785 285
Taxa média de financiamento (%)	2,7%	2,6%	2,6%	2,8%	3,0%	3,5%	3,5%	4,0%

Risco de exploração

• Risco de catástrofe

A Tejo Atlântico está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa têm contratualizado seguros para a transferência destes riscos.

• Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Tejo Atlântico. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

[Handwritten signature]

16

	2024	2023
Variação do Endividamento (execução)	Valores (€)	
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	159 182 732	173 363 690
Capital Social	113 527 680	113 527 680
Novos Investimentos em 2024 (com expressão material)	0	0
Variação do endividamento	-5%	-5%

A Empresa cumpre integralmente o disposto na legislação, apresentando uma redução de 5% no seu endividamento, apurada nos seguintes termos do DLEO 2024.

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Nossa investigação foi realizada no investimento realizado em 2014, a partir das participações em fundos de renda e fundo período, que não tiveram no plano de investimentos, de um período de dois meses, e cuja pesquisa revelou que o retorno foi de 11,1% em relação ao valor investido em 2014, o que representa um retorno de 11,1% do investimento realizado em 2014.

4) Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores e "arrears", em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e os atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o n.º 4 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

PMP	2024	2023	Variação 24/23	
			Valor	%
Prazo (dias)	25	30	-5	-16,67%

Verificou-se que em 2024 o prazo médio de pagamentos a fornecedores apresenta uma redução de 5 dias face a 2023, cumprindo o previsto na legislação.

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

anp

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

total

AB

B

mu

AB

Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL127/2012 (€)

Dívidas Vencidas (> 90 dias)

	2024				2023
	90-180 dias	180-365 dias	> 360 dias	Total	Total
Aq. de Bens e Serviços	101 636,59	638,24	13 143,98	115 418,81	928,05
Aq. de Capital	3 314,67	0,00	0,00	3 314,67	7 064,72
Total	104 951,26	638,24	13 143,98	118 733,48	7 992,77

Os valores apresentados em dívida há mais de 90 dias correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais se aguarda da parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A Empresa tem pautado por cumprir a redução legal do PMP a que está acometida sendo estas situações casos pontuais que não consubstanciam atrasos de pagamento, e que estão a ser acompanhadas pela Direção Administrativa Financeira, juntamente dos serviços requisitantes e dos fornecedores, no sentido de serem resolvidas.

5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e à atividade da Empresa.

6) Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas

Não aplicável, atendendo a que não foram emitidas reservas na Certificação Legal das Contas de 2023.

7) Remunerações/ Honorários dos Órgãos Sociais

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., deu cumprimento a todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado aprovado pelo Decreto-Lei 133/2013, de 03 de outubro.

M

1 - Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Aforjado (€)
2023-2025	Presidente	Basilio Adolfo de Mendonça Horta da Franca	575,00	-
2023-2025	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00	- a)
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00	375,00 a)

a) Valor pago à Águas de Portugal-SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 18 de outubro de 2023

2 - Conselho de Administração

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Nuno Rafael da Conceição Broco	S	B	5 223,66	2 060,46
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	B	4 701,29	1 880,52
Sandra Paula Enes Pinto Araujo Chambal	S	B	4 176,95	1 671,57
Adriana Magalhães Ribeiro Reis Pinto	S	a)	1 044,73 -	-
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques	S	a)	1 044,73	-
Ana Margarida Afonso de Matos	S	B	1 044,73	-
Ricardo Alexandre da Silva Bastos	S	B	1 044,73	-

a) Os Administradores não executivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 8 de maio de 2017 e de 23 de novembro de 2020.

Valor pago à Águas de Portugal-SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 18 de outubro de 2023.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		DPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos				N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Identificação da data de autorização e Forma	Entidade Pagadora (OID)	
2023-2025	Presidente executivo	Nuno Rafael da Conceição Broco	AG		Não	-	-	-	1
2023-2025	Vice-Presidente	Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	AG		Não	-	-	-	3
2023-2025	Vogal executivo	Sandra Paula Enes Pinto Araujo Chambal	AG		Não	-	-	-	1
2023-2025	Vogal não executivo	Adriana Magalhães Ribeiro Reis Pinto	AG		n.a.	n.a.		n.a.	1
2023-2025	Vogal não executivo	Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques	AG		n.a.	n.a.		n.a.	1
2023-2025	Vogal não executivo	Ana Margarida Afonso de Matos	AG		n.a.	n.a.		n.a.	1
2023-2025	Vogal não executivo	Ricardo Alexandre da Silva Bastos	AG		n.a.	n.a.		n.a.	1

Acumulação de Funções

Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
Adriana Magalhães Ribeiro Reis Pinto	Águas de Portugal - SGPS, SA	Técnica Superior de apoio ao Conselho de Administração da AdP-SGPS.	Setor Empresarial do Estado	18/04/2023 AG
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques	Águas de Portugal - SGPS, SA	Assessor	Setor Empresarial do Estado	19/04/2023 AG
Ana Margarida Afonso de Matos	Câmara Municipal de Amadora OM/Geer, C.C., S.A.	Vereadora em regime de substituição Chief Compliance Officer	Público Privado	19/04/2023 AG
Ricardo Alexandre da Silva Bastos	IMODIag, Lda.	Gerente	Privado	19/04/2023 AG

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
	Fixa ¹ (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias ² (4)	
Nuno Rafael da Conceição Broco	98 204,76	-	98 204,76	4 910,20	93 294,56
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	88 384,30	-	88 384,30	4 419,20	83 965,10
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	78 563,86	-	78 563,86	3 928,20	74 635,66
Adriana Magalhães Ribeiro Reis Pinto	14 626,22	-	14 626,22	-	14 626,22
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques	14 626,22	-	14 626,22	-	14 626,22
Ana Margarida Afonso de Matos	14 626,22	-	14 626,22	730,80	13 895,42
Ricardo Alexandra da Silva Baates	14 626,22	-	14 626,22	730,80	13 895,42
			323 657,80	14 719,20	308 938,60

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Habitação		Regime de Proteção Social		Encargos		Outros
	Valor / Dia	Montante anual	Identificar	Encargo Anual	Encargo Anual Seguros do Estado	Encargo Anual Seguros de Vida	
Nuno Rafael da Conceição Broco	7,6	1 907,60	SS	23 204,44	3 313,63	1 114,08	-
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	7,6	1 907,60	SS	21 526,54	2 110,57	1 003,60	-
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	7,6	1 907,60	SS	18 671,09	3 486,82	801,28	-
		5 722,80	-	63 402,04	9 890,83	3 007,96	-

Membro do CA	Encargos com Viagens							
	Viagens atribuídas	Classificação do contrato	Valor da referência de viagens	Modalidade (1)	Assistência	Ano Terço	Valor da Renda Mensal	Prestações Contratuais Remuneração
Nuno Rafael da Conceição Broco	0	0	34 124,17	NDV	2021	2023	863,00	8 478,20
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	0	0	35 402,18	CUBS	2024	2025	188,20	11 217,81
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	0	0	36 402,18	CUBS	2024	2025	198,20	9 859,40

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (X)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras	Valor	
Nuno Rafael da Conceição Broco	5 998,10	3 883,21	2 367,01		0,00	11 948,32
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	1 504,40	650,00	309,26		0,00	2 463,66
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	383,58	0,00	0,00		0,00	383,58
	7886,08	4533,21	2 676,29		0,00	14 705,58

3 - Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2023-2025	Presidente	Amendo José de Sousa Resende	AG	09/11/2023	1462,62	2
2023-2025	Vogal	Catarina Alexandra Carvalho Reis	AG	09/11/2023	1096,97	2
2023-2025	Vogal	Leura Maria Jesus Rodrigues	AG	09/11/2023	1096,97	1
2023-2025	Vogal Suplente	Vanda Maria Marques Velardes	AG	09/11/2023	1096,97	1



MRP

totus

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Membro do Conselho Fiscal	Remuneração Anual (€)		
	Bruto(1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Armando José de Sousa Resende	20 476,68	1 023,40	19 453,28
Catarina Alexandra Carvalho Fina	15 357,58	768,68	14 588,90
Laura Maria Jesus Rodrigues	0,00	0,00	0,00
Vanda Maria Marques Valadares	0,00	0,00	0,00
		1 792,08	34 042,18

Revisor Oficial de Contas - ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	SINCRONIZADO SROCC/ROCC		Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
			IP de inscrição na ROC	N.º Registo na CRRV	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2023 - 2025	Presidente ROC	Debita E. Associados, SROC, S.A.	43	20181388	AG	15/03/2024	16/07/2024	1	1
2023 - 2025	ROC	Ana Alexandra Doménils Pereira	1406	20181108	AG	15/03/2024	16/07/2024	1	1
2023 - 2025	ROC suplente	João Carlos Henriques Gomes Pereira	1125	20180741	AG	15/03/2024	16/07/2024	1	1

Revisor Oficial de Contas	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2024 (€)			Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2024 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)		Valor (4)	Reduções (5)	Valor Final (6) = (4)-(5)
PRVC, SROC	934,71	0	934,71		0,00	-	0,00
Debita E. Associados, SROC, S.A.	10 551,40	0	10 551,40		0,00	-	0,00

8) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EPG), no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito, nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

[Handwritten signature]

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Nuno Rafael da Conceição Broco	80,00	248,41	
Hugo Filipe Xanêro Bento Pereira	80,00	180,19	
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	80,00	122,38	
		302,67	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Nuno Rafael da Conceição Broco	522,37	3 028,97	1 399,21	4 428,18	
Hugo Filipe Xanêro Bento Pereira	470,13	3 312,41	1 120,10	4 432,51	
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	417,89	2 644,51	683,35	3 327,86	
				12 188,55	

9) Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A Tejo Atlântico dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

10) Elaboração, de três em três anos, e divulgação interna e no respetivo sítio da Internet do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

O último relatório foi divulgado no sítio da internet da Empresa em 2024, podendo ser acedido através do seguinte link "[Igualdade de Género | Águas do Tejo Atlântico](#)".

11) Elaboração e divulgação no respetivo sítio da Internet do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 52/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo n.º 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

A Tejo Atlântico, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com iGen – Fórum Organizações para a Igualdade reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a Tejo Atlântico, realizou o Diagnóstico de Igualdade de Género referente a 2023, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2024, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2024 da Tejo Atlântico, foi remetido ao SIOE e à CITE.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2024 encontra-se publicitado no sítio de Internet da Tejo Atlântico, podendo ser acedido através do seguinte link: [Igualdade de Género | Águas do Tejo Atlântico](#)

12) Elaboração e divulgação dos instrumentos e medidas do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, designadamente o Código de Conduta (artigo 7.º do RGPC), o Plano de Prevenção de Risco e Infrações Conexas (PPR) (artigo 6.º do RGPC) e o relatório anual de acompanhamento da execução do PPR (n.º 1 do artigo 46.º do RJSP e artigo 6.º do RGPC)

Dando cumprimento ao disposto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação avaliação e mitigação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

[Handwritten signatures and initials]

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da Tejo Atlântico, encontra-se disponibilizado na internet em [Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas | Águas do Tejo Atlântico](#). Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, em linha com o estabelecido no referido diploma.

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão estar sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, respetivo impacto, probabilidade de ocorrência e classificação, os controlos instituídos pela Empresa visando a sua mitigação, e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na Tejo Atlântico, em 2017, foi revisto no decurso de 2023 e aprovado pelo seu Conselho de Administração em 29/01/2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da Empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

Embora não se encontrem identificados eventos de risco classificados como Elevado ou Muito Elevado no âmbito do PPRCIC, em 2024 foi elaborado o relatório intercalar do qual foi dado conhecimento ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas, procedendo-se à sua publicação no sítio da internet da Empresa em [Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas | Águas do Tejo Atlântico](#).

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, sendo identificados os controlos não implementados, implementados mas não eficazes e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

O relatório anual é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas, procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em [Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas | Águas do Tejo Atlântico](#).



AdP *Handwritten signatures and initials*

O Grupo AdP no qual se enquadra a Tejo Atlântico dispõe de um Código de Ética e Conduta desde 2008, o qual foi revisto e atualizado em dezembro de 2021, no âmbito da aprovação da Política de Integridade e respetivo compromisso de integridade de todas as empresas do Grupo AdP.

O Código de Ética e Conduta expressa o compromisso da Empresa e órgãos sociais em prosseguir a sua missão com transparência, diálogo e ética. Mais do que um compromisso, o código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma Empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambientais, sociais, económicas e culturais. Pretende ser uma referência, formal e institucional, para a conduta profissional de todos/as os/as colaboradores/as, tomando-se um padrão de relacionamento interno e com os públicos externos do Grupo AdP.

O Código de Ética e Conduta é do conhecimento de todos os trabalhadores, encontrando-se disponível para consulta no site da sociedade, podendo ser consultado através do seguinte link: Compromisso de Integridade | Águas do Tejo Atlântico.

De igual forma, a divulgação do Código de Conduta e Ética, a clientes e fornecedores, encontra-se assegurada por via da sua publicitação no link acima indicado no sítio da sociedade.

Por iniciativa da Comissão de Ética, procedeu-se à organização de uma ação de sensibilização de Ética e Política de integridade da AdP, junto das chefias de todas as empresas participadas, tendo sido disponibilizado a todos os trabalhadores uma ação de formação e-learning sob o tema "Ética e Conduta no grupo AdP". A referida formação passou a ter carácter de obrigatoriedade, extensível a todos os trabalhadores do Grupo AdP, desde outubro de 2023, por determinação do acionista e sob proposta da Comissão de Ética e do Responsável do Normativo.

Em 2024 foram igualmente desenvolvidas ações de formação, sobre os instrumentos vigentes na sociedade para prevenção de corrupção e infrações conexas e programa normativo.

Desde 2022, encontra-se disponível no site da Empresa o Canal de denúncias Linha de Integridade, o qual pode ser acedido através do link Compromisso de Integridade | Águas do Tejo Atlântico e +transparente.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Handwritten signature

AdP

Atas

13

13

Registe-se ainda que em 2019, a Empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

13) Contratação Pública

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acesso que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

No ano de 2024 foi submetido um contrato a fiscalização prévia do Tribunal de Contas que se encontra em curso e com prazo suspenso para resposta a pedidos de esclarecimentos adicionais:

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção dos Centros Operacionais afetos ao Departamento de Equipamentos Norte

Finalidade: Aquisição de serviços

Preço contratual /Montante da despesa (S./IVA): 14 441 722,68 euros

13

AdP

Relatório

[Handwritten signatures]

14) Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e económico;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

15) Eficiência operacional, prevista nos n.º 1, 2, e 3 do artigo 133.º do DLEO 2023, e evolução dos gastos operacionais prevista nos n.º 4 e 5 do art.º 133.º do DLEO 2023.

[Handwritten signature]

Eficiência Operacional-n.º1 e 2 do artigo 134.º do DLEO 2024	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024/2024 Orç.	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	5 061 113	4 468 839	4 480 548	580 565	13,0%	592 274	13,3%
(2) FSE	38 860 967	48 118 171	39 589 118	-728 150	-1,8%	-9 257 203	-19,2%
(3) Gastos com o pessoal	16 097 500	16 563 172	13 839 418	2 258 082	16,3%	-465 672	-2,8%
(4) Impacto nos Gastos decorrentes de imposições legais	827 141	723 330	0	827 141		103 811	14,4%
(5) Outros ajustamentos autorizados ⁽¹⁾	1 451 091	5 715 222	0	1 451 091		-4 264 132	-74,6%
(6) Gastos Operacionais Ajustados (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	57 741 349	62 711 629	57 909 084	-167 735	-0,3%	-4 970 280	-7,9%
(7) Volume de Negócios (VN)	98 555 528	98 311 149	90 764 213	7 791 315	8,6%	244 379	0,2%
Vendas	100 878	29 617	93 749	7 129	7,6%	71 261	240,6%
Prestações de Serviços	98 454 651	98 281 532	90 670 465	7 764 186	8,6%	173 119	0,2%
(8) Impactos no VN de correntes de imposições legais	0	0	0	0		0	
(9) Volume de Negócios Ajustados (7)+(8)	98 555 528	98 311 149	90 764 213	7 791 315	8,6%	244 379	0,2%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	58,6%	63,8%	63,8%	-5,2%		-5,2%	

⁽¹⁾ Os outros ajustamentos autorizados respeitam a situações de exceções e comparabilidade autorizadas em sede da aprovação de PAO 2024

Informação Adicional	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024/2024 Orç.	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	16 097 500	16 563 172	13 839 418	2 258 082	16,3%	-465 672	-2,8%
i (-) Gastos Relativos aos Órgãos Sociais	-467 476	0		-467 476		-467 476	
ii (-) Efeito Cumprimento Imposições legais	-99 988	-93 102		-99 988		-8 886	7,4%
iii (-) Valorizações Remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF)	-727 153	-630 228		-727 153		-96 925	15,4%
iv (-) Valorizações Remuneratórias decorrentes da aplicação de regulamentos/IRCT	-52 493	0		-52 493		-52 493	
v (+) Efeito do Absentismo	347 139	0		347 139		347 139	
vi (+) Efeito de indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)	0	0		0		0	
(2) Gastos com o pessoal sem os impactos i a vi	15 097 529	15 839 842	13 839 418	1 258 111	9,1%	-742 313	-4,7%
(3) Gastos com Deslocações e Alojamento	87 580	130 359	51 837	15 743	30,4%	-62 779	-48,2%
(4) Gastos com Ajudas de custo	11 112	10 000	3 626	7 486	206,5%	1 112	11,1%
(5) Gastos associados à frota automóvel	1 125 254	1 105 913	1 032 968	92 286	6,9%	19 341	1,7%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6 336	15 000	32 104	-25 629	-80,3%	-8 665	-57,8%
(7) Total de Gastos (3) a (6)	1 210 281	1 261 272	1 120 595	89 686	8,0%	-50 991	-4,0%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	150	150	149	1	0,7%	0	0,0%
(9) N.º de Viaturas (não operacional)	0	0	0	0		0	

AdP

Atos

13

13

No exercício de 2024, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios é aferido por comparação com Plano de Atividades e Orçamento de 2024 (PAO 2024) que foi objeto de despacho de aprovação do SETF de 30 de julho de 2024 (Despacho n.º 301/2024-SETF) e do MAEN de 06 de agosto de 2024 (Despacho N.º 26/MAEN).

O rácio, após serem excluídos os impactos decorrentes de imposições legais, situações de exceção e comparabilidade aprovados pelos Despachos supramencionado, diminuiu 5,2 p.p. mostrando-se em cumprimento.

15) Recursos Humanos e massa salarial (artigo 132.º a 134.º do DLEO 2024 [Despacho de 29 de dezembro de 2023. do Senhor Ministro das Finanças])

	2024 Exec	2024 Orç.	2023 Exec	2024/2023 Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	10	10	0	0,00
N.º Cargos de Direção (CD)	8	8	7	1	14%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	408	454	391	15	4%
Total	424	472	408	16	4%
N.º Trabalhadores /N.º CD	51	57	56	-5	-9%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	37 966	35 091	33 920	4 046	12%
Massa salarial Global	16 097 500	16 563 172	13 839 418	2 258 082	16,3%
Massa salarial comparável empresa ^(*)	15 897 236		13 839 418	2 057 819	5,3%
Massa salarial comparável Grupo					4,6%

* Alteração do despacho, de 29-12-2023 do Sr. Ministro das Finanças. Estão incluídos os ajustes por comparabilidade resultantes do processo de substituição de colaboradores

Movimentos de Pessoal em 2024										
Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023		Trabalhadores ausentes por mobilidade (cedência/ licença)	Contratações para substituição de saídas		Novas Contratações (*)		Entradas ao abrigo do normativo, legal, despacho, etc. (**)		Situação a 31/12/2024
	F	G		F	G	F	G	F	G	
	F	G		F	G	F	G	F	G	F+G (2024)=F+G
N.º Órgãos Sociais (OS)		10								10,00
N.º Cargos de Direção (CD)		7						1		8,00
N.º Trabalhadores	391		30	3	18			29	1	408,00
Total (OS+CD+Trabalhadores)	408		30	3	18			27	1	424,00
Impacto nos Gastos com pessoal (EUROS)	0	-408 254		0	207 890		273 342			73 578

* 21 contratações efetuadas ao abrigo das aprovações da PAO 2023 (Despacho N.º 023/2023-SET) e 6 contratações efetuadas ao abrigo da aprovação da PAO 2024 (Despacho n.º 301/2024-SETF e Despacho N.º 26/MAEN)

** Respeita a trabalhador que regressou ao trabalho após cessação de licença sem vencimento

A 31 de dezembro de 2024 a Tejo Atlântico contava com 414 trabalhadores (excluindo OS), mais 16 que em 2023.

Nos termos e para os efeitos previstos nos despachos de 29 de dezembro de 2023 do SR. Ministro das Finanças taxa de atualização da massa salarial do Grupo foi de 4,6% e a da Empresa de 5,3%.

17) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 105.º da LOE 2024 e artigo 91.º do DLEO 2024)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de

13

AdP

Aguas do Tejo Atlântico, S. A.
Atas
B
Jm
B

serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);

M

AdP

Kato

AdP

MB

MB

MB

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo Ad através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por "PT50" e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2024 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
BST	7 873,92	3 517,38	3 454,34	0,00
BPI	10 968,55	4 985,72	9 979,83	6 308,62
CGD	11 997,40	11 895,13	11 755,34	5 640,88
Novo Banco	2 314,38	4 180,46	6 579,02	3 170,88
Bankinter	4 996,88	4 996,88	4 996,88	4 947,73
BBV	4 470,90	3 562,82	2 659,14	1 753,79
BCP	5 489,86	5 437,87	5 385,88	5 333,89
Total	48 211,89	38 547,06	44 821,23	27 165,77
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

18) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à Empresa nos últimos três anos

19) Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 56.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.os 2 dos mencionados artigos

A Empresa apresenta, nos capítulos de Segurança e Sustentabilidade Empresarial e de As Nossas Pessoas deste Relatório de Gestão, informação sobre questões ambientais e questões relativas a trabalhadores.

AdP

ARP

Aguas do Tejo Atlântico, S. A.

tejos

B

B

fu

B

20) Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2021 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Conforme orientações da DGTF, a Tejo Atlântico não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Quadro Resumo do cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação, apresenta-se de seguida o quadro resumo do cumprimento das obrigações legais:

B

Handwritten initials and signatures on the right margin.

CCF - Cumprimento das Orientações legais 2024	Cumprimento Sim/N/A	Qualificação/identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivos de gestão para o período 2023-2024			- Ponto 1.1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Autonomia financeira (AF)	S	25.1%	Grau de cumprimento: Superior
Produção de Água (P-Ág)	S	3.7%	Grau de cumprimento: Não Alargado. Justificação no ponto 1.1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Implementação do Plano AgRI	N	10	Grau de cumprimento: Superior
Qualidade da Água Residual (AQGR)	S	87.0%	Grau de cumprimento: Superior
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PMP)	S	64.8%	Grau de cumprimento: Não Alargado. Justificação no ponto 1.1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Produção de Energia	S	-4.28 p.p.	Grau de cumprimento: Superior
Resposta aos picos de consumo	S	-4	Grau de cumprimento: Superior
Água para Reutilização (AR)	NA		
Plano de Sustentabilidade Energética (NE)	NA		
Plano de Lamas (PL)	NA		
Metas e Alargos constantes no PAGO2024			
Investimento	S	80.4%	Ponto 1.1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Níveis de endividamento	S	-0.3%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Grau de execução do orçamento aprovado no SGO/SCE	N/A	-	-
Gestão do Risco Financeiro	S	2.7%	Tema tratado no Relatório 2024 - Ponto 3 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-5.2%	Variação do endividamento face a 2023 - Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Evolução do PMP e fornecedores	S	-6	Variação do PMP e fornecedores - Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Divulgação dos Avanços nos Pagamentos ("Avanços")	S	-	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Retenções/alterações de saldos na última aprovação de contas	N/A	-	Não foram emitidas retenções/alterações - Ponto 5 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Reverias emitidas no último SGO	N/A	-	A CUC não apresentou reverias - Ponto 6 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Resumen de Resultados			
CA - reduções remuneratórias agentes em 2024 - -0%	S	1118.20 €	Reduções remuneratórias efetuadas em 2024 - Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Minimização de custos de crédito	S	-	Os limites do CA não dispõem de custos de crédito - Ponto 8 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	-	Não foram emitidas autorizações de despesas de representação pessoal - Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Valor máximo das despesas associadas a co-residência	S	-	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Valor máximo de combustível e paragem anual relativamente às viaturas de serviço	S	-	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Despesas não documentadas na contabilidade - art. 2º do artigo 10º do RLSP e artigo 91º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas na contabilidade	S	-	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - art. 2 da RCM n.º 18/2014			
Diferença e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://www.aguasdoatejo.pt/pt/relatorio-anual/relatorio-anual-2024	Ponto 10 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Diferença e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.aguasdoatejo.pt/pt/relatorio-anual/relatorio-anual-2024	Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Contribuição Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pelo empreiteiro	S	-	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Aplicação das normas de contratação pública pelo parceiro	N/A	-	-
Contratos submetidos a voto privo do TC	S	1 contrato no valor de 18.441.792,55 euros	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Acesso ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	-	Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Processos Operacionais das Empresas Públicas	S	-	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Princípios de Unidade de Tratamento (artigo 33º do DL 554/2013)			
Capacidade e aplicação das capacidades no SGO	S	22.55%	Previsão de acesso pelo SGO a 31/12/2024
Capacidade e aplicação das capacidades no SGO	S	21.79%	Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Unidade e acesso em cumprimento da UTE e entrega em Recibo do Estado	N/A	0.00 €	Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Auditoria da Tribunal de Contas			
Recomendações	N/A	-	-
Elaboração do Plano para a igualdade contendo detetadas e art. 7º da Lei 52/2017, de 1 de agosto	S	https://www.aguasdoatejo.pt/pt/relatorio-anual/relatorio-anual-2024	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Apresentação do documento não financeiro	S	-	Ponto 16 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"

Os dados são os dados de gestão da empresa.
Os dados são os dados também documentados resultantes da auditoria transmissa ao setor de atividade e ao SGO.

Handwritten signature at the bottom right.

ans
toto
Jm
MB

Águas do Tejo Atlântico

Relatório dos Administradores Não Executivos

M

ANP

Costa









RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS



1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2024.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

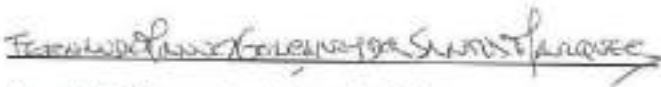
Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Lisboa, aos 6 de março de 2025

Os Administradores Não Executivos



Vogal Não Executivo, Adriana Reais Pinto



Vogal Não Executivo, Fernando Marques



Vogal Não Executivo, Margarida Matos



Vogal Não Executivo, Ricardo Bastos



AMP

[Handwritten signature]
Kotog
[illegible]
[illegible]


 Aguas do Tejo Atlântico, S. A. 



ANEXO II AO RELATÓRIO – LISTA DE ACIONISTAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2024:

	Total de Ações Subscritas (n.º)	Capital Social Subscrito	Capital Subscrito	Capital Social Realizado
			% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57 538 912	57 538 912	50,68%	57 538 912 €
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	2 921	0,003%	2 921 €
Alcobaca	899 856	899 856	0,79%	899 856 €
Alenquer	384 003	384 003	0,34%	384 003 €
Amadora	6 458 431	6 458 431	5,69%	6 458 431 €
Arruda dos Vinhos	55 542	55 542	0,05%	55 542 €
Azambuja	346 735	346 735	0,31%	346 735 €
Bombarral	107 998	107 998	0,10%	107 998 €
Cadaval	123 253	123 253	0,11%	123 253 €
Caldas da Rainha	614 244	614 244	0,54%	614 244 €
Ulsboa	20 866 618	20 866 618	18,38%	20 866 618 €
Loures	8 284 708	8 284 708	7,30%	8 284 708 €
Lourinhã	302 165	302 165	0,27%	302 165 €
Nazaré	273 724	273 724	0,24%	273 724 €
Óbidos	131 237	131 237	0,12%	131 237 €
Odivelas	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Oeiras	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Peniche	386 004	386 004	0,34%	386 004 €
Rio Maior	183 768	183 768	0,16%	183 768 €
Sintra	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Sobral de Monte Agraço	57 438	57 438	0,05%	57 438 €
Torres Vedras	711 623	711 623	0,63%	711 623 €
Vila Franca de Xira	2 881 638	2 881 638	2,54%	2 881 638 €
Ações próprias da sociedade	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
TOTAL	113 527 680	113 527 680	100,00%	113 527 680 €



mp
trato

22

13
jun
16

11

ANEXO III AO RELATÓRIO – EMPREITADAS EM DESTAQUE NO ANO DE 2024

Empreitada de Conceção-Construção para Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos

- Empreiteiro: GR4PT, S.A.
- Valor de Adjudicação: 4.823.280,00 €
- Prazo de Execução: 720 dias
- Data de Consignação: 10 de julho de 2023

A empreitada compreende uma remodelação profunda da ETAR de Arruda dos Vinhos, ficando a instalação dimensionada para uma população de 20 mil habitantes e um caudal de 3.100 m³/dia. As intervenções compreendem: (1) Linha Líquida: Pré-Tratamento dos efluentes (tamisação, desarenação e desengorduramento; equalização e homogeneização; flotação por ar dissolvido para o afluente da EE de Cardosas); Tratamento Secundário (tratamento biológico por lamas ativadas; remoção de azoto e fósforo); (2) Linha Sólida: espessamento de lamas; armazenamento de lamas mistas; desidratação mecânica; silo de armazenamento de lamas desidratadas; (3) Produção de Água de Serviço: filtração; desinfecção; (4) Linha de Desodorização: ventilação e extração de gases; tratamento de gases.

O Projeto é realizado utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modeling*), naquele que é o primeiro trabalho da Empresa integralmente desenvolvido desta forma.



Figura 61- Empreitada de Remodelação da FA Arruda dos Vinhos

Empreitada do Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1.ª Fase

- Empreiteiro: Consórcio Actemium / Sotécnica
- Valor de Adjudicação: 4.461.255,17 €
- Prazo de Execução: 730 dias
- Data de Consignação: 27 de junho de 2023

A empreitada tem por objeto a implementação da primeira fase do sistema de telegestão que abrange o fornecimento, montagem e colocação em serviço de todos os componentes da obra, nomeadamente, entre outros, softwares e aplicações informáticas, equipamentos e materiais, e serviços de programação, configuração e parametrização.

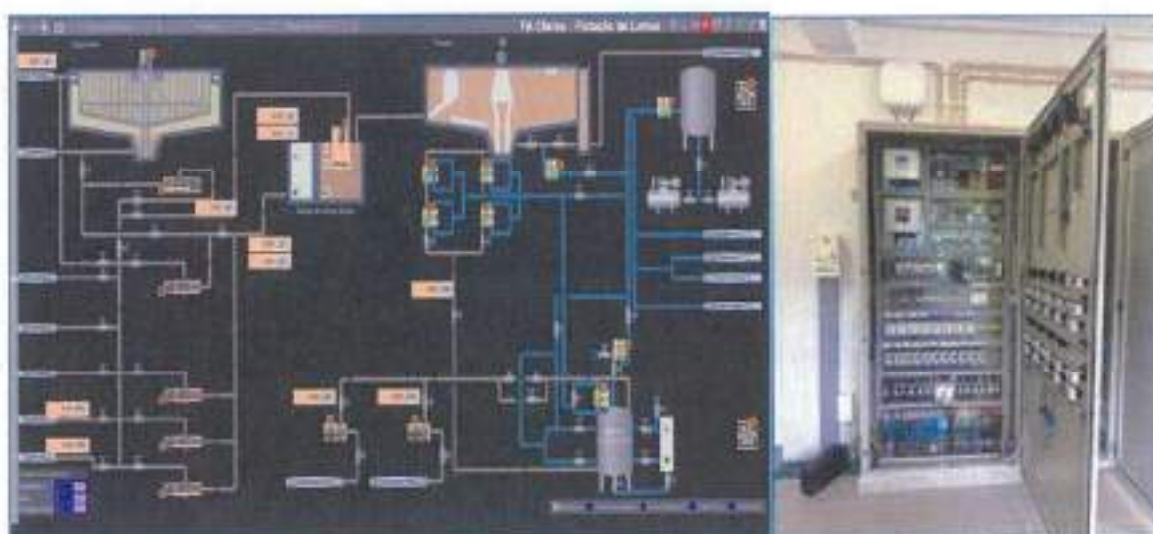


Figura 62 - Empreitada do Sistema de Telegestão 1ª Fase

Empreitada de Benfeitorias nos Sistemas Elevatórios do Subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo

- Empreiteiro: SADE - Compagnie Générale de Travaux d'Hydraulique
- Valor de Adjudicação: 978.443,54 €
- Prazo de Execução: 480 dias
- Data de Consignação: 3 de janeiro 2024

A empreitada tem por objeto a execução de trabalhos que visam o melhoramento do funcionamento da Estação Elevatória, nomeadamente, através da construção de um "poço de grossos", câmara de retenção de areias, a montante, bem como melhorias no que respeita ao seu desempenho hidráulico face a um acréscimo de caudal futuro, como também ao nível de ventilação/desodorização da instalação.



Figura 63 – Empreitada de Benfeitorias nos Sistemas Elevatórios do Subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo

anp

toto

Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da ETAR da Encarnação

- Empreiteiro: Consórcio Oliveiras / OMS
- Valor de Adjudicação: 2.795.713,20 €
- Prazo de Execução: 848 dias
- Data de Consignação: 27 de fevereiro 2024

[Handwritten signatures and initials]

A empreitada compreende uma remodelação profunda da ETAR da Encarnação, ficando a instalação dimensionada para uma população de 3 mil habitantes e um caudal de 570 m³/dia. As intervenções compreendem: (1) Linha Líquida: regularização de caudal, tamisagem, desarenamento/desengorduramento, elevação inicial e medição de caudal, tratamento biológico em sistema de lamas ativadas (Sequencing Batch Reactor - SBR), medição de caudal de efluente tratado e produção de água de serviço; (2) Linha Sólida: elevação de lamas biológicas em excesso, espessamento gravítico das lamas, desidratação mecânica das lamas e armazenamento de lamas em silo; (3) Linha de Gasosa: aspiração, ventilação, extração de gases e desodorização.

O Projeto é realizado utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modelling*), sendo o segundo trabalho da Empresa desenvolvido desta forma.



Figura 84 - Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da ETAR da Encarnação

Empreitada de Benfeitorias na ETAR da Póvoa da Galega

- Empreiteiro: Helenos, S.A.
- Valor de Adjudicação: 149.244,43 €
- Prazo de Execução: 240 dias
- Data de Consignação: 21 de outubro 2024

A empreitada abrange um sistema para controlo automático da velocidade de rotação do distribuidor de caudal do leito percolador, uma prensa do tipo parafuso multidiscos com sistema de autolavagem para desidratação das lamas, uma bomba de elevação de lamas desidratadas para silo de armazenamento de lamas, um silo de armazenamento de lamas, a adaptação do quadro elétrico existente, de forma a integrar os novos equipamentos, a atualização dos esquemas e sinais de comando na consola do quadro elétrico existente.

[Handwritten signature]

ARP

Atto

B

B
ju
1/5



Figura 65 - Empreitada de Sanfeitorias na ETAR da Póvoa da Galega

Empreitada de Execução dos Interceptores e Sistemas Elevatórios Fase III do Subsistema da Foz do Lizandro - Restantes Intervenções

- Empreiteiro: Camacho - Engenharia, S.A.
- Valor de Adjudicação: 4.680.000,00 €
- Prazo de Execução: 900 dias
- Data de Consignação: 1 de julho 2024

A empreitada compreende o completamento do Subsistema da Foz do Lizandro, que inclui as seguintes infraestruturas: Emissário da Carapinhela, com 2,6 km em DN250, Intercetor de Mafra - Carvoeira Montante, com 2,1 km em DN250, Emissário de Almada, com 0,7 km em DN250, Emissário de Gonçalves, com 2,6 km em DN400, Intercetor de Mafra - Carvoeira Jusante, com 3,6 km em DN500, Estação Elevatória de Montesouros, para 82 l/s a 22 mCA e Conduta Elevatória de Montesouros, com 2.1 km em DN 315.

M



Figura 66 - Empreitada de Execução dos Interceptores e Sistemas Elevatórios Fase III do Subsistema de Foz de Lizandro - Restantes intervenções

Empreitada de Construção e Remodelação de Emissários e Obras Associadas – Famões (Odívetas)

- Empreiteiro: Gasfomento, S.A.
- Valor de Adjudicação: 178.854,25 €
- Prazo de Execução: 300 dias
- Data de Consignação: 29 de dezembro 2023

A empreitada compreende a substituição do troço final do Emissário de Famões, numa extensão de 250 m em DN500, e a construção de dois desarenadores / poço de grossos, a montante das câmaras de controlo de caudal existentes, destinados a melhorar as suas condições de operação e manutenção.



Figura 67 - Empreitada de Construção e Remodelação de Emissários e Obras Associadas – Famões (Odívetas)

MP Adto AS
 DJ Jm
 MS

Alcântara - Ligação a Amadora / Benfica - Fase I e Fase II - Bacia de Anti-Poluição.
Infraestrutura integrada na "Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas", promovida pelo Município de Lisboa no âmbito do PGDL

- Empreiteiro: Consórcio Mota-Engil / Spie Batignolles
- Valor do Protocolo: 9.100.000,00 €

A empreitada, promovida pelo Município de Lisboa no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL), inclui, através de protocolo com a AdTA, a construção da bacia anti-poluição de Monsanto, a qual permitirá o armazenamento dos caudais poluentes, provenientes do Caneiro de Alcântara, associados às primeiras chuvadas (*first flush*), durante eventos de pluviosidade, para posterior encaminhamento e tratamento adequado na ETAR de Alcântara.



Figura 58 - Alcântara - Ligação a Amadora / Benfica - Fase I e Fase II - Bacia de Anti-Poluição

Handwritten signature.

MLP

Ata

B
B
M
B

Águas do Tejo Atlântico

Certificação Legal das Contas

M